



A guerra russo-ucraniana – o fim ou a regeneração da ordem internacional liberal?

Daniel de Almeida Tielas

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e
Relações Internacionais – especialização em Relações
Internacionais**

Setembro, 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialidade em Relações Internacionais – realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Manuel Horta Fernandes.

*Aos meus pais, ao meu irmão, à minha família, e a todos aqueles que me apoiaram e
que acreditaram em mim quando eu próprio não acreditava.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Doutor António Manuel Horta Fernandes, pela sua total disponibilidade, paciência, apoio e pelos conselhos prestados. E gostaria também de agradecer à minha família, sobretudo aos meus pais, pelo seu apoio incondicional na concretização desta etapa da minha vida, pessoal e académica – e sem o apoio dos quais não teria sido bem-sucedido na conclusão da dissertação.

A guerra russo-ucraniana – o fim ou a regeneração da ordem internacional liberal?

Daniel de Almeida Tielas

RESUMO

A guerra aberta entre a Ucrânia e a Federação da Rússia representa um ponto de viragem nas relações internacionais do século XXI, por corresponder ao regresso da guerra entre Estados soberanos ao solo europeu, e coloca em causa toda uma série de pressupostos acerca da natureza da política internacional contemporânea. Tal torna relevante uma análise teórica da guerra russo-ucraniana. Assim, a presente dissertação (um estudo de caso único, de metodologia qualitativa) visa analisar o conflito à luz das teorias das Relações Internacionais, com destaque para as teorias da escola liberal (liberalismo e neoliberalismo), de modo a testar a aplicabilidade das mesmas à situação na Ucrânia — em complemento com uma análise histórica das relações entre a Rússia e a Ucrânia.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra na Ucrânia; Ucrânia; Rússia; Liberalismo; Neoliberalismo.

A guerra russo-ucraniana – o fim ou a regeneração da ordem internacional liberal?

Daniel de Almeida Tielas

ABSTRACT

The outbreak of war between Ukraine and the Russian Federation represents a turning point in the history of 21st-century international relations. It amounts to the return of war between sovereign states to European soil, and it calls into question a series of widely held assumptions on the nature of contemporary international politics. Hence the relevance of performing a theoretical analysis of the Russo-Ukrainian War. Thus, this dissertation (a single-case study using qualitative methodology) aims to analyze this conflict in the light of International Relations theory, namely the theories belonging to the liberal school (liberalism and neoliberalism) — and complemented by a historical summary of relations between Russia and Ukraine — in order to test these very theories' ability to explain the conflict.

KEYWORDS: War in Ukraine; Ukraine; Russia; Liberalism; Neoliberalism.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	6
A Idade Média.....	6
O período dos czares e do Império Russo.....	9
O período soviético.....	16
O período pós-soviético.....	22
2. ESCALADA E DESENNOLAR DO CONFLITO.....	34
Causas imediatas da guerra.....	34
O desenrolar da guerra a partir de 24 de fevereiro de 2022.....	38
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	49
Introdução ao liberalismo.....	49
O liberalismo no pós-Guerra Fria.....	54
Os desafios do liberalismo hodierno.....	59
Do liberalismo ao neoliberalismo.....	61
O debate «neo-neo».....	68
4. A GUERRA À LUZ DA ESCOLA LIBERAL.....	77
O liberalismo e a guerra na Ucrânia.....	77
O neoliberalismo (e seus críticos), o debate «neo-neo» e a Ucrânia.....	83
5. CONCLUSÕES.....	89
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

A invasão em grande escala da Ucrânia pela Federação Russa – para além de formar parte de um conflito em curso entre estes dois países desde 2014, ano em que se deu a anexação da península da Crimeia pela Rússia –, constitui a primeira guerra aberta entre Estados soberanos em território europeu desde a Segunda Guerra Mundial. O desencadear desta guerra, portanto, põe seriamente em causa a arquitetura de segurança no espaço euroatlântico, representando também, por outro lado, uma ameaça à contínua existência do sistema internacional vigente e às regras de condução das relações internacionais que o caracterizam. Isto é, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, independentemente dos termos em que terminar, trará consigo alterações consideráveis no sistema internacional – seja isso no sentido da regeneração da ordem liberal internacional, seja isso no sentido da sua substituição por um sistema internacional diferente. Por «ordem liberal internacional», entenda-se: o conjunto das regras e normas – explícitas ou implícitas – que visam reger as interações entre Estados soberanos, bem como o conjunto das organizações internacionais através das quais se promove a cooperação e o primado da lei nas relações internacionais.

O objetivo principal desta dissertação, assim, é interpretar o atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia através das teorias das Relações Internacionais – sobretudo as da escola liberal –, de modo a testar a validade das mesmas. Dito de outro modo, pretende-se usar o caso específico da guerra na Ucrânia para avaliar criticamente a capacidade explicativa da escola liberal das Relações Internacionais. E é precisamente do facto de se tratar de um conflito convencional entre Estados que advém o interesse em abordar o tema por uma ótica liberal: que uma guerra desta natureza ocorra é, por si só, razão mais do que suficiente para revisitar as ideias liberais de multilateralismo, de interdependência complexa e de segurança coletiva. Porque falharam as organizações multilaterais – incluindo aquelas que encarnam a própria noção de segurança coletiva – em dissuadir a Federação Russa de atacar a vizinha Ucrânia? Por que motivo ou motivos não terá bastado a grande interdependência económica, sobretudo na área energética, entre a Rússia e os países da União Europeia – e da Europa em geral – para evitar esta guerra? Que alterações ao paradigma liberal das Relações Internacionais deverão ter lugar como uma consequência da guerra na Ucrânia – se é que serão necessárias quaisquer mudanças ou mesmo até algumas inovações conceituais? Nesse sentido, procura-se responder à pergunta de partida: “A guerra russo-ucraniana – o fim ou a regeneração da ordem liberal internacional?”. Obter uma resposta para esta pergunta implica abordar o conflito na Ucrânia através do quadro teórico

das Relações Internacionais. Contudo, é também necessário ir mais além para se ter uma imagem completa do conflito que grassa atualmente em território ucraniano: é necessário contextualizar a guerra através de um enquadramento histórico que trate dos povos e das relações entre as entidades políticas que marcaram o passado dos territórios correspondentes às hodiernas Ucrânia e Rússia (dimensão histórica); é necessário verificar se houve, ou não, alterações significativas na política externa da Federação Russa no período imediatamente anterior ao início da guerra em grande escala contra a Ucrânia (dimensão externa); por fim, é necessário ter em conta as (des)continuidades entre os interesses regionais da liderança russa antes e depois da invasão (dimensão regional). Estes elementos servirão, portanto, de complemento à componente principal da investigação, centrada na escola liberal das Relações Internacionais.

Assim, a presente dissertação estará dividida em vários capítulos. No primeiro capítulo, o foco será o enquadramento histórico – a história da região das hodiernas Rússia e Ucrânia, da era medieval até ao período imediatamente anterior ao início da guerra atual –; já o segundo capítulo será dedicado às causas imediatas do escalar do conflito para o nível de guerra aberta e em grande escala (a 24 de fevereiro de 2022), e ao desenrolar do conflito desde então. O terceiro capítulo, por sua vez, tratará da descrição das teorias e conceitos-chave associados à escola liberal das Relações Internacionais (que inclui o liberalismo e o neoliberalismo), a que se acrescenta, por outro lado, um resumo da evolução histórica do (neo)liberalismo – assim, o terceiro capítulo consistirá, pelo menos em parte, numa revisão de literatura. Quanto ao quarto capítulo, é neste que se pretende tratar das questões a que a presente investigação se propõe responder, tais como perceber as causas e consequências da guerra – incluindo a viabilidade, ou não, de uma ordem internacional baseada, ainda que parcial e imperfeitamente, em preceitos liberais. Por fim, serão expostas, no quinto capítulo, as principais conclusões.

Quanto à metodologia a utilizar, esta passará por uma pesquisa documental e bibliográfica – principalmente de fontes escritas (primárias e secundárias), incluindo a bibliografia crítica –, de natureza qualitativa. Ir-se-á privilegiar, portanto, o recurso a artigos científicos e a livros especializados. Tendo em conta que a presente investigação trata de teorias da escola liberal – o liberalismo (clássico) e o institucionalismo neoliberal (ou neoliberalismo) –, a presente dissertação deverá forçosamente utilizar alguns dos métodos e metodologias associados àquelas teorias, o que inclui: o método formal da escolha racional; o método de estudo de caso – um caso único, mais precisamente –; métodos qualitativos interpretativos,

como, por exemplo, a análise histórica; e a análise de «*path dependency*». Quanto à inclusão de artigos de imprensa, embora alguns dos quais, entretanto surgidos, fossem mais substanciais, optou-se por, regra geral, não os incluir, devido ao receio de serem confundidos com artigos de opinião de natureza circunstancial, e por motivos de síntese.

Por último, no que diz respeito às teorias das Relações Internacionais, entendemos que – apesar de a presente dissertação se concentrar sobretudo nas teorias e nos conceitos da escola liberal –, é também necessária uma brevíssima exposição das teorias da escola realista (que segue abaixo), tendo em conta que essas duas grandes escolas de Relações Internacionais se influenciaram mutuamente, e que, portanto, o desenvolvimento de uma delas não pode ser compreendido no seu todo sem se ter um conhecimento básico da outra.

A escola realista das Relações Internacionais divide-se em três grandes teorias, a saber, o realismo clássico, o neorealismo e, por fim, o realismo neoclássico; e entre os seus principais autores encontram-se nomes como Hans Morgenthau, E. H. Carr, e Raymond Aron – no caso do realismo clássico –, Kenneth Waltz (o «pai» da teoria neorrealista), e Gideon Rose, do realismo neoclássico. As três teorias realistas apresentam diferenças consideráveis entre si, a começar pelo nível de análise: a análise à luz do realismo clássico é enquadrada pelo primeiro (o indivíduo) e o segundo (a unidade, o Estado soberano) níveis de análise, pelo que o realismo clássico se vê como uma teoria da política externa; o neorealismo, que pretende ser uma teoria do sistema internacional, foca a sua análise, precisamente, no sistema (o terceiro nível de análise); já o realismo neoclássico, por sua vez, centra a sua ótica nos segundo e terceiro níveis de análise, isto é, o Estado (a unidade) e o sistema, e é visto, tal como o realismo clássico, como uma teoria de política externa.

Foi a teoria neorrealista de Kenneth Waltz que introduziu a ideia de estrutura, considerando que, sem esse conceito, uma teoria da política internacional não é possível. A estrutura de um sistema internacional é algo que condiciona o comportamento das unidades (os Estados), mas é através da distribuição de poder entre essas unidades – as quais são funcionalmente iguais –, que se irá determinar a forma, ou a natureza, de um sistema internacional. Para Waltz, o sistema internacional não é apenas a soma das interações entre as suas unidades: o sistema existe independentemente delas – possui uma existência própria e separada. Deste modo, as Relações Internacionais consistiriam no estudo, não apenas das relações entre as unidades – os Estados –, mas também da maneira como essas unidades

interagem entre si e com a estrutura do sistema internacional em que habitam e cuja influência se faz sentir nas unidades, embora não o suficiente para eliminar completamente a liberdade de ação das unidades.

A teoria neoclássica aceita a premissa neorrealista de que é importante discernir a forma, ou natureza, do sistema internacional (e coloca também os Estados, as unidades, no papel central das relações internacionais), e a de que as relações entre as unidades funcionam num princípio de autoajuda – a teoria de Rose também é estruturalista –; porém, diverge da teoria de Waltz no sentido em que valoriza a importância crescente das organizações internacionais. Isto porque Rose tinha como objetivo trazer a escola realista para o mundo do pós-Guerra Fria, bem como fazer uma síntese entre o realismo e o liberalismo nas Relações Internacionais. Uma outra diferença importante entre o neorrealismo e o realismo neoclássico centra-se no grau de autonomia que é permitida aos agentes (isto é, os Estados e seus decisores políticos) pela estrutura do sistema internacional: se, no neorrealismo, os agentes ou unidades tinham pouca autonomia, já no realismo neoclássico, as unidades do sistema têm uma maior liberdade de ação. É ainda importante assinalar que, para os realistas neoclássicos, os Estados não são entidades funcionalmente iguais, como o são na ótica neorrealista – pelo que as diferenças nas capacidades materiais de cada Estado se tornam determinantes no grau de liberdade de ação de que dispõem. O realismo neoclássico coloca uma ênfase na percepção e na autonomia dos Estados e dos seus decisores.

As três teorias da escola realista apresentam também diferenças nas suas formas de interpretar o equilíbrio de poder – a saber, uma situação em que não há um Estado ou aliança de Estados (a nível regional ou global) capaz de dominar todas as outras unidades do sistema internacional. Para o realismo clássico, o equilíbrio de poder é algo de desejável e uma opção (entre outras) de condução da política externa; de acordo com a ótica neorrealista, o sistema internacional tende sempre para a continuidade ou reestruturação de um sistema de equilíbrio de poder entre as principais potências (ou polos) do sistema internacional; quanto ao realismo neoclássico, o equilíbrio de poder, longe de ser uma inevitabilidade, é uma escolha, pelo que só surgirá se as grandes potências assim decidirem – ora, visto tratar-se de uma escolha, pode dizer-se que, nesta ótica, o sistema internacional não determina sozinho o comportamento dos Estados.

A escola liberal de Relações Internacionais difere imediatamente da escola realista ao reconhecer que existem, para além dos Estados, outros atores nas relações internacionais – e que esses atores, como as instituições multilaterais, são relevantes (isto é, a escola liberal vê as organizações internacionais como entidades dotadas de alguma autonomia em relação aos Estados que as compõem) –, pese embora os Estados continuem a ser os atores principais da política internacional.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O território da Ucrânia hodierna formou parte de várias entidades políticas ao longo dos séculos, tais como a Rus' de Quieve (Kyivan Rus'), o Canato da Crimeia, a Comunidade Polaco-Lituana, o Império Austro-Húngaro, o Império Mongol, a União Soviética e o Império Russo; para além desses Estados, houve entidades cossacas que também controlaram partes da atual Ucrânia. Julga-se que o termo «Ucrânia» derivará do polaco ou do eslavo antigo “*ukraina*”, que significará algo como «zona fronteira» – tendo as outras designações para a região, como Ruténia ou Pequena Rússia, caído em desuso¹. Importa assinalar que “(...) a Ucrânia teve uma história muito diferente da da Rússia, muito mais ligada à do Ocidente e muito menos marcada pelo autoritarismo do estado (...), que a Ucrânia oriental teve desde muito cedo os seus destinos unidos aos da Moscóvia (...)”²

A Idade Média

A Rus' tratou-se de um Estado medieval que é visto pelas historiografias nacionais dos atuais Estados-nação dos povos eslavos orientais (Bielorrússia, Rússia e Ucrânia) como a génese das suas nações, embora os habitantes eslavos da Rus' não possuíssem uma identidade nacional moderna³ e não se vissem a si mesmos como cidadãos de um Estado-nação – um conceito que, aliás, pura e simplesmente não existia na Idade Média. É importante ressaltar que o termo «Rus' de Kyiv» (ou «Kiev») não era usado pelos Rus' – foi, isso sim, um termo posterior criado para se referir àquela entidade política do passado⁴.

No ano de 988, Vladimir, líder da Rus', foi batizado, trazendo assim a religião cristã (Ortodoxa) para os seus domínios⁵; essa conversão, porém, “teve mais a ver com interesse de Estado e diplomacia do que a estética dos ritos religiosos”, pois optar pela “adoção de uma religião única e unificadora contribuía para legitimar o Estado quievano e estender a sua autoridade a todo um território multiétnico, onde crenças e cultos pagãos diversos militavam

¹ Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022, p. 36

² *Ibidem*, p. 49

³ Yekelchik, Serhiy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 61

⁴ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 61

⁵ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 28

contra a soberania do príncipe”⁶. Ora, isto fez de Vladimir “dependente do patriarca de Constantinopla”⁷. A Rus’, que teve o seu apogeu entre os anos de 1016 e 1054, era constituída por uma série de principados, “mais ou menos autónomos consoante a efetividade do poder central (...)”, que eram governados por membros da mesma família, os quais “nem sempre permaneciam em paz”. Consistia numa “federação dinástica informal de principados, mais do que um reino no sentido europeu”, onde o “grão-príncipe não era par de reis, mas *primus inter pares*, a figura de proa da unidade”, sendo a sua autoridade limitada fora dos limites de Kyiv. Também Novgorod se tornou numa cidade importante, graças ao seu acesso ao mar Báltico e ao comércio com a Liga Hanseática e a Europa em geral⁸.

A decadência e eventual queda da Rus’ está estreitamente relacionada com as invasões mongóis: em 1240⁹, Batu-Cã (neto de Gengis-Cã) liderou um exército que conquistou todos os principados da Rus’, tendo-os devastado a todos – com a exceção do de Novgorod¹⁰. Cerca de dois terços das cidades da Rus’ foram destruídas, enquanto as suas populações foram ou dizimadas ou escravizadas^x; já os príncipes rus’ tornaram-se vassalos do canato da Horda Dourada, e Kyiv perdeu a sua importância para a cidade de Vladimir. Por outro lado, foi também no período de domínio mongol que Moscovo surgiu como um ator relevante, e que viria a ser o único dos principados capaz de enfrentar e vencer a Horda Dourada: em 1380, obteve uma vitória militar contra um exército tártaro-mongol. E, embora tenha continuado a prestar vassalagem aos mongóis até 1502, na prática, já desde muito antes que se comportava como um Estado independente¹¹. Ainda assim, foi na Moscóvia que o legado da época mongol mais perdurou¹²; e a Ucrânia, por sua parte, “pôde (...), mesmo sob a dominação mongol, ter uma experiência de contactos com as formas culturais do Ocidente muito mais rica do que a da Moscóvia”¹³. Mas os territórios ucranianos viriam mais tarde a formar parte do Reino da Polónia e do Grão-Ducado da Lituânia, o que se traduziu no fim definitivo do período principesco da Rus’.¹⁴

⁶ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 39

⁷ Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022, p. 27

⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 29-45

⁹ *Ibidem*, p. 49

¹⁰ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 36

¹¹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 51-61

¹² *Ibidem*, p. 70

¹³ Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022, p. 34

¹⁴ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 104

*“A invasão mongol, e a sua presença prolongada nas estepes pônticas, confrontou pela primeira vez as elites da Rus com o dilema de escolherem entre o Oriente, representado tanto pelos nómadas das estepes como pela tradição cristã de Bizâncio, e o Ocidente, personificado pelos monarcas da Europa Central que reconheciam a autoridade eclesiástica do papa. Vendo-se pela primeira vez na grande linha de divisão política e cultural da Europa, as elites pós-Kiev dos territórios da Ucrânia moderna deram início a um exercício de equilíbrio que prolongou a sua independência efetiva, tanto do Oriente como do Ocidente, por mais de um século.”*¹⁵

Os cossacos, cujo nome derivava da palavra de origem túrquica “*qazaqi*” – que significava «aventureiros» ou «soldados errantes»¹⁶ –, eram descendentes de camponeses e nobres empobrecidos que se haviam instalado nas estepes do Sudeste da Rússia (a sua maior comunidade encontrava-se junto ao rio Don)¹⁷. Se muitos dos cossacos eram originalmente ex-membros do exército mongol, juntaram-se-lhes, ao longo do tempo, muitos russos, os quais fugiam à pobreza das colheitas, aos impostos excessivos e às guerras; assim sendo, não havia uma “barreira étnica para se ser cossaco”¹⁸. Estavam presentes sobretudo nas “zonas de soberania mal definida entre a Polónia-Lituânia, a Moscóvia e o canado tatar da Crimeia”, e defendiam a sua independência *vis-à-vis* as potências da sua região, servindo frequentemente como mercenários (“serviam com seus próprios cavalos os reis vizinhos e nas hostes privadas dos boiardos, recebendo deles armas e munições”). Dois grupos de cossacos tornaram-se célebres: os cossacos do Don e os zaporogues. Os cossacos do Don serviam o czar russo com a sua participação na conquista da Sibéria, enquanto que os zaporogues (da região de Zaporíjia) atuavam numa lógica antipolaca e anticatólica, embora tenham também combatido junto com os polaco-lituanos contra a Rússia – sobretudo durante o Tempo de Dificuldades (ou Tempo das Perturbações). Porém, a principal tendência dos cossacos era “a de apoiar os camponeses, que permaneciam ortodoxos, contra os boiardos polacos ou rutenos uniatas que tentavam alargar os seus domínios e reduzir o povo à servidão”¹⁹. Por fim, importa notar que os cossacos tiveram um papel importante na luta contra o tráfico (dominado pelos tártaros) de escravos

¹⁵ *Ibidem*, p. 100

¹⁶ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 82

¹⁷ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 66

¹⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 82

¹⁹ Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022, pp. 37-42

eslavos durante o período medieval (“Os ataques tártaros e o comércio de escravos deixaram cicatrizes profundas na memória ucraniana”)²⁰.

*“O motivo da prominência, e até do domínio das elites do hetmanato nas primeiras etapas da construção da nação ucraniana (...): o território do antigo Estado cossaco era a única região da Ucrânia do século XIX onde as elites proprietárias de terras partilhavam a mesma cultura que a população local. (...) Os herdeiros da antiga nação cossaca do hetmanato acabaram quase por defeito na linha da frente das batalhas por uma nova nação. Não é surpreendente que as terras cossacas tenham dado à nação não apenas a sua língua, mas também o seu nome: Ucrânia.”*²¹

O período dos czares e do Império Russo

O grão-príncipe de Moscovo, Ivan IV – conhecido como Ivan, “o Terrível” –, tornou-se no primeiro czar e autocrata da Rússia em 1547, tendo tido início no seu reinado o período de expansão imperial da Rússia, que era facilitada pela ausência de grandes obstáculos naturais. A conquista russa da cidade e canato de Kazan marcou o princípio da expansão russa na Sibéria, pois “as estepes para leste ficavam abertas aos russos, cujos exércitos podiam avançar para o controlo das riquezas da Sibéria e das rotas comerciais da Ásia Central e da China”; dominadas Kazan e Astracã, a Rússia passava a controlar as rotas fluviais entre os mares Báltico e Cáspio. Já na Europa, em 1558, a Rússia, com o objetivo de obter uma saída para o Báltico, conquistou Narva, o que desencadeou a Guerra da Livónia, um conflito regional contra as outras potências do Báltico e a Polónia-Lituânia (esta última reclamava para si boa parte dos territórios que outrora haviam pertencido à Rus’); a lição tirada desse conflito foi a de que era “mais fácil a Rússia expandir-se na Ásia, onde era uma potência europeia, do que na Europa, onde os vizinhos ocidentais eram mais fortes”²². O acesso russo ao Báltico era importante, visto que o “novo reino centralizado de Moscovo precisava de incentivar as relações com a Europa e atrair especialistas, mas, para isso, era necessário romper o bloqueio da Polónia, da Lituânia e da Ordem Livónica (...)”²³.

²⁰ Ploky, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.^a edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 122

²¹ *Ibidem*, pp. 212-213

²² Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1.^a edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 71-86

²³ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.^a edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 56

No século XVII, Bogdan Khmelnitzski – um líder cossaco que conseguira grandes sucessos militares na sua rebelião contra a Polónia –, obtém da Rússia a criação de uma entidade política semiautónoma, um hetmanato, com o Tratado de Pereiaslav de 1654²⁴. Assim, “(...) os territórios cossacos que correspondem aproximadamente ao Centro da Ucrânia moderna tornaram-se um protetorado dos czares, que a partir de então se passaram a intitular soberanos da Grande e da Pequena Rússia (...)”, embora os czares acabassem por reduzir a autonomia cossaca após a morte de Khmelnitzski²⁵; é, no entanto, importante assinalar que esta união de cossacos e russos “foi voluntária e de natureza contratual”, pese ter levado eventualmente “à incorporação da Ucrânia no Império Russo (...)”²⁶. Anos mais tarde, é o Tratado de Andrusovo que repartirá o território da atual Ucrânia entre a Rússia e a Polónia, “com a primeira a ficar com a Ucrânia oriental (...), além de Kiev, e a segunda, com a Ucrânia ocidental (...)”²⁷. Os territórios de hetmanato haviam-se tornado, assim, numa “espécie de condomínio das duas potências”, embora o Império Russo viesse a assumir posteriormente o controlo de ambas as margens do Dniepre como consequência das três partições da Polónia, que ocorreram em finais do século XVIII²⁸.

*“O ponto de viragem da internacionalização da Revolta de Khmelnytsky deu-se a 8 de janeiro de 1654, na cidade de Pereiaslave. Nesse dia, Bohdan Khmelnytsky e um grupo de oficiais cossacos reunidos à pressa juraram fidelidade ao novo soberano da Ucrânia, o czar Aleksei Romanov de Moscovo. Começava aqui a longa e complexa história das relações ucraniano-russas. (...)”*²⁹

O czar Pedro I, “o Grande”, tinha como seu propósito modernizar e europeizar a Rússia, bem como de converter a Rússia numa grande potência europeia – objetivo que atingiu através da sua vitória contra os suecos na Grande Guerra do Norte, após a qual a Rússia recuperaria os seus territórios bálticos das mãos da Suécia. Já no plano interno, Pedro “foi o primeiro czar a pensar o Estado como uma maquinaria impessoal cujo objetivo era servir o bem comum e a comunidade”; abandonou a ideia de uma “sinfonia entre Igreja e Estado em que se baseara a filosofia política da Rus de Kiev e da Moscóvia” e centralizou os governos das províncias,

²⁴ *Ibidem*, p. 72

²⁵ Yekelchik, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, pp. 68-69

²⁶ Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022, p. 44

²⁷ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 115

²⁸ Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022, p. 47

²⁹ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 156

passando assim a representar a única autoridade na Rússia. Pedro foi também, por outro lado, o fundador da cidade de São Petersburgo, “a escola europeia da Rússia, um projeto civilizacional de engenharia cultural destinado a reconstruir o Russo sob forma de cidadão Europeu”, e promoveu a adoção de costumes ocidentais. No entanto, as reformas de Pedro I não foram bem recebidas em vários setores da sociedade, pois “cavaram um fosso profundo entre a civilização urbana das elites ocidentalizadas e o mundo rural do campesinato (...)”, “afligido por servidão e pobreza, agarrado às tradições comunitárias experimentadas pelo tempo e à interpretação do universo mediante superstições pagãs e crenças ortodoxas”. Isto conduziria ao surgimento de uma consciência nacional na Rússia do século XVIII, com uma orientação antiocidental e baseada “na defesa dos costumes e da moral russos contra o impacto corruptor do Ocidente”. Assim, apenas o Estado, e não a sociedade, servia como um motor de reformas; ora, o “forçar mudanças a partir da cúpula só conseguia erguer maiores barreiras entre Estado e povo (...)”³⁰.

Catarina, a “Grande”, apresentou-se como uma czarina que honraria o legado e o espírito reformador de Pedro I, continuando os seus esforços de modernização da Rússia, recusando, no entanto, impor as suas reformas coercivamente, como Pedro I fizera. Para além disso, Catarina não demonstrava qualquer “intenção de conceder a liberdade aos milhões de servos”³¹; muito pelo contrário, aliás, “aumentou o grau de submissão dos servos da gleba em relação à nobreza russa (...)”, concedendo à nobreza ainda maiores privilégios – “(...) libertando os nobres da obrigatoriedade de trabalhar para o Estado e de pagar impostos” – e expandido mesmo a servidão para os novos territórios que hoje formam parte da Ucrânia³². No plano externo, Catarina cria que a Rússia só poderia tornar-se realmente numa grande potência europeia se se expandisse para sul, conquistando posses no mar Negro para assim ter acesso às rotas comerciais marítimas do Mediterrâneo; o auge desta sua política expansionista levaria Catarina a anexar a Crimeia em 1783. Já antes, após a guerra contra os otomanos de 1768-74, a Rússia obtivera a cidade de Kherson, o seu primeiro porto no mar Negro³³. Catarina anexou também metade da Polónia e expandiu o território russo na região do Cáucaso³⁴. Defendendo que, dada a sua vastidão e diversidade étnica, a Rússia apenas podia ser governada de forma

³⁰ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 125-133

³¹ *Ibidem*, pp. 137-146

³² Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos escravos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, pp. 83-84

³³ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 143-144

³⁴ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos escravos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 84

autocrática, Catarina quebrou definitivamente com a sua simpatia pelos ideais iluministas após a Revolução Francesa (1789); a “nobreza, antes francófila, tornou-se francófoba”. A czarina viria a morrer em 1796 – mas o fim da servidão, com o Decreto de Emancipação, só chegaria muito mais tarde, em 1861³⁵. Foi precisamente com a segunda partição da Polónia, em 1793, que se deu o desaparecimento de uma fronteira que dividira a Ucrânia ao longo do rio Dniepre durante mais de um século.³⁶

*“(…) À medida que as forças da Rússia se moviam para sul e o império ia absorvendo novos territórios em virtude das guerras russo-turcas e da anexação da Crimeia, todas as terras dos zaporizhzhianos passaram a integrar uma nova província imperial chamada Nova Rússia (...). (...) a Nova Rússia tornou-se o principal destino de migração doméstica e estrangeira nas últimas décadas do século XVIII.”*³⁷

Em 1812, a *Grande Armée* de Napoleão Bonaparte, Imperador dos Franceses, cruzou o Neman e invadiu o Império Russo, procurando obrigar a Rússia a cumprir com os termos com que se comprometera no Tratado de Tilsit, nomeadamente aderir ao sistema do Bloqueio Continental – o embargo comercial pan-europeu de Napoleão contra o Reino Unido³⁸. Assim, no início, “Napoleão não tencionava ocupar e submeter a Rússia, mas assinar (...) um tratado de paz vantajoso para a França”; porém, cedo “a ambição foi aumentando ao ponto de conduzir a uma catástrofe”³⁹. O czar Alexandre concluía que “a única forma de salvar o seu império era não dar batalha em campo aberto às forças de Napoleão, mas sim retirar e fazê-las embrenhar-se na Rússia, onde haveriam de ser castigados pelos frios do inverno e os problemas de abastecimento criados por uma política de terra queimada”. Vitorioso, Alexandre chegou mesmo a perseguir as tropas napoleónicas sobreviventes até Paris, e as suas tropas tiveram um papel bastante importante, em 1813, na vitória aliada contra Napoleão em Leipzig. “O czar via-se (...) como libertador do continente. A Guerra Patriótica, como já começava a ser chamada, fora o momento de glória da Rússia, cujas forças armadas teriam salvado o continente”⁴⁰. A Rússia cimentava, deste modo, o seu lugar como uma das grandes potências da Europa – mas

³⁵ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 145-176

³⁶ Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 202-203

³⁷ *Ibidem*, p. 201

³⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 150

³⁹ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 107

⁴⁰ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 151-152

“as reformas económicas e sociais de que o país tanto necessitava ficaram adiadas”⁴¹. No entanto, e como um pouco por toda a Europa, a era napoleónica trouxe à Ucrânia um novo sentimento nacional: “(...) a língua, o folclore, a literatura e (...) a história tornavam-se peças basilares da identidade moderna nacional”⁴².

A Guerra da Crimeia (1853-1856) saldou-se por uma pesada derrota da Rússia às mãos da França, do Reino Unido e do Império Otomano, e “expusera de forma brutal as múltiplas debilidades do país: a corrupção e a incompetência dos comandos; o atraso tecnológico do exército e marinha; a rede rodoviária deficiente e a falta de caminhos-de-ferro; (...) a pobreza dos servos mobilizados para o exército; a incapacidade da economia para sustentar um estado de guerra contra potências industriais; a debilidade das finanças nacionais; e os falhanços da autocracia”⁴³. O czar Nicolau I julgara ter suficiente poderio militar para derrotar os otomanos e assumir o controlo dos estreitos de Dardanelos e do Bósforo, de modo a controlar diretamente o acesso da Rússia ao Mediterrâneo. O seu principal erro de cálculo foi assumir que as grandes potências da Europa – a França e o Reino Unido – não agiriam em defesa do *statu quo* e do equilíbrio de poder no continente. Foi, portanto, uma derrota geopolítica em toda a linha para o Império Russo, e de “nada valeu o heroísmo dos soldados russos no Cerco de Sebastopol, que durou cerca de um ano”. O sucessor do czar Nicolau I, Alexandre II, ver-se-ia forçado a assumir a derrota: “o mar Negro passou a ser neutro, as fortalezas russas na região tiveram de ser destruídas e a marinha foi reduzida ao mínimo”⁴⁴. Alexandre ficaria convencido pelo resultado desta guerra que “a Rússia não conseguiria competir com as potências europeias enquanto não abolisse a servidão”⁴⁵. A península da Crimeia, ainda assim, continuaria a fazer parte do Império Russo (e, mais tarde, da União Soviética)⁴⁶, e Moscovo fez esforços no sentido de a «russificar»⁴⁷.

“Na Ucrânia governada pela Rússia, as primeiras mudanças deram-se, em setembro de 1854, com o desembarque das forças expedicionárias britânica e francesa na Crimeia. A

⁴¹ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 108

⁴² Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1.ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 172

⁴³ *Ibidem*, p. 172

⁴⁴ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, pp. 113-114

⁴⁵ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1.ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 173

⁴⁶ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 276

⁴⁷ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 243

*invasão foi o último ato na Guerra da Crimeia, que se iniciara um ano antes com o conflito entre a França e a Rússia pelo controlo de lugares santos na Palestina. Em causa estava o futuro de um Império Otomano em declínio e a influência das grandes potências sobre as suas vastas possessões. (...) Sevastopol caiu perante as forças invasoras em (...) 1855. Este momento representou um indelével marco de tristeza e de humilhação na memória histórica russa. O Tratado de Paz de Paris (...) impedia o Império Russo de deter bases navais em Sevastopol ou em qualquer outro ponto na costa do Mar Negro.”*⁴⁸

Quando o Império Áustro-Húngaro passa a controlar a Galícia, é aí que se reúnem os intelectuais ucranianos mais influentes, beneficiando de um maior grau de liberdades do que aquele de que dispunham no Império Russo: na Galícia austro-húngara, ao contrário do que sucedia no Império Russo, a cultura ucraniana não era perseguida nem a sua existência negada. Isto fez com que a Galícia se tornasse temporariamente no principal centro da vida cultural ucraniana, onde os ucranianos “tiveram a sua primeira experiência de participação política moderna e de organização cívica (...)”⁴⁹. Mais tarde, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, os antigos territórios austríacos de língua ucraniana são divididos pela Roménia e por dois novos Estados, a Polónia e a Checoslováquia, o que fez dos ucranianos destas regiões a maior minoria nacional no período entre-guerras nestes países⁵⁰; já os restantes territórios de língua ucraniana, os que não haviam formado parte da Áustria-Hungria, acabaram por ser integrados na União Soviética com o fim da Guerra Civil Russa. Ora, a questão das fronteiras era de especial importância para a Rússia, porque, se “perdesse a Ucrânia, a Rússia deixaria de ser uma grande potência”⁵¹.

*“Em 1848 (...), os ucranianos do Império Habsburgo criaram em Lviv a sua primeira organização política, o Conselho Supremo da Ruténia. Os ucranianos da Galícia referiam-se a si mesmos como rutenos ou russinos e, no império, eram genericamente reconhecidos por estes nomes.”*⁵²

⁴⁸ *Ibidem*, p. 240

⁴⁹ Yekelchik, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 59

⁵⁰ *Ibidem*, p. 81

⁵¹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1.^a edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 201

⁵² Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.^a edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 224

*“O simples facto de os dois governos imperiais seguirem políticas muito diferentes perante as suas minorias ajudou os ativistas ucranianos, que estavam divididos pelas fronteiras políticas, mas unidos em espírito e em termos de ideologia nacional, a ultrapassar as suas limitações.”*⁵³

O caos que surgiu no Império Russo durante e depois da Primeira Grande Guerra foi visto como uma oportunidade para obter e manter uma Ucrânia plenamente independente. E, com o colapso do Império Russo, houve países que declararam e conseguiram preservar a sua independência, como a Finlândia e as três repúblicas bálticas; mas não foi esse o caso da Ucrânia. Os bolcheviques, entretanto vitoriosos na Guerra Civil Russa, apenas reconheciam o direito à autodeterminação dos “povos que aceitavam viver sob a sua tutela, transformando a independência numa ficção”⁵⁴. As duas repúblicas ucranianas declaradas no pós-Primeira Guerra não sobreviveram, portanto, durante muito tempo. A União Soviética só anexionaria as áreas de língua ucraniana outrora parte da Áustria-Hungria (e, depois da guerra, da Polónia, da Roménia, e da Checoslováquia⁵⁵) durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, e até à posterior independência da Ucrânia, todos os territórios de língua ucraniana estiveram integrados na República Socialista Soviética da Ucrânia^{56x}. O período soviético viu a Ucrânia converter-se num território mais homogêneo do ponto de vista étnico do que aquilo que fora até então, “(...) com uma minoria russa significativa e um bilinguismo *de facto*”⁵⁷: a Ucrânia “estava a transformar-se num condomínio russo-ucraniano, como consequência do extermínio dos judeus e da deportação dos polacos e alemães [durante e depois da Segunda Guerra]”⁵⁸.

“O ano de 1919, que iniciara auspiciosamente, com grandes esperanças para os dois Estados ucranianos, estava a terminar desastrosamente. No final do ano, as forças armadas ucranianas já não existiam e, com elas, foi também o estatuto de Estado. Os ucranianos do Leste foram derrotados por estarem politicamente divididos e mal organizados, ao passo que os indivíduos da Galícia perderam porque, sendo excedidos em número e em armamento, não

⁵³ *Ibidem*, p. 225

⁵⁴ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 165

⁵⁵ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 303

⁵⁶ Yekelchik, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 59

⁵⁷ *Ibidem*, p. 45

⁵⁸ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 377

obtiveram ajuda dos seus irmãos do Leste. A unificação dos dois Estados (...) resultou mais numa aliança militar do que na criação de um Estado ou força armada unida.”⁵⁹

*“Durante o período entre-guerras (...), os ucranianos surgiram como a maior nação da Europa com uma questão nacional por resolver. A Ucrânia não tinha um Estado próprio e quatro Estados europeus tinham dividido os seus territórios (...).”*⁶⁰

O período soviético

As políticas de relativa tolerância para com as nacionalidades não-russas da União Soviética – a ucraniana inclusive –, promovidas nos primeiros anos do período comunista para “libertar os não russos do «chauvinismo da Grande Rússia» (...)” do tempo dos czares, foram abandonadas por Estaline, que optou pela abordagem oposta, a da «russificação». O ditador soviético foi também responsável pelas coletivizações forçadas das explorações agrícolas no país, que se revelaram ser “(...) um desastre económico, para além dos seus enormes custos humanos”; o resultado desta política foi “a fome generalizada de 1932-33” (cerca de 8,5 milhões de mortos), que afetaria sobretudo, mas não apenas, a Ucrânia⁶¹ (e a região de Cubã, no Sul da Rússia, de etnia maioritariamente ucraniana)⁶². A fome, que ficou conhecida como Holodomor («matar pela fome», em ucraniano), “deixou um amargo legado de ódio à Rússia entre os descendentes dos ucranianos vítimas das políticas soviéticas”⁶³, tendo infligido “danos irreparáveis ao povo ucraniano, que a recorda como a maior catástrofe nacional”⁶⁴. O Holodomor “foi definitivamente uma matança intencional da população camponesa” da Ucrânia; foi acompanhado de uma “campanha simultânea de terror político contra as elites políticas e culturais ucranianas, conduzidas durante ou logo depois da fome”, com o objetivo de “minar a nação ucraniana”⁶⁵. O Holodomor, então, manteve a Ucrânia sob o controlo de Estaline, minando a capacidade de resistência dos ucranianos, durante décadas, às decisões tomadas de Moscovo. Por outro lado, a Grande Purga estalinista ceifou as vidas de muitos outros habitantes da Ucrânia de então (nem todas as vítimas eram ucranianas étnicas). A

⁵⁹ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 293

⁶⁰ *Ibidem*, p. 305

⁶¹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 242-259

⁶² Yekelchyyk, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 85

⁶³ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 244

⁶⁴ Yekelchyyk, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 85

⁶⁵ *Ibidem*, p. 86

Ucrânia acabaria, então, sob o punho de ferro de Estaline, por tornar-se “(...) um modelo da industrialização e coletivização soviética”, com o setor agrícola coletivizado no seu todo⁶⁶.

*“(...) Os que haviam sobrevivido à fome tinham aprendido a lição: só conseguiriam sobreviver juntando-se às produções agrícolas coletivas controladas pelo partido, que eram tributadas a uma taxa inferior e, na primavera de 1933, eram as únicas quintas a receber alívio do governo. A coletivização da maioria absoluta dos agregados familiares e das terras, agora um facto consumado, mudou drasticamente a economia, a estrutura social e a política da Ucrânia rural.”*⁶⁷

Em junho de 1941, a Alemanha hitleriana invadiu a União Soviética. Hitler, o ditador nacional-socialista, tinha três objetivos: destruir o regime comunista; obter de forma gratuita os recursos naturais do território soviético; e, “depois de abatidos ou mortos à fome todos os judeus e mais 30 milhões de outros soviéticos, transformar a população sobrevivente em escravos”. Em suma, tratava-se da aniquilação da União Soviética, pois Hitler cria que “os Russos, tal como os Eslavos, eram sub-humanos (...)”. No início do embate entre os dois Estados totalitários, a frente soviética colapsara; os alemães “penetraram na Ucrânia, cuja agricultura, carvão e indústria eram essenciais para a sua máquina de guerra, enquanto a força principal avançava para Moscovo”⁶⁸. Foi em Babi Yar (ou Babyn Yar), perto de Kyiv, que os invasores mataram cerca de 33 000 judeus, o que tornou Babi Yar no símbolo do «Holocausto à bala» – no qual as vítimas eram assassinadas por esquadrões de fuzilamento, em vez de serem enviadas para campos de extermínio. O número total de mortos, judeus e não judeus, em Babi Yar rondará os 100 000 ou mesmo os 150 000⁶⁹. Um de cada seis judeus mortos no Holocausto eram oriundos da Ucrânia. A Ucrânia, foi, assim, um objetivo principal de Hitler e uma das maiores vítimas; afinal, a Ucrânia era o “cerne da visão de *Lebensraum*” do ditador alemão (desde “janeiro de 1942, os nazis exploraram a Ucrânia como uma fonte de produtos agrícolas e também de trabalho forçado”)⁷⁰.

⁶⁶ Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.^a edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 338-339

⁶⁷ *Ibidem*, p. 338

⁶⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1.^a edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 261-262

⁶⁹ Yekelchuk, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 90

⁷⁰ Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.^a edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 343-361

Dado o tratamento desumano dado aos soviéticos pelas tropas hitlerianas, as primeiras ilusões de alguns de que os alemães vinham como libertadores cedo foram desfeitas. Pense-se na facção mais radical da Organização dos Nacionalistas Ucrânicos (com Stepan Bandera como líder), por exemplo: esta “passou de leal aliada dos alemães a sua inimiga num piscar de olhos” – não demorou muito tempo até que os membros daquela organização, moderados e radicais juntos, combatessem ativamente os alemães⁷¹.

*“Os alemães dividiram os territórios ucranianos sob o seu controlo em três partes: a Galícia foi agrupada ao que fora a Galícia Ocidental e à região de Varsóvia, formando uma entidade chamada Governo Geral; grande parte da Ucrânia desde a Volínia a noroeste até Zaporizhzhia a sudeste, juntamente com o Sul da Bielorrússia em torno das cidades de Pinsk e Homiel tornou-se o Reichskommissariat da Ucrânia; e a Ucrânia de Leste, desde Chernihiv a norte até Lugansk e Stalino (...) a sul, permaneceu sob controlo militar por ser uma área demasiado próxima das linhas da frente para ser atribuída à administração civil.”*⁷²

*“A visão nazi de Lebensraum incluía a «pastoralização» da Ucrânia e a eliminação dos grandes centros urbanos, cuja população, de outro modo, teriam de alimentar, desviando recursos do Reich e do seu exército. Assim, a estratégia era fazer as populações urbanas passarem fome, para que (...) se deslocassem para o campo, onde se tornariam uma força produtiva, alimentando-se a elas e ao Reich.”*⁷³

Ora, a União Soviética venceu a Segunda Guerra Mundial. Isso fez surgir um maior sentimento de nacionalismo russo, “mais imperial do que antes”, o que, para o ditador soviético, justificava “as políticas de pós-guerra de russificação das repúblicas não-russas e dos territórios recém-anexados da Ucrânia, Moldávia e Báltico (...)” Estaline interpretava a vitória na guerra como “o prelúdio da expansão internacional da Rússia”, pois “a União Soviética demonstrara ser invencível, e que sob liderança russa era suficientemente forte para libertar o mundo capitalista”⁷⁴. A «russificação» continuou: se “as autoridades nunca decretaram formalmente a assimilação na cultura russa, (...) as suas políticas promoviam-na claramente”. Se a língua ucraniana pôde manter terreno “no Oeste e nas aldeias do Centro [da Ucrânia]”, houve muitas

⁷¹ *Ibidem*, p. 353

⁷² *Ibidem*, p. 352

⁷³ *Ibidem*, p. 361

⁷⁴ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 269-271

“cidades no Leste e Centro da Ucrânia [que se tornaram] de novo russófonas (...)”. A própria “ideologia oficial soviética via os Ucrânianos como parceiros juniores dos Russos na administração da União Soviética”⁷⁵.

*“Em [1945], o governo soviético traçaria uma nova fronteira ucraniana ocidental, anexando à URSS as terras reivindicadas no Pacto Molotov-Ribbentrop e também a região Transcarpatiana da Checoslováquia do período entre-guerras. Era justiça do vencedor na interpretação soviética caracteristicamente implacável.”*⁷⁶

No ano antes da morte de Estaline, em 1952, a “população do Gulag [sistema de campos de concentração soviéticos] atingira o auge (...), altura em que havia cerca de 2 milhões de prisioneiros nos respetivos campos de trabalho e colónias”; após a morte de Estaline, os prisioneiros começariam a ser libertados. Nikita Khrushchev ascenderia ao topo de uma liderança coletiva que assumiu então o poder na União Soviética. Num «Discurso Secreto» de 1956 – que acabou por ver a luz do dia –, Khrushchev expôs os crimes do seu predecessor, Estaline. O texto desse discurso fez com que o Partido Comunista da União Soviética perdesse autoridade moral: “Pela primeira vez na sua história, admitia que tinha errado – não erros de pormenor, mas erros catastróficos – e que sempre mentira sobre eles”. Com a sua política de Degelo, “(...) a abertura parcial da sociedade soviética ao Ocidente”, o partido procurava “conquistar as simpatias da juventude ocidental para o modo de vida soviético. Mas o resultado foi o oposto”. Khrushchev viria a ser afastado do poder em 1964, devido à sua “liderança errática” e à sua gestão do confronto com os Estados Unidos durante a Crise dos Mísseis de Cuba, tendo sido substituído por Leonid Brejnev.⁷⁷

Rapidamente se tornou claro que eram necessárias reformas consideráveis do sistema soviético. Mikhail Gorbachev, sétimo Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, “(...) que acreditava na visão de Khrushchev de uma renovação leninista para revitalizar o projeto soviético”, assumiu o ímpeto reformista “do único sítio de onde poderia vir: a liderança do partido”, através da sua política de *glasnost* e *perestroika*⁷⁸. Gorbachev “era,

⁷⁵ Yekelchik, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 96-97

⁷⁶ Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 365

⁷⁷ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 275-279

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 283-284

ou queria vir a ser, um reformista dentro do regime”⁷⁹. A sua *perestroika*, como conjunto de reformas estruturais, estava baseada no “(...) pressuposto de que os mecanismos de mercado podiam ser incorporados na economia socialista para estimular a produção e satisfazer as necessidades de consumo”⁸⁰. Quanto à *glasnost* – com a qual Gorbachev propunha uma maior transparência do processo de tomada de decisão política e um abrandamento da censura –, esta levou a que os cidadãos soviéticos manifestassem (mais abertamente) o seu descontentamento perante a “negligência criminosa do regime” na gestão da catástrofe nuclear de Chernóbil de 1986⁸¹. A política de *glasnost*, portanto, tivera (e teria) consequências de que os líderes soviéticos não esperavam e não puderam controlar: o partido perderia o controlo dos *media*, “os quais passaram a revelar problemas sociais que antes eram silenciados pelo governo”, o que politizaria e polarizaria a sociedade. “Um por um, os mitos de legitimação do regime (...) foram sendo postos em causa (...)”; o “Estado de partido único começou a desmoronar do mesmo passo que os reformistas no seio do sistema perdiam a vontade de o defender, ou declaravam o seu apoio à oposição”⁸².

*“(...) quando o quarto reator da central de Chernobyl explodiu como resultado de um teste na turbina que correu mal, os líderes ucranianos aperceberam-se subitamente do pouco controlo que tinham sobre os seus próprios destinos e sobre os da sua república.”*⁸³

*“O desastre de Chernobyl despertou a Ucrânia, levantando questões fundamentais sobre as relações entre o centro e as repúblicas, entre o Partido Comunista e o povo, tendo ajudado a iniciar o primeiro grande debate público numa sociedade que lutava para recuperar a sua voz após décadas de estagnação (...).”*⁸⁴

Quando os comunistas de linha dura procuraram opor-se às reformas de Gorbachev, este reagiu com “uma série de reformas [ainda] mais radicais”; porém, Gorbachev iria precisar “do apoio da linha dura para os seus planos de reconstituição da União Soviética”. Entretanto, já iam surgindo movimentos nacionalistas e independentistas em várias das repúblicas socialistas soviéticas, tendo sido as repúblicas bálticas as primeiras a declarar e reivindicar a

⁷⁹ Amaral, Diogo Freitas do. *Glória e tragédia de Gorbatchov*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 51

⁸⁰ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 283-284

⁸¹ Yekelchik, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022, p. 100-101

⁸² Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 286-287

⁸³ Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 406

⁸⁴ *Ibidem*, p. 408

sua independência. O plano de Gorbachev era reconstituir a União Soviética sob a forma de “federação de Estados independentes, algo semelhante à União Europeia, com presidente, política externa e forças armadas únicos”⁸⁵; organizou um referendo (“apostar tudo no voto democrático dos povos soviéticos”⁸⁶) através do qual os soviéticos poderiam decidir entre alterar a estrutura da União Soviética, ou então dissolvê-la *tout court*. O objetivo de Gorbachev era relegitimizar a existência da união, através de um processo democrático. No entanto, os comunistas da linha dura, receando que o referendo causasse o desmembramento do país, optaram por realizar um golpe de Estado, colocando Gorbachev em prisão domiciliária. Mas os golpistas foram malsucedidos. Gorbachev, ainda assim, perderia a sua influência, pois havia “muito quem pensasse que tinha estado do lado dos golpistas, ou de alguma forma fora cúmplice”⁸⁷.

*“A retórica da «aceleração» depressa deu lugar à política da perestroika (...), que tirou a autoridade deliberativa aos ministérios em Moscovo e investiu-a não nas regiões e repúblicas, como Khrushchev, mas em empresas individuais. Esta situação perturbou as burocracias centrais e os líderes locais, também antagonizados pela política de glasnost ou «abertura» de Gorbachev, que os expôs a críticas vindas de baixo, agora encorajadas pelos meios de comunicação social centrados em Moscovo.”*⁸⁸

Gorbachev, tendo perdido protagonismo para Boris Ieltsin – o então presidente da república russa, integrada ainda na União Soviética –, e não querendo presidir à desagregação da união, demitiu-se do cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética⁸⁹. Pese o resultado do referendo de Gorbachev (tido em março de 1991) tenha sido favorável à continuidade da união, os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia reuniram-se e, ainda que implicitamente, reconheceram a independência plena das suas respetivas repúblicas (estas três repúblicas constituíam o núcleo duro da união⁹⁰). “Na realidade, estava-se perante um golpe dos líderes das três repúblicas”⁹¹.

⁸⁵ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 287-289

⁸⁶ Amaral, Diogo Freitas do. *Glória e tragédia de Gorbachov*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 63

⁸⁷ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 290

⁸⁸ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 409

⁸⁹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 291

⁹⁰ Amaral, Diogo Freitas do. *Glória e tragédia de Gorbachov*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 81-83

⁹¹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 291

Depois da visita do Presidente dos Estados Unidos a Kyiv para instar a Ucrânia a não declarar a sua independência (pois os norte-americanos temiam que a desagregação da União Soviética levasse a guerras entre repúblicas soviéticas com armas nucleares), a elite política ucraniana dividiu-se: a maioria no parlamento ucraniano preferia ter “uma ampla autonomia no seio de uma união reestruturada”; a minoria “queria uma independência total”⁹². Para além disso, o referendo de Gorbachev (de março de 1991) sobre a continuação e reforma da união teve 70% de vozes a favor. Aquilo que fez pender a balança para o lado da independência da Ucrânia foi o “golpe dos extremistas contra Mikhail Gorbachev em Moscovo, a 19 de agosto de 1991”, que tivera início na própria Ucrânia, na Crimeia, onde Gorbachev passava férias⁹³.

Quando Gorbachev regressou à capital, depois do golpe da linha dura dos comunistas, “mostrou-se incapaz de recuperar o poder”; já Ieltsin “aproveitou o enfraquecimento central para iniciar a tomada do poder da união pela Rússia”, o que significava que a Rússia “estava efetivamente a assumir o controlo”⁹⁴. Isto fez com que as repúblicas que ainda eram a favor de preservar a união deixassem de o ser, sobretudo a Ucrânia: “em referendo de 1 de dezembro [de 1991], os Ucranianos votavam por larga maioria pela independência” – porém, a “saída da Ucrânia deixava uma enorme lacuna no navio do Estado soviético, algo que nunca seria esquecido por aqueles que viram o seu naufrágio como uma tragédia”⁹⁵. Mas esse referendo dera à Ucrânia a possibilidade de uma saída limpa da União Soviética e sem conflito aberto com o centro⁹⁶. A União Soviética desapareceria, assim, do mapa-múndi.

*“A (...) independência da Ucrânia ditou o fim da União Soviética. Os participantes no referendo tinham mudado o seu destino, mas também o curso da História mundial. (...) [libertou] as restantes repúblicas soviéticas ainda dependentes de Moscovo. (...) não existia uma ligação simbólica entre Moscovo e Kiev. (...) O que parecia impossível alguns meses antes tinha-se tornado uma realidade: o império tinha desaparecido e um novo país tinha nascido. (...) [Tinha sido] a Ucrânia a cavar a sepultura do último império europeu.”*⁹⁷

O período pós-soviético

⁹² Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 415-416

⁹³ *Ibidem*, p. 417

⁹⁴ *Ibidem*, p. 418

⁹⁵ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 291

⁹⁶ Plokhy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 419

⁹⁷ *Ibidem*, p. 421-422

Na nova Federação Russa – ou Federação da Rússia –, não se deu uma verdadeira revolução democrática: “as velhas elites do país cedo reemergiram no topo do sistema pós-soviético”⁹⁸, tendo o país caído “numa profunda crise económica e social”⁹⁹. Não foram feitos esforços – ou, quando muito, esses esforços não foram bem-sucedidos – no sentido de aumentar a transparência das instituições, e um conjunto de oligarcas foi tomando o controlo “de forma pouco transparente dos setores mais rentáveis da economia russa: extração de gás e petróleo, metalurgia, siderurgia, etc.”¹⁰⁰. Foi esse o contexto da rápida ascensão de Vladimir Putin à liderança do país, tendo sucedido ao entretanto desacreditado Boris Ieltsin no cargo de presidente. Esse sucesso de Putin, baseara-se, “não na avaliação das suas políticas (ninguém sabia o que defendia), mas na sua imagem nos ecrãs de televisão: sóbria, aprumada, competente, alguém que não envergonharia a Rússia no palco internacional – em suma, o oposto de Ieltsin”. Putin defende uma visão conservadora e estatista do seu país e da sua história, de “(...) que a Rússia tem sido forte quando o povo está unido atrás de um Estado forte; e fraca quando o povo está dividido e perde de vista os «valores russos» que o unem (...)”; quanto aos oligarcas russos, admitia que apenas aqueles que se submetessem à sua liderança pudessem continuar a operar e a enriquecer. O líder russo defende, e impôs na prática, a ideia de «poder vertical»¹⁰¹, concentrando o poder na Rússia na sua pessoa – “a pretexto da luta contra o separatismo e terrorismo, [Putin] começou a edificar um sistema de concentração de poderes no Kremlin em prejuízo da democracia”¹⁰² –; para tal, enfraqueceu a Duma (o parlamento) e os poderes autónomos regionais (os líderes passavam a ser escolhidos por Moscovo, e não eleitos em eleições regionais). Este regime liderado por Putin foi chamado de «democracia soberana», e tratar-se-ia de uma «democracia encenada», ou seja, haveria eleições, mas o resultado das mesmas seria já predeterminado¹⁰³.

“Os russos foram mais afetados do que as outras nacionalidades [da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] pelo colapso ideológico [comunista]. (...) Nunca tinham sido um Estado-nação. A sua identidade estivera subsumida no Império Russo, primeiro, e depois na União Soviética, na qual eram considerados a nacionalidade dirigente. A Rússia

⁹⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 295

⁹⁹ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 263

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 264

¹⁰¹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 298-301

¹⁰² Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 271

¹⁰³ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 301-302

existira como império durante tanto tempo que (...) não conseguia reinventar-se como [um] Estado-nação depois de 1991.”¹⁰⁴

Na política externa, os primeiros anos de Putin no poder foram marcados por esforços no sentido de “uma maior aproximação entre a Rússia e o Ocidente”¹⁰⁵ (Putin pretendia mesmo “reforçar a integração da Rússia no Ocidente”¹⁰⁶) – sobretudo depois dos atentados do 11 de Setembro –; mas, isso, na condição de o Ocidente reconhecer o espaço pós-soviético como a área de influência da Rússia. Os primeiros sinais de desentendimento deram-se com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos (em 2003) e com o alargamento da União Europeia de 2004¹⁰⁷; no entanto, “a verdadeira rutura com o Ocidente resultou da expansão [da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a aliança militar euroatlântica] para Leste”¹⁰⁸. “(...) A incorporação (...) dos antigos satélites soviéticos fez que a Aliança fosse entendida como antirrusa, acentuando os antigos ressentimentos da Rússia em relação ao Ocidente”¹⁰⁹. Para além disso, o Kremlin interpretou as chamadas «revoluções coloridas» da Geórgia, Ucrânia e Moldávia como uma ameaça geopolítica, como “formas de retirar esses países da esfera de influência russa e ensaios para derrubar o próprio regime de (...) Putin”¹¹⁰. A Estónia foi vítima de um ciberataque russo em 2007. Vladimir Putin, guiado por um ideário pan-eslavista e pela ideia de «mundo russo» (argumentando que a Rússia tinha como missão defender os russófonos que haviam ficado de fora da Rússia aquando da desagregação da União Soviética)¹¹¹, invadiu a Geórgia em 2008 – depois de aquele país ter mostrado interesse em aderir à Aliança Atlântica –, “a pretexto de defender os interesses dos «cidadãos russos residentes na Ossétia do Sul», região separatista da Geórgia”. No entanto, os ocidentais “limitaram-se a protestos verbais, o que levou o Kremlin a considerar que podia ir mais longe na política agressiva em relação aos países vizinhos”¹¹².

Se Putin “sonhava a Rússia como uma «civilização supranacional», definida pelos seus valores espirituais, e fundamentalmente oposta às influências seculares e liberais do Ocidente”,

¹⁰⁴ *Ibidem*, pp. 298-299

¹⁰⁵ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 272

¹⁰⁶ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 310

¹⁰⁷ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 272

¹⁰⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 311

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 312

¹¹⁰ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 273

¹¹¹ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 312-314

¹¹² Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 274

então, havia uma dimensão profundamente ideológica por trás das tensões entre o Ocidente e a Rússia, pelo que não se tratava somente de querelas de natureza puramente geopolítica. O palco principal do choque entre estes dois lados seria a Ucrânia. “Embora tivesse declarado várias vezes que reconhecia a soberania da Ucrânia, o governo de Putin nunca conseguiu levar-se a aceitá-la verdadeiramente” (a “perda da Ucrânia foi um sapo muito difícil de engolir para os nacionalistas da geração de Putin”). Este via a Ucrânia como “parte indissociável do «mundo russo»”, justificando com “a defesa dos milhões de antigos cidadãos russos (...)” a sua ingerência nas questões internas da Ucrânia. Temendo que uma Ucrânia democrática pudesse constituir uma ameaça ao seu regime, “Putin implementou uma política destinada a manter a Ucrânia fraca, dividida e dependente da Rússia”. Jogando com as divisões internas da Ucrânia, o “regime de Putin apoiou os líderes pró-russos da Ucrânia, e tornou a vida difícil para os que defendiam maior integração na Europa”¹¹³.

A liderança ucraniana cedo decidiu “criar as suas próprias forças armadas e marinha com base em unidades do exército da marinha soviéticos estacionados” no seu território. O primeiro grande litígio da Ucrânia independente com a Rússia, em 1992, esteve relacionado com o controlo sobre a antiga frota soviética do Mar Negro, tendo as partes concordado em repartir a frota entre si. Um outro litígio importante prendia-se com a presença de militares russos na Crimeia, já que a Rússia não estava disposta a abandonar o porto de Sebastopol – as partes assinaram um acordo que permitia a “presença da frota russa até 2017”. Depois de ter ratificado esse acordo, “parecia que a Ucrânia tinha terminado o «divórcio civilizado» do seu vizinho e antigo líder imperial”¹¹⁴.

Um dos grandes objetivos da nova Ucrânia independente era (e é) poder vir a “aderir à comunidade europeia de nações”. O primeiro envolvimento ucraniano, a nível político, com o Ocidente teve que ver com a questão do arsenal nuclear que herdara da União Soviética, em que se determinou que a Ucrânia desistiria dessas armas nucleares, em troca de uma garantia das grandes potências de respeito pela sua integridade territorial. No mesmo ano, a Ucrânia assinaria “um acordo de cooperação com a União Europeia (...), o primeiro acordo deste tipo que a [União Europeia] oferecia a um Estado pós-soviético”, e tornou-se também o primeiro

¹¹³ Fíges, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 314-317

¹¹⁴ Plokyh, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 425-427

país membro da Comunidade de Estados Independentes a “fazer parte do acordo de Parceria para a Paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte (...)”¹¹⁵.

Nos anos noventa, o país “não só conseguiu levar a cabo a sua primeira transferência de poder entre dois rivais para a presidência, como manteve também uma política competitiva e criou bases legais para uma democracia viável”: em 1994, soubera resolver o conflito entre parlamento e presidente (Kravchuk aceitara convocar eleições presidenciais, que perdeu para Leonid Kuchma). Kuchma “reescreveu a constituição da era soviética”, mas em conjunto com o parlamento. Parte do sucesso democrático da Ucrânia foi “a sua diversidade regional – uma herança (...) que se traduziu em diferenças políticas, económicas e culturais articuladas no parlamento e resolvidas por negociação na arena política”. Na Ucrânia, “(...) quem obteve a maioria no parlamento adquiriu-a como resultado de um acordo de coligação e teve de lidar com uma oposição que não era fácil de satisfazer ou cooptar” – e não havia grupos políticos capazes de absorver ou controlar todos os outros.¹¹⁶

*“(...) um forte complexo de inferioridade afligia as elites de Kiev em relação às suas congéneres russas e, inicialmente, seguiram modelos desenvolvidos na Rússia para lidarem com os seus próprios desafios políticos, sociais e culturais. Demoraram algum tempo [para] perceber que os modelos russos não funcionavam na Ucrânia. A Ucrânia era diferente.”*¹¹⁷

*“O cenário ucraniano era tão pluralista na viragem do século XXI como tinha sido após a declaração de independência. Na realidade tornou-se ainda mais diversificado. Todas as forças políticas tiveram eventualmente de aceitar a realidade: que as soluções políticas russas geralmente não funcionavam na Ucrânia.”*¹¹⁸

Após a sua declaração de independência, a Ucrânia sofreu um grande revés, na forma de um acentuado declínio económico: o PIB ucraniano diminuiu 60% entre 1991 e 1997 – o que fez da Ucrânia uma terra de emigração. Foram várias as razões para um tão pronunciado declínio económico: o “colapso da economia soviética perturbou os laços económicos entre diferentes repúblicas, mas também ditou o fim das aquisições de bens e equipamento militar

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 427

¹¹⁶ *Ibidem*, pp. 428-429

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 429

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 430

para os ex-militares soviéticos” (note-se que a Ucrânia pré-independência possuía um grande complexo militar-industrial); para além disso, “a Ucrânia não tinha receitas de petróleo para suavizar o golpe”. O principal motivo para o estado da economia ucraniana naquele período foi: “o atraso do governo ucraniano nas reformas económicas extremamente necessárias e a manutenção dos subsídios às empresas estatais que perdiam dinheiro (...)” – a inflação iria chegar aos 2500% em 1992. Este período económico chegaria ao seu fim ao mesmo tempo em que se dava a ascensão dos chamados oligarcas, embora os processos de privatização das empresas ucranianas fossem de “natureza corrupta e frequentemente criminosa (...)”; o país veria uma recuperação económica nos primeiros anos do novo milénio. A privatização das empresas deu-se sobretudo durante a presidência de Kuchma (tendo este ganhado, portanto, o apoio político dos oligarcas). Mas Kuchma ver-se-ia, desde 2000, envolvido no escândalo «Kuchmagate», que acabaria por ser “um ponto de viragem na política ucraniana”, visto que “expôs o lado corrupto das políticas do presidente (...)”, que, “aparentemente, (...) era (...) um vilão, talvez até um assassino”¹¹⁹.

*“A Ucrânia precisava de novos proprietários e de uma nova classe de gestores para revitalizar a sua economia. Conseguiram as duas (...) com um grupo de jovens empresários, ambiciosos e impiedosos, sem raízes na velha economia planificada da era soviética e que tinham conseguido sair do caos económico dos anos da perestroika e das guerras da máfia dos anos 90. Conhecidos na Ucrânia, tal como na Rússia, como oligarcas, emergiram como os principais beneficiários da segunda fase de privatização, que [teve que ver com a] venda de ativos do governo por uma fração do seu valor real.”*¹²⁰

*“A oposição (...) lançou uma campanha política sob o lema «Ucrânia sem Kuchma». Os cidadãos responderam positivamente aos apelos de redução da corrupção política e [da] económica. A classe média emergente, que estava a substituir a intelligentsia da era soviética eliminada pelo colapso, estava cansada da corrupção oficial, da supressão da atividade política e das restrições à liberdade de expressão. A Ucrânia queria uma mudança.”*¹²¹

Kuchma, assim, pese ter sobrevivido às consequências iniciais do escândalo, não foi capaz de travar a “ascensão do ativismo político”, liderado por aqueles “que queriam acabar

¹¹⁹ *Ibidem*, pp. 430-433

¹²⁰ *Ibidem*, p. 434

¹²¹ *Ibidem*, pp. 434-435

com a corrupção governamental, melhorar as relações com o Ocidente (...)”, dar enfim início ao seu projeto de “lançar um programa de integração com a União Europeia”. Este grupo de ativistas encontrou um líder na pessoa de Viktor Yushchenko, um ex-primeiro-ministro que tinha, anos antes, presidido à recuperação económica no país, e que tinha também tapado os “buracos na lei que permitiam aos oligarcas evitarem a tributação”; o período de Yushchenko como primeiro-ministro, por outro lado, tinha registado uma diminuição da carga fiscal sobre as pequenas e médias empresas, “tirando boa parte da economia ucraniana da sombra”, o que chegou mesmo a aumentar as receitas do Estado – isto deu margem de manobra ao governo de Yushchenko para pagar os salários e as pensões que estavam em atraso –; o PIB do país na época de Yushchenko passaria a mostrar um sólido crescimento de 6% em 2000¹²².

“Se a Ucrânia pró-reforma depositou as suas esperanças em Yushchenko, o antigo governador do oblast de Donetsk e último primeiro-ministro de Kuchma, Viktor Yanukovich, defendeu o regime oligárquico do Presidente Kuchma. Foi também a escolha do presidente russo, Vladimir Putin, que (...) estava ansioso por ter um aliado, ou um seguidor, em Kiev.”

123

Nas eleições presidenciais mais disputadas desde a recente independência do país, em 2004, enfrentavam-se, de um lado, Yushchenko, e, do outro, Yanukovich. Yushchenko viria mesmo a ser envenenado com uma toxina que não era fabricada na Ucrânia, mas na Rússia sim; o “correto diagnóstico” salvou-lhe a vida, e Yushchenko voltou à campanha. Mais tarde, descobriu-se que os números da votação dos ucranianos nas urnas tinham sido manipulados, o que desencadeou a Revolução Laranja de 2004, durante a qual se reuniram meio milhão de pessoas na Praça da Independência (ou Maidan) em Kyiv. “(...) Apoiados pelos eleitores, os políticos europeus envolveram-se na crise da Ucrânia e desempenharam um papel importante na sua resolução” – Kuchma seria convencido pelo presidente polaco a aceitar a decisão do Tribunal Constitucional de “anular os resultados oficiais das eleições por fraude”. Assim, os ucranianos foram a eleições novamente a 26 de dezembro de 2004: Yushchenko vencera, com 52% dos votos. “A Revolução Laranja conseguiu o seu presidente”, o qual “fez da política externa a sua prioridade e confindenciou a um dos seus assessores que a adesão à UE era um objetivo pelo qual valia a pena viver”. No entanto, “(...) Yushchenko não conseguiu fazer da

¹²² *Ibidem*, p. 435

¹²³ *Ibidem*, pp. 435-436

Ucrânia um lugar mais justo para viver e gerir negócios, tendo feito ainda muito pouco em relação à corrupção desenfreada”. No fim do seu mandato, em 2010, “(...) era já grande a desilusão relativamente à sua governação¹²⁴.

Sucedeu-lhe na presidência Viktor Yanukovych, que tinha sido “o principal alvo dos protestos em 2004 na Maidan”. Este presidente cedo revelou uma vontade de mudar as regras do jogo democrático em seu benefício: tinha como projeto “um regime fortemente autoritário e tentou concentrar o máximo de poder possível nas suas mãos e nas da sua família”; chegou mesmo a reescrever a constituição ucraniana, “forçando o parlamento a cancelar as emendas de 2004 e a ceder mais poder à presidência”. Tendo concentrado o poder na sua pessoa, enquanto silenciava a oposição, Yanukovych concentrou-se “no enriquecimento do clã governante”, tendo o presidente “e os membros da sua família e comitiva [acumulado] enormes fortunas”. Assim, “a sociedade ucraniana voltou a depositar as suas esperanças na Europa”, já que, ainda no tempo de Yushchenko, a Ucrânia iniciara conversações com a União Europeia a propósito de um acordo de associação: a “esperança [de muitos ucranianos] era que, uma vez assinado, o acordo salvasse e fortalecesse as instituições democráticas da Ucrânia, protegesse os direitos da oposição e trouxesse os padrões empresariais europeus”, de modo a pôr um fim definitivo ao flagelo da corrupção. A recusa do presidente de assinar o acordo de associação com a União Europeia foi a última gota de água que fez transbordar o copo, tendo como resultado aquela que se conhece como a Revolução da Dignidade, “que reuniu forças políticas diversas, desde os liberais dos principais partidos até aos radicais e nacionalistas”. Porém, a Maidan levaria os russos a invadir a Crimeia¹²⁵.

“Estava tudo pronto para uma cerimónia de assinatura na cimeira da UE em Vílnius, agendada para (...) 2013. Mas, uma semana antes da cimeira, o governo ucraniano mudou subitamente de rumo, propondo adiar a assinatura do acordo de associação. Yanukovych deslocou-se a Vílnius, mas recusou-se a assinar. Os líderes europeus ficaram desapontados, mas muitos cidadãos ucranianos ficaram indignados. O governo [quebrara] as promessas feitas ao longo do ano anterior, destruindo a esperança de um futuro europeu melhor.” ¹²⁶

¹²⁴ *Ibidem*, p. 436-438

¹²⁵ *Ibidem*, pp. 441-444

¹²⁶ *Ibidem*, p. 442

*“(…) Mais uma vez, tal como em 2004, os manifestantes recusaram-se a sair das ruas. Em (...) 2014, após o governo ter tentado proibir os protestos, ocorreram violentos confrontos entre a polícia e os bandidos contratados pelo governo (...) e os manifestantes (...). A violência atingiu o seu auge a 18 de fevereiro. Em três dias, morreram pelo menos 77 pessoas – nove polícias e 68 manifestantes. As mortes provocaram uma (...) transformação na Ucrânia e na comunidade internacional. A ameaça de sanções internacionais obrigou os membros do parlamento ucraniano (...) a libertarem-se do medo de represálias presidenciais e a aprovarem uma resolução que proibia o uso da força pelo governo. Na noite de 21 de fevereiro, com o parlamento contra ele e [com] a polícia de choque fora do centro de Kiev, o Presidente Yanukovich fugiu de Kiev e da revolução. Os manifestantes triunfaram.”*¹²⁷

Em 2014, Putin anexou a península da Crimeia, o que lhe valeu uma bastante larga aprovação da população russa, pois: “Havia o sentimento de que fora revertida a perda injusta de um território russo, uma perda que era símbolo do ocaso do Império da Rússia e do seu estatuto de potência mundial”¹²⁸. O presidente russo tentaria dar uma aura de legitimidade à anexação através de um referendo, o qual, tendo sido realizado na Crimeia “sob ocupação militar e sem controlo internacional”¹²⁹, dificilmente poderia considerar-se legítimo, fosse ou não a população da Crimeia (maioritariamente russófona¹³⁰) a favor da sua entrada na Federação da Rússia. O Kremlin, aliás, procuraria ainda justificar a anexação fazendo referência ao precedente do Kosovo; no entanto, se “o Kosovo se transformou num Estado independente [sem ter sido universalmente reconhecido como tal], a Crimeia foi pura e simplesmente absorvida pela Rússia”, pelo que esta não pode ser tida como uma justificação válida. Por outro lado, ao anexar a Crimeia (num ato de violação clara da soberania da Ucrânia), a Rússia desrespeitou os termos do Acordo de Bucareste de 1994, segundo o qual as potências nucleares – entre as quais se encontra a Rússia – garantiam a soberania e a integridade territorial da Ucrânia, em troca da cedência do armamento nuclear que esta última herdara da União Soviética¹³¹. Uma outra justificação empregada pelo lado russo para a anexação da Crimeia foi a de que os russófonos da península estariam a ser alvo de práticas genocidas¹³², tese pouco

¹²⁷ *Ibidem*, p. 442-443

¹²⁸ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 318

¹²⁹ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos escravos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 278

¹³⁰ Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 318

¹³¹ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos escravos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 279

¹³² Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 318

convincente, já que “a situação política na Crimeia [pré-anexação] era relativamente calma”¹³³. Ora, o Ocidente não mostrou ter suficiente capacidade ou vontade em dissuadir a Rússia de intervir novamente na Ucrânia (as sanções ocidentais não tiveram esse efeito); para além disso, “o Ocidente continuou a comprar combustíveis fósseis aos russos”¹³⁴.

*“Enquanto os manifestantes da Maidan viam o seu país como parte da civilização europeia, os insurgentes pró-russos imaginavam-se como participantes num «Mundo Russo» (...) e a sua guerra como uma defesa dos valores ortodoxos contra o avanço do corrupto Ocidente europeu.”*¹³⁵

A 25 de fevereiro de 2014, o parlamento da Crimeia foi tomado por homens armados, mas sem uniformes ou insígnias que os identificassem claramente, enquanto que o referendo se deu no mês seguinte. O seu resultado, afirma-se, foi de 97% a favor da adesão da Crimeia à Rússia, o que motivou Putin a mandar “anexar a Crimeia como um ato de justiça histórica, desfazendo parte dos danos causados à Rússia” pelo fim da União Soviética. Ora, o governo ucraniano não reconheceu a legitimidade do referendo, mas não pôde impedir a anexação da península, dado o estado em que se encontravam as suas forças armadas, as quais tinham sido “subfinanciad[as] durante décadas e [não tinham] experiência de guerra”; por outro lado, o governo de Kyiv procurava também evitar que Moscovo desestabilizasse ainda outras regiões da Ucrânia – um receio justificado, visto que os russos, de facto, procuravam desestabilizar a Ucrânia a partir do Donbas, aproveitando (e explorando) para isso as divisões linguísticas e históricas do país. Mas a sociedade civil ucraniana reagiu a esta intenção russa de criar caos, e, com “o fim da crise de legitimidade gerada pela saída de Yanukovych, a Ucrânia estava preparada para fazer frente a uma agressão, fosse ela aberta ou encoberta”¹³⁶.

*“La anexión de Crimea fue sucedida por la secesión fallida del Donbás. (...) Allí, las fuerzas rusas intentaron mantener un papel secundario, transfiriendo material (...) y apoyos a los milicianos de las autoproclamadas repúblicas populares de Donetsk y Lugansk o (...) participando en las operaciones sobre el terreno.”*¹³⁷

¹³³ Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos eslavos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022, p. 279

¹³⁴ Fíges, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 319

¹³⁵ Ploky, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 447-448

¹³⁶ *Ibidem*, p. 444-448

¹³⁷ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 6

A Ucrânia teve o seu primeiro grande sucesso militar em julho de 2014, ao recuperar o controlo da cidade de Sloviansk. A Rússia respondeu reforçando o seu fornecimento de armas aos insurgentes pró-russos, o que incluiu mísseis antiaéreos (tendo um desses mísseis abatido, a 17 de julho de 2014, um avião de passageiros da Malaysia Airlines, matando as 298 pessoas a bordo); quando se apercebeu de que as duas repúblicas separatistas estavam muito perto da derrota, a Rússia “intensificou a ofensiva e enviou tropas regulares para a batalha”, bem como mercenários. Assim, “as partes em conflito assinaram o Protocolo de Minsk, um acordo (...) que deu origem a um cessar-fogo, mas pouco mais do que isso”: em janeiro, a guerra tinha recomeçado. Em fevereiro, a França e a Alemanha intervieram novamente, promovendo um novo acordo de paz, o Minsk II, mas “os disparos continuaram após a sua assinatura (...)”. O Kremlin, nestes combates, “não conseguiu concretizar o seu plano original de criar uma Nova Rússia – um estado controlado pela Rússia, estendendo-se de Donetsk, a leste, até Odessa, a oeste, e que constituiria uma ponte terrestre da Rússia até à Crimeia”. Também não foi capaz de “impedir a Ucrânia de reforçar os seus laços políticos e económicos com o Ocidente”¹³⁸.

*“Com a Ucrânia a recusar-se a aceitar qualquer perda do seu território ou a desistir do seu objetivo de integração política, económica e cultural com o Ocidente; com a Rússia a recusar-se a deixar a Ucrânia sair da sua esfera de influência e com o Ocidente preocupado com a ameaça à ordem internacional, mas dividido quanto à (...) estratégia para controlar as crescentes ambições russas, a guerra na Ucrânia Oriental transformou-se num conflito (...) sem fim à vista.”*¹³⁹

Assim, com o continuar do conflito no Donbas, as elites da Ucrânia deram-se conta de que a Ucrânia necessitava de forças armadas capazes – mais do que as provisões do Direito Internacional – para assegurar a preservação da sua independência e soberania. Ora, o país, para se dotar de forças armadas capazes de deter agressões de Estados terceiros no futuro, iria precisar de apoio dos parceiros ocidentais, financeiro e material; por outro lado, reconstruir, “muitas vezes, a partir do zero, [as] forças armadas ucranianas não poderia acontecer sem o relançamento da economia do país”. A Ucrânia necessitava urgentemente de novas reformas em setores-chave da economia nacional, a começar por uma “tão necessária reestruturação do

¹³⁸ Plokyh, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, pp. 448-450

¹³⁹ *Ibidem*, p. 450

setor financeiro e o refinanciamento dos bancos”, reforma, que, embora custosa, acabou por revelar-se bem-sucedida; seguiu-se “a reforma do setor energético”, através da qual se pôde combater a onnipresente corrupção nesse setor e, assim, reduzir também o poder económico dos oligarcas. Várias destas reformas “visavam especificamente a corrupção”. Assim sendo, e apesar dos problemas ainda existentes, dera-se, com sucesso, “a transformação da Ucrânia numa democracia de mercado funcional”¹⁴⁰.

*“The eight years of hybrid warfare that Russia had waged against Ukraine in the Donbas (...) turned Ukraine into a different country and society from those of 2014. A country divided by issues of history, culture, and identity when the Crimea was annexed was now united by the desire to defend its sovereignty, democratic order, and way of life at almost any price. (...) The war had produced a much more homogenous country.”*¹⁴¹

¹⁴⁰ *Ibidem*, pp. 454-461

¹⁴¹ Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, p. 132

2. ESCALADA E DESENNROLAR DO CONFLITO:

Causas inmediatas da guerra

Foi a partir de 24 de fevereiro de 2022 que o conflito de baixa intensidade entre a Ucrânia e a Federação da Rússia atingiu proporções que pareceriam impensáveis até àquela data, com uma guerra aberta, convencional e em grande escala em território europeu, a primeira desde a Segunda Guerra, “*y la primera gran guerra convencional desde la invasión de Irak hace casi veinte años*”. Esta guerra, assim, representa um fiasco da parte da Ucrânia e das potências ocidentais em dissuadir a Rússia de escalar o conflito até a este ponto, invadindo um “*vecino suyo, con el que además tiene importantes vínculos culturales o económicos, y al que (...) ha considerado como «hermano»*.”¹⁴²

“(…) *las guerras no tienen una única causa, ni siquiera si nos dedicamos a elaborar crónicas de héroes y villanos. Suele haber, claro está, una «causa inmediata o eficiente» de las guerras, que tiene que ver con las intenciones del agresor. Pero también hay una «causa permisiva o subyacente», que tiene que ver con la pasividad del resto de actores. O con su falta de credibilidad*”.

¹⁴³

Uma primeira causa imediata para a guerra russo-ucraniana pode identificar-se com a localização geográfica dos dois países em conflito, isto é, a sua situação geopolítica. É aqui que entram em jogo as ideias de Alfred Mackinder, que, no século XIX, definiu a área central do mundo (isto é, a região do mundo com maior valor geopolítico) como: “*un espacio que avanza desde Mongolia y el norte de China hasta el mar Negro, tras engullir el mar Caspio, convirtiendo en frontera la actual Alemania, Turquía y Escandinavia*”. Ora, quem detém a posição preeminente nesse espaço é precisamente a Rússia, e, para a Rússia, a única falha na sua «muralha» geográfica protetora fica a ocidente: “(…) *el problema para Rusia se halla en el flanco occidental del «heartland»*”. Isto porque não há quaisquer barreiras geográficas de dimensão relevante que protejam o centro do «heartland» de invasores vindos de oeste. Se as invasões a território russo por grandes potências se haviam dado por essa direção, a liderança russa de qualquer época (e qualquer tipo), então, sentiria a necessidade urgente de empurrar a

¹⁴² Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, pp. 6-9

¹⁴³ *Ibidem*, p. 23

fronteira dos seus domínios o mais para oeste possível, de modo a “(...) *al menos, ganar profundidad estratégica en su defensiva*”.¹⁴⁴ É de destacar também, por outro lado, na questão geopolítica, a corrente de pensamento de Zbigniew Brzezinski, que considerava a Ucrânia um “pivô geopolítico” (isto é, um Estado “cuja importância resulta não do seu poder, mas da sua localização e do modo como podem afetar o comportamento dos atores geoestratégicos”) – a importância da Ucrânia para a Rússia, assim, derivaria da sua «função» para a Rússia como um “escudo defensivo vital”¹⁴⁵.

*“Es de este modo que se puede entender que, en el imaginario ruso, la progresión de la [Alianza Atlántica] hacia el este, acontecida desde el fin de la Guerra Fría hasta nuestros días (...) sea lo más preocupante. Aunque haya sido gradual y pacífica (...), esa progresión se estaría acercando en demasía a las fronteras occidentales de la propia Rusia. (...) Rusia ha venido observando estos movimientos como una amenaza vital a su seguridad.”*¹⁴⁶

À questão da localização geográfica da Ucrânia (isto é, do enquadramento geopolítico do país), deve acrescentar-se uma análise às visões radicalmente divergentes entre diferentes atores em relação ao futuro daquele país. Uma análise que deve ter-se em conta, sobretudo a partir do momento em que a Ucrânia demonstra a “capacidade (...) para se manter no conflito com a Federação Russa e preservar a sua independência (...)”¹⁴⁷, o que tem a consequência de o destino da Ucrânia ainda estar indefinido – isto é, resistiu aos primeiros dias de guerra sem se ver reduzida a um papel de Estado vassalo da Rússia. Essas visões divergentes entraram em confronto a partir do momento em que a Ucrânia procurou uma maior aproximação à Europa, através do acordo de associação com a União Europeia, e o fim de uma política interna com tendências autoritárias – o que se traduziu, por exemplo, na descentralização do aparelho do Estado e na reforma do governo local, permitindo assim lidar melhor com os regionalismos. Mesmo na questão religiosa, houve mudanças importantes: a fusão de duas igrejas ortodoxas até então separadas (2018) e, sobretudo, fora da jurisdição do patriarcado de Moscovo. É que Putin via a Ucrânia como peça essencial do seu projeto de criar um novo «polo» geopolítico em torno da Rússia (que incluísse a maior parte do espaço pós-soviético), contribuindo assim

¹⁴⁴ *Ibidem*, pp. 11-13

¹⁴⁵ Branco, Carlos. 2020. *Do fim da Guerra Fria a Trump e à Covid-19: as promessas traídas da Ordem Liberal*. Lisboa: Edições Colibri, p. 155

¹⁴⁶ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 13

¹⁴⁷ Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022, p. 451

para o fim da unipolaridade norte-americana: *“For Putin, Ukraine was the key – without the second-largest post-Soviet Republic, the Eurasian Union would not be able to perform its function as one of his «poles» of the contemporary world”*¹⁴⁸. É nesse sentido que a liderança russa via com muito maus olhos o estabelecimento, entre a União Europeia e a Ucrânia, de uma zona de comércio livre, através do acordo, assinado em março de 2014, entre a Ucrânia e aquela organização internacional¹⁴⁹. *“A reorientação para a União Europeia deu um impulso à moral ucraniana, mas a resistência à agressão militar russa e à guerra híbrida aumentaram a valorização da (...) cultura nacional como fonte de unidade.”*¹⁵⁰

Uma causa imediata que importa não esquecer foi a exigência do presidente Putin de que a Aliança Atlântica garantisse – por escrito – que a Ucrânia jamais seria admitida como Estado-membro, e que “a Aliança [Atlântica] removesse os ativos militares que instalara na Europa de Leste desde 1997 (...)”; ultimato, esse, que foi rejeitado pela Casa Branca, o que, por sua vez, terá sido um dos fatores que levaram Putin a tomar a fatídica decisão, e a tomá-la quando tomou (três dias depois de uma “reunião gélida”, em Genebra, entre Antony Blinken e Sergei Lavrov), tendo Putin julgado que as suas tropas entrariam em Kyiv em dois dias. Para o Kremlin, “esta guerra não tem que ver apenas com a Ucrânia, mas sim com o fim da ordem e da economia global dominada pelos [Estados Unidos], alcançado pelo crescente poderio da Eurásia”¹⁵¹. Outro fator importante no desencadear da guerra terá sido Putin ter pensado que a *“reciente retirada de Afeganistão (agosto de 2021) podría afectar negativamente al Gobierno de Washington, poco deseoso de iniciar nuevas aventuras militares”*, sendo, por outro lado, para Putin, irrelevante o papel das principais organizações internacionais.¹⁵²

Quanto à Ucrânia, cabe mencionar que o presidente Volodimir Zelensky, tendo sido bem-sucedido na sua candidatura à presidência, insistiu desde o início que não aceitaria uma paz com a Rússia que implicasse a cedência de território ucraniano; por outro lado, rejeitou a ideia de Putin de levar a cabo reformas constitucionais internas, as quais poderiam revelar-se desastrosas para a posição ucraniana, uma vez que, caso a Rússia houvesse obtido a chance de gerir as eleições, essas resultariam num «estatuto especial» para o Donbas que tornaria essa

¹⁴⁸ *Ibidem*, pp. 451-452

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 453

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 452

¹⁵¹ Fíges, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, pp. 323-329

¹⁵² Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, pp. 21-22

região numa espécie de «enclave» de Moscovo. Assim, vendo-se fechada a possibilidade de entendimento a leste, Zelensky voltou-se para ocidente, fazendo todos os possíveis por que as capitais ocidentais aceitassem a adesão da Ucrânia à Aliança Atlântica.¹⁵³

Um outro ponto de rutura, que poderá ser considerado como uma causa imediata para a invasão de fevereiro de 2022, tem que ver com uma decisão de Zelensky de apertar o cerco aos canais de televisão e *media* pró-russos a operar na Ucrânia. Isto terá sido interpretado por Putin como uma manipulação ocidental contra a Rússia e a ideia de «mundo russo»; isto é, “*Russia was losing its presence in Ukrainian public space, limiting its ability to influence the Ukrainian public and intimidate the Ukrainian political elite*”.¹⁵⁴

Em abril de 2021, a Rússia posicionou um número considerável de ativos militares nas regiões fronteiriças com a Ucrânia, o que fez soar os alarmes nas capitais do Ocidente; porém, essa crise terminou com a Rússia reposicionando a maior parte das suas tropas para longe das fronteiras com a Ucrânia (tendo, no entanto, deixado intactas várias das suas infraestruturas e deixado para trás algum do seu equipamento). Mas, ainda no mesmo ano, outra crise surgiu. Em dezembro, as autoridades russas apresentaram um ultimato aos ocidentais – a exigência mais importante era de que houvesse uma garantia formal de que a Ucrânia nunca formaria parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte –; ato contínuo, posicionaram 200 000 tropas junto à fronteira ucraniana, “*suggesting that, if the West did not comply, then Russia would launch a major military offensive against Ukraine, reigniting the war that had begun in 2014*”.¹⁵⁵

O objetivo de Putin era capturar toda a Ucrânia; o presidente russo ia insistindo, na sua retórica, na deslegitimação da existência de um povo ou Estado ucranianos separados da Rússia. A 21 de fevereiro, numa gravação a ser publicada no dia da invasão, Putin justificou o seu ato de agressão como a resposta a um suposto genocídio perpetrado na Ucrânia contra falantes de russo, e como a resposta a um pedido de «ajuda» das ditas «repúblicas populares» do Donbas dirigido à Federação Russa, a qual havia reconhecido recentemente como Estados independentes. Este *casus belli* ditaria o objetivo mínimo da invasão russa, a captura de todo o Donbas, “*and misled the Ukrainian side into thinking that the war might be limited to the*

¹⁵³ Plokhy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, p. 140

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 141

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 141-143

Donbas alone”. Por outro lado, parte do discurso do presidente russo dava a entender que o Donbas não passava de um pretexto; este via a sua «operação militar especial» como a resposta da Rússia “*against the hostile West and the Ukrainian fascism that it supported.*”¹⁵⁶ O Ocidente, na sua perspetiva, seria “*un enemigo débil, hedonista, consumista, excesivamente sexualizado, demasiado receptivo al neofeminismo (...), desprovisto de virilidad, e incapaz de defenderse a sí mismo*”.¹⁵⁷

O desenrolar da guerra a partir de 24 de fevereiro de 2022

Em fevereiro de 2022, sob o pretexto de “*desmilitarizar y desnazificar [a Ucrania]*”, a Federação Russa lançou aquilo a que chamou uma «operação militar especial», a qual chegou a surpreender o mundo “*por el maximalismo de sus objetivos, la extraordinaria confianza en los medios, el desproporcionado riesgo asumido por el presidente Putin y por las carencias de sus fuerzas armadas*” – e, dado o insucesso russo em tomar Kyiv nos primeiros dias da sua «operação militar especial», esta degeneraria no “*mayor y más sangriento conflicto en Europa desde la Segunda Guerra Mundial (...)*”¹⁵⁸. Este conflito acabaria por descredibilizar de vez a ideia de que Ucrânios e Russos eram povos fraternos, “*to say nothing about their being one and the same people*”; o conflito, em vez disso, “*strengthened the Ukrainain people’s sense of identity and unity, endowing it with a new raison d’être, new narratives, and new heroes and martyrs*”.¹⁵⁹

A agressão russa teve início pouco antes das quatro horas da manhã (no fuso horário de Kyiv), tendo as forças russas avançado sobre a Ucrânia em diversas frentes: atacaram Kyiv a partir da Bielorrússia; atacaram Kharkiv, partindo de território russo; e avançaram, a partir da Crimeia, sobre o sul da Ucrânia, em direção a Kherson e a Nova Kakhovka. A própria capital foi atacada, não somente por tropas vindas da Bielorrússia (passando inclusive pela zona de Chernóbil), mas também por unidades russas vindas de território russo (das regiões de Sumy e de Chernihiv). “*The Russian troops advancing on Kyiv had only limited air support. The (...) [Russian] air dominance predicted by Western experts never materialized.*”¹⁶⁰ O presidente da

¹⁵⁶ *Ibidem*, pp. 151-152

¹⁵⁷ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 30

¹⁵⁸ *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, p. 15

¹⁵⁹ Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, pp. 193-198

¹⁶⁰ *Ibidem*, pp. 153-162

Federação Russa negava-se, porém, a descrever a agressão do seu país sobre a Ucrânia como uma invasão; em vez disso, segundo Putin, tratar-se-ia de uma «operação militar especial». *“El único frente en el que Rusia logró avances significativos desde la primera jornada fue en el sur, partiendo de Crimea.”*¹⁶¹ O que é certo é que a expectativa de Putin de que a invasão da Ucrânia fosse curta, uma questão de dias, não se materializou; nesse sentido, foi de especial importância o sucesso das forças armadas ucranianas em defender o aeroporto de Hostomel, perto da capital, *“del mismo modo que lo fueron los errores de inteligencia y tácticos rusos en puntos estratégicos como Jersón y especialmente Járkov, la segunda ciudad más importante de Ucrania (...)”*. Perdido o fator surpresa, a Rússia não tinha já chances de tomar a capital¹⁶², o que *“puso punto final a la primera fase de la operación”*¹⁶³. O raide russo a Kyiv fora, portanto, malsucedido – não antes de os russos cometerem *“uma série de atrocidades em povoações como Bucha e Irpin, onde tinham sido recebidos, não de braços abertos, mas com ódio e altivez pelos habitantes ucranianos”*.¹⁶⁴

Isto, eventualmente, levaria o Kremlin: *“a rebajar su nivel de ambición. De esta forma, si el objetivo inicial era decapitar al Gobierno de Zelenski (...), ahora (...) «se conformarían» con tomar el Donbás”*.¹⁶⁵ De especial importância foi também a decisão do presidente Zelensky de não abandonar Kyiv, o que galvanizou a população ucraniana a combater os invasores. Quanto a Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia – e localizada a apenas 50 quilómetros da fronteira com a Rússia – foi uma das primeiras urbes a sofrer ataques inimigos, e foi *“first assaulted by ground forces and then subjected to unrelenting bombardment”*. No entanto, *“Ukrainian troops near Kharkiv were better prepared for the coming assault and resisted the Russian advance from the start”*, tendo os russos nunca sido capazes de tomar aquela cidade.¹⁶⁶ Moscovo concentrar-se-ia assim, doravante, nas suas pretensões no Donbas, para: *“liberar las provincias de Luhansk y Donetsk y garantizar la seguridad de la (...) población rusófona que vive en esas provincias”*.¹⁶⁷

¹⁶¹ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, pp. 40-46

¹⁶² *Ibidem*, pp. 44-45

¹⁶³ Cózar Murillo, Beatriz, e Guillem Colom Piella, eds. *De la conquista de Lugansk a la contraofensiva Ucraniana*. La guerra de Ucrania 2. Madrid: Catarata, 2023, p. 11

¹⁶⁴ Fíges, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022, p. 324

¹⁶⁵ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 59

¹⁶⁶ Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, pp. 164-179

¹⁶⁷ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 83

Em meados de maio de 2022, estimava-se em mais de 8 milhões de pessoas o número de deslocados internos na Ucrânia (apesar de a invasão russa ter provocado a maior crise de refugiados na Europa do pós-Segunda Guerra, a maioria desses refugiados eram deslocados internos); já em finais de agosto, mais de 7 milhões de ucranianos haviam encontrado refúgio temporário no estrangeiro. A maior parte desses refugiados eram mulheres e crianças, visto que os homens haviam ficado para trás, para combater (*“or not being allowed to leave the country if they were younger than sixty”*). *“By the end of August 2022, only 1.36 million [of the refugees] stayed in Poland – the rest had returned to Ukraine once the Russian advance was halted by the Ukrainian army”*¹⁶⁸.

A primeira grande derrota sofrida pela Ucrânia na guerra russo-ucraniana de 2022 teve lugar no sul do país, na barragem de Kahkovka, no rio Dniro. *“The main ideological message of the [Russians] was unambiguous: southern Ukraine was part of historical Russia, and its citizens were in fact Russians”*.¹⁶⁹ O objetivo russo era, assim, bastante simples: negar o acesso ao mar à Ucrânia, ao conquistar toda a sua faixa costeira, do mar de Azov até Odessa – o que colocaria em causa a viabilidade futura da Ucrânia enquanto Estado independente.¹⁷⁰ Objetivo, esse, que não foi cumprido – não completamente –, visto que a Rússia nunca se revelou capaz, desde o início do conflito, de tomar toda a linha costeira; tendo sido capazes de tomar Kherson, não tomaram nem Melitopol, nem Mykolaiv. *“The road to Odessa remained closed”*.¹⁷¹ Para além disso, a perda russa do navio *Moskva* significou um duro golpe para a campanha russa no teatro do Mar Negro, dificultando a cooperação da marinha com as forças terrestres: *“obligó [a los rusos] a alejar sus unidades de la costa (...)”*.¹⁷² Para além do afundar do *Moskva*, é de notar *“la pugna por la isla de las Serpientes”*; dois episódios que demonstraram as debilidades da marinha de guerra da Rússia, e que *“su capacidad para apoyar las operaciones terrestres era limitada”*.¹⁷³

A contraofensiva ucraniana no sul do país dar-se-ia no verão de 2022; no entanto, nessa fase da guerra, a Rússia *“había reforzado sus defensas, estableciendo (...) tres líneas defensivas (...), a la par que trasladaba elementos de sus mejores unidades desde distintos puntos del*

¹⁶⁸ Plokyh, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, pp. 172-173

¹⁶⁹ *Ibidem*, pp. 201-210

¹⁷⁰ *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, pp. 37-38

¹⁷¹ Plokyh, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, pp. 210-211

¹⁷² *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, p. 24

¹⁷³ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa. La guerra de Ucrania*. Madrid: Catarata, 2022, pp. 86-87

frente para reforzar la defensa de Jersón” – se a Ucrânia seria bem-sucedida em libertar uma região na faixa ocidental do Dniéper, não seria capaz de alcançar os objetivos estratégicos aos que se tinha proposto.¹⁷⁴ Isto traduziu-se numa situação de guerra de desgaste na primavera. A Rússia não estaria em posição de retomar a ofensiva, porém, não desistia por isso dos ganhos que obtivera; mais, trataria de “*sentar las bases para la integración en la Federación Rusa de esta región [los óblast de Jersón y Mikolaiv], al introducir el rublo ruso como moneda oficial (...) [y al implementar] el plan de estudios ruso en el sistema escolar local*”, entre uma série de outras medidas (“*que inflamaron el espíritu de resistencia contra el invasor [ruso]*”). Em inícios de julho, a Rússia controlava 95% do oblast de Kherson e 10% do de Mykolaiv, o que teria convencido a liderança russa de que a presença russa na região seria permanente; porém, quatro meses mais tarde, “*el Ejército ruso se vería obligado a abandonar los territorios al oeste del Dniéper*”. A bandeira ucraniana, depois de uma nova ofensiva, seria de novo hasteada em Kherson em novembro de 2022 – ainda assim, a Rússia realizaria os seus referendos, de modo a anexar oficialmente “*las regiones ucranianas de Donetsk, Lugansk, Zaporíyia y Jersón [en] octubre, algo que los gobiernos occidentales denunciaron como ilegítimo (...)*”. Putin teria aceitado sofrer uma derrota operacional para não sofrer uma derrota estratégica, “*no solo de la pérdida de Jersón, sino del posible embolsillamiento y aniquilación de las unidades en la orilla occidental del Dniéper en un momento crítico para Rusia (...)*”.¹⁷⁵

Na sequência da retirada de Kherson (e do colapso russo em Kharkiv, no Leste), Putin anunciaria uma mobilização parcial de reservistas, “*dando prioridad a aquellos que contaban ya com algún tipo de experiencia militar*”, falando-se já na altura em cerca de 300 000 homens a mobilizar, “*del total teórico disponible de dos millones (...)*”. Seria dada a ordem de aumentar a produção de material militar, e do financiamento destinado a esse fim. Assim, Putin tentava recuperar o controlo da situação no terreno, numa guerra que já se adivinhava longa, mas sem “*asumir unos costes políticos y sociales excesivos, en lo que ya había venido siendo su proceder habitual desde antes de la invasión*”.¹⁷⁶ Quanto à Crimeia, a 8 de outubro, “*the Ukrainian dream of blowing up the Kerch bridge in the Crimea finally came true: a huge explosion demolished two flights of the highway bridge and damaged the railway one*” – a que Putin ripostaria com uma série de ataques de mísseis a várias cidades ucranianas.¹⁷⁷

¹⁷⁴ *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, p. 38

¹⁷⁵ *Ibidem*, pp. 46-59

¹⁷⁶ *Ibidem*, pp. 65-66

¹⁷⁷ Plokhy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, p. 240

Já quanto ao estado das forças navais russas, as suas debilidades ficaram à vista de todos desde o início da guerra russo-ucraniana de 2022, quer no Mar de Azov, quer na parte ocidental do Mar Negro; essas debilidades transformaram-se em verdadeiras ameaças críticas, também porque o adversário ucraniano foi capaz de manter o seu controlo sobre pontos-chave (como o porto e cidade de Odessa) da geografia do Mar Negro – o que, por sua vez, “*ha permitido al país agredido mantener su capacidad de negación del mar y resistir los intentos rusos de establecer un control marítimo sólido (...)*”. Esse objetivo russo de dominar o Mar Negro deve ser entendido no contexto das relações entre a Federação Russa e a Aliança Atlântica, visto que a posse de “*una costa segura en el norte del mar Negro proporcionaría a Rusia, al menos teóricamente, ventajas estratégicas en un conflicto marítimo y la capacidad de igualar el equilibrio de poder frente a la [Alianza Atlántica] en el flanco sur*”. A guerra da Ucrânia terá revelado debilidades russas em vários domínios, inclusive na guerra naval, tendo sido os russos “*superados por unas Fuerzas Armadas ucranianas mucho más ordenadas y que, a pesar de su franca inferioridad en el dominio marítimo, han logrado asestar importantes golpes a la flota enemiga*”.¹⁷⁸

A partir do momento em que se tornou evidente o insucesso das forças russas em tomar a capital ucraniana, Kyiv, “*Moscow redirected the main thrust of its attack toward the east, preparing for a major battle to take the highly urbanized Donbas region of Ukraine*”. Nessa região, as forças ucranianas mantinham a linha da frente que resultara do conflito de 2014 nos oblasts de Donetsk e Luhansk, “*which they had had eight years to fortify*”; de facto, “*it turned out to be very difficult for Russian troops to break through that line*”, só obtendo sucessos em maio de 2022, “*when they took the towns of Popasna and Rubizhne in the center of the Ukrainian defensive lines east of Luhansk*”.¹⁷⁹

Um importante porto no Mar de Azov, a conquista da cidade de Mariupol foi um dos primeiros objetivos da Rússia no Donbas durante a guerra russo-ucraniana. As forças russas completaram o cerco à cidade no dia 2 de março de 2022, e intensificaram os bombardeamentos. Um acordo de cessar-fogo foi violado pelo lado russo a 5 de março. “*That would become a pattern*”. O lado ucraniano procuraria, em várias ocasiões, quebrar o cerco, mas sem sucesso;

¹⁷⁸ *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, pp. 155-173

¹⁷⁹ Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, pp. 176-189

em abril, os defensores de Mariupol viram-se obrigados a refugiar-se na grande área industrial da cidade, a fábrica Azovstal, “*making the Azov Steel complex the last part of the city under Ukrainian control*”.¹⁸⁰ António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, reunir-se-ia com Vladimir Putin no sentido de estabelecer um corredor humanitário, de modo a evacuar civis da Azovstal (quinhentas pessoas saíam assim, a 7 de maio, daquele complexo metalúrgico).¹⁸¹ No dia 20 de maio, “*las fuerzas rusas consiguieron uno de sus mayores éxitos mediáticos al rendirse finalmente los últimos defensores de Mariúpol en (...) Azovstal*” – no entanto, é importante ressaltar que a resistencia daqueles defensores “*permitió ganar tiempo y empeñar a un gran número de fuerzas rusas en la toma de la ciudad, evitando que fuesen empleadas para aumentar las conquistas en el Donbás*”.¹⁸² No contexto da batalha de Mariupol, há que atentar à questão do batalhão Azov, do lado ucraniano: este, embora se tivesse separado de grupos de extrema-direita, continuaria a servir como alvo das campanhas propagandísticas do lado russo, as quais “*characterized the Revolution of Dignity and the Ukrainian government resulting from it as «fascists» and referred to the fighters of Azov as Nazis*”.¹⁸³

Há que destacar também a importância das batalhas pelo controlo das urbes gémeas de Severodonetsk e Lysychansk. Em meados de junho de 2022, depois de três semanas de combate pela cidade, as tropas ucranianas controlavam apenas 10% por centro de Severodonetsk, mas continuavam a resistir na zona da fábrica Azot, no sudoeste da cidade, “*y en parte de la ribera oriental del Donets*”; as forças russas concentrariam a sua atenção no flanco sul de ambas as cidades, “*con el objetivo de flanquear ambas localidades (...) y así caer sobre la espalda del dispositivo ucraniano en la cuenca del río*”.¹⁸⁴ As tropas ucranianas acabariam por abandonar a defesa de Severodonetsk a 24 de junho, com a intenção de tomar posições em Lysychansk; no entanto, os russos apresentavam aos ucranianos “*a real threat of encirclement in Lysychansk*” – o que obrigou as forças ucranianas a abandonar também esta cidade, que caiu menos de dez dias depois da queda de Severodonetsk.¹⁸⁵ Ainda assim, a Ucrânia, pese a perder território pelo qual havia arduamente lutado, conseguiria negar à Rússia uma vitória fácil, ao

¹⁸⁰ *Ibidem*, pp. 182-186

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 186

¹⁸² Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 88

¹⁸³ Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, p. 182

¹⁸⁴ Cózar Murillo, Beatriz, e Guillem Colom Piella, eds. *De la conquista de Lugansk a la contraofensiva Ucraniana*. La guerra de Ucrania 2. Madrid: Catarata, 2023, p. 37

¹⁸⁵ Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, pp. 190-191

ponto de o lado russo perder a iniciativa: a guerra entre a Ucrânia e a Rússia havia chegado a um ponto morto, que “*duraría buena parte del verano de 2022*”.¹⁸⁶ Mais tarde, essa situação de impasse no conflito seria quebrada com a ofensiva ucraniana na região de Kharkiv, que demonstrou a capacidade de iniciativa entretanto conseguida pelos Ucranianos.¹⁸⁷

Quanto à batalha de Bakhmut, esta “*puede resumirse en forzar a Ucrania a una batalla de desgaste en un área de cierta importante operacional*”, com o fim último “*de hacer que este país perdiese una parte sustancial de sus recursos humanos*” (sobretudo aquelas “*tropas con experiencia y buena formación*”) e recursos materiais – esta estratégia russa daria frutos, não em Bakhmut, mas sim nas dificuldades ucranianas em preparar a contraofensiva no sul.¹⁸⁸ A relevância de Bakhmut derivava de esta cidade ser “*el nudo de comunicaciones más importante de la zona*”, pois nesta urbe confluíam uma parte significativa “*de las carreteras y vías férreas que conectan desde el río hacia el este con Lysychansk y Severodonetsk por una parte, y [de Bajmut] hacia el oeste con Sloviansk y Kramatorsk por otra*”.¹⁸⁹ De modo a forçar a Ucrânia a essa batalha de desgaste, e com o objetivo de ganhar tempo, a Rússia acabaria por recorrer ao Grupo Wagner e à mobilização parical; assim, a Rússia poderia dedicar-se à “*construcción de líneas defensivas por todo el este y el sur de Ucrania*” e à “*campaña de ataques estratégicos contra la infraestructura energética*”. Procuraria também recorrer ao engano, tirando partido do receio de parte dos aliados da Ucrânia em relação à possibilidade de escalada (e desviando a atenção dos aliados da Ucrânia dos planos russos), pois a ameaça de escalada, sobretudo de escalada nuclear, “*[había] sido una constante desde el inicio de la invasión*”, não temendo a Rússia de empregar a dissuasão nuclear com fins ofensivos, “*para tratar de evitar que terceros países interviniesen en Ucrania frustrando sus planes y, cuando esto ha sido imposible, para limitar su grado de implicación*”; porém, a unidade do Ocidente acabaria por reduzir o grau e o tom de tais ameaças russas, embora a Rússia procurasse, ainda assim, “*vías alternativas para causar divisiones entre los aliados de Ucrania y entre estos y Kiev, además de para desviar la atención sobre su cambio de estrategia*”.¹⁹⁰

¹⁸⁶ Cózar Murillo, Beatriz, e Guillem Colom Piella, eds. *De la conquista de Lugansk a la contraofensiva Ucraniana*. La guerra de Ucrania 2. Madrid: Catarata, 2023, p. 39

¹⁸⁷ Plokyh, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023, p. 236

¹⁸⁸ *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, pp. 72-73

¹⁸⁹ Cózar Murillo, Beatriz, e Guillem Colom Piella, eds. *De la conquista de Lugansk a la contraofensiva Ucraniana*. La guerra de Ucrania 2. Madrid: Catarata, 2023, p. 25

¹⁹⁰ *La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024, pp. 86-87

O Grupo Wagner, ator importante no terreno durante a guerra na Ucrânia, corresponde a uma companhia militar privada, *“un desarrollo autóctono de Rusia, [un] heredero en buena medida de la experiencia rusa en la guerra, y no una (...) copia de las compañías de seguridad privada occidentales”*. De natureza paraestatal, à Wagner fora delegada, pelo Estado russo, uma série de funções diferentes das das Forças Armadas da Federação da Rússia: visto não formar parte integrante do aparelho estatal russo, a Wagner proporcionava à Rússia a possibilidade de manter uma *“negación verosímil/inverosímil”*, quando necessário. No entanto, no decurso da guerra na Ucrânia, a Wagner deixou, a partir de dado momento, de poder servir esse propósito: a partir do momento em que a Wagner foi instrumentalizada para fins políticos pessoais pelo seu líder, Yevgeny Prigozhin; e a partir do momento em que surgiu *“la necesidad de llevar a cabo reclutamientos masivos”*. Ainda assim, a Wagner mostrou possuir um grau elevado de flexibilidade, no contexto da guerra entre a Ucrânia e a Federação Russa, *“pudiendo sustituir en numerosas misiones al Ejército ruso u otras fuerzas de seguridad”*; por outro lado, ainda que *“(...) en la guerra de Ucrania ha cobrado notoriedad por sus capacidades en cuanto a [la] guerra convencional, ya antes de la invasión Wagner [había jugado] un papel importante en la guerra no convencional (...)”*. Podia, portanto, ser utilizada tanto como uma força regular como uma força irregular em combate; tendo colaborado com as unidades regulares em várias batalhas na Ucrânia (Popasna, Lysychansk, Severodonetsk e, de forma mais autónoma, Bakhmut), foi-lhe atribuída uma secção importante da linha da frente, do *“norte de Gorlówka hasta Soledar”*. A Wagner, de início, era tida como uma força de elite, *“destinada a dar la puntilla a los defensores ucranianos una vez habían sufrido desgaste suficiente (...) y cuando el Ejército ruso ya había sufrido un número alto de bajas”*; esse, no entanto, deixou a dada altura de ser o caso, como nas batalhas de Soledar y Bakhmut. A Wagner, contando com o recurso a presidiários, obteve vitórias apenas com um custo muito elevado em vidas humanas (tratando-se muitas vezes de vitórias pírricas), as quais, no entanto, serviam os interesses do Kremlin e os de Prigozhin, que mostrava assim a utilidade da organização que liderava, que era, a seu ver, *“capaz de imponerse en un escenario en el que el Ejército ruso se había mostrado incapaz de vencer (...)”*.¹⁹¹

O propósito da companhia Wagner, para a liderança russa, passaria então a ser sobretudo o de *“proteger los recursos humanos del Ejército ruso, en cuanto este no podía reclutar ni a presidiarios, ni tampoco a muchos de los elementos que componían la élite de Wagner y que*

¹⁹¹ *Ibidem*, pp. 221-229

habían sido separados de las Fuerzas Armadas por la comisión de distintos delitos”, sendo que as perdas humanas da Wagner não representariam um custo político significativo para Putin; assim, *“los convictos constituyeron la mayor parte de la fuerza de Wagner a partir de cierto momento”*. No entanto, a Wagner não era, mesmo então, constituída somente por presos, mas também por outros grupos. *“A la vez que se reclutaba carne para cañón, se buscaban perfiles más especializados como carristas, ingenieros o artilleros”*. Ora, com a batalha de desgaste que se revelaria ser a contenda por Bakhmut (e o consequente *“sumidero de vidas”*), o sistema prisional russo revelar-se-ia uma fonte insuficiente de homens para as necessidades da Wagner – e a própria Wagner deixaria de ser atrativa para os presos –; quando a isso se juntava uma *performance* pouco satisfatória da Wagner na frente, esta organização, nos olhos do Kremlin, *“había dejado de ser una alternativa aceptable”*. A 23 de junho, Prigozhin, que já há muito mantinha uma relação de hostilidade para com o Ministério da Defesa, lançaria as suas piores acusações da guerra, pois mencionava, ainda que implicitamente, Putin. Pouco tempo depois, na sequência de um suposto ataque do exército russo a uma base da Wagner, Prigozhin levaria a cabo uma rebelião (contando com entre 4000 a 8000 efetivos), tendo parte dos seus homens tomado a cidade de Rostov-do-Don. *“Tras hacerse fuertes ahí, se montó una columna dirección Voronezh, uniéndose [después] a esta otras fuerzas [partiendo] de la Ucrania ocupada”*.¹⁹²

Prigozhin acabaria, depois, por abandonar a marcha até Moscovo, e, após um suposto perdão da parte de Vladimir Putin, exilar-se-ia na Bielorrússia; ora, bastariam dois meses para que tanto Prigozhin como a cúpula da sua organização *“muriesen tras ser derribado sobre (...) territorio ruso, el avión en el que viajaban”*. Ato contínuo, o Ministério da Defesa da Federação Russa dedicar-se-ia a absorver para si, na medida do possível, o Grupo Wagner, incluindo os combatentes e membros da Wagner que se haviam negado a participar na rebelião. Rebelião, essa, que *“ha demostrado los peligros de conceder un poder excesivo a un ejército paraestatal que no siempre persigue los mismos objetivos o tiene los mismos intereses que el Gobierno ante el que debería responder”*.¹⁹³

No que às redes sociais diz respeito, o objetivo da Rússia *“no ha sido necesariamente defender que la suya sea una causa justa, sino generar dudas y desconfianza sobre las acciones de Occidente para generar indiferencia y apatía”*.¹⁹⁴ A guerra na Ucrânia *“ha tenido lugar en*

¹⁹² *Ibidem*, pp. 229-240

¹⁹³ *Ibidem*, p. 242

¹⁹⁴ *De la conquista de Lugansk a la contraofensiva Ucraniana. La guerra de Ucrania 2*. Madrid: Catarata, 2023, p. 146

el ámbito informativo en un contexto muy particular”, pois a manutenção, pela Ucrânia, das suas infraestruturas de comunicação permitiu aos Ucrânianos partilhar *online* conteúdos, sobretudo imagens, relativos à sua experiência da guerra; por outro lado, o facto de a União Europeia ter bloqueado alguns dos maiores *media* russos tornou mais difícil à Rússia empregar as estratégias de promoção das suas narrativas que vinha usando antes da guerra.¹⁹⁵ Um dos maiores exemplos de eficaz comunicação do lado ucraniano durante esta guerra teve lugar logo no segundo dia da invasão, à noite, quando o presidente Zelensky saiu do seu *bunker* para gravar um vídeo, junto com membros do seu governo (diante do palácio presidencial em Kyiv) para, assim, refutar a ideia, promovida pela Rússia, de que tanto o presidente como o seu governo teriam fugido da capital, estando “*preparados para defender la integridad del país (...)*”.¹⁹⁶ Já quanto à questão da ciberguerra, o conflito na Ucrânia não fez mais do que demonstrar que as nações diferem significativamente no que à função das operações cibernéticas diz respeito, bem como na forma como a ciberguerra é efetuada; “*en consecuencia, la forma en que ganancias y pérdidas se entienden también es distinta*”.¹⁹⁷ Para além disso, “*todo parece indicar que un alto el fuego no supondría en fin de la confrontación cibernética, sino todo lo contrario*”.¹⁹⁸

Quanto à comunicação estratégica russa, esta baseou-se na última década em empregar a censura e a manipulação no espaço informático – bem como em apresentar Vladimir Putin como um líder forte e respeitado. Já Zelensky tem um “*estilo informal, cercano, dominado por la empatía*”, em contraste com o estilo do presidente russo, “*excesivamente cerimonioso y formal (...)*”. Um outro aspeto particular da comunicação estratégica do lado russo é o revisionismo histórico, tendência que foi aumentando progressivamente ao longo do tempo, sobretudo na comunicação no interior da Rússia, centrada no “*imaginario colectivo de la Segunda Guerra Mundial [y en] negar a Ucrania su (...) soberanía*”; é importante notar que essa é uma narrativa predominante em boa parte do chamado «Sul Global».¹⁹⁹ Assim, há que manter presente que, de acordo com a munidiviência do Kremlin, esta guerra não é apenas o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, mas também, e sobretudo, “*una lucha por la supervivencia de lo que consideran que es Rusia, algo que justifica cualquier esfuerzo realizado o [cualquier] sacrificio exigido*”, procurando a Rússia também desviar a atenção do Ocidente para as crises

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 161

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 210

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 196

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 200

¹⁹⁹ *Ibidem*, pp. 212-217

que grassam noutras regiões do mundo²⁰⁰ (nesse sentido, Moscovo pretendia aproveitar o fator «cansaço» que a guerra russo-ucraniana estaria a provocar nas opiniões públicas dos países ocidentais).²⁰¹ Neste aspeto, é também importante manter presente como, na visão de Moscovo, a Aliança Atlântica não é realmente uma organização de natureza puramente defensiva²⁰², mas uma ameaça real à sua segurança e aos seus interesses.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 248

²⁰¹ *Ibidem*, p. 219

²⁰² Branco, Carlos. 2020. *Do fim da Guerra Fria a Trump e à Covid-19: as promessas traídas da Ordem Liberal*. Lisboa: Edições Colibri, p. 125

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Introdução ao liberalismo

O liberalismo é uma das principais escolas das teorias de Relações Internacionais, cuja origem, isto é, cujas raízes radicam no pensamento liberal surgido a partir do século XVII, o qual apresentava quatro bases principais das relações internacionais: “*la primauté du droit international, la constitution politique, la méthode scientifique et l’organisation capitaliste de l’économie*”. Grócio contribui para o pensamento liberal ao insistir que as normas do direito natural do período medieval não têm a sua origem e legitimação em Deus, mas que advêm do “*caractère social de l’Homme*”; este pensador desenvolve então a noção de «*iuris gentium*», ou «direito das gentes», segundo a qual: “*les États et les princes sont tous soumis aux mêmes règles de conduite dans leurs relations réciproques*”. Assim, nesta perspetiva, o palco onde se dão as relações internacionais não é uma anarquia hobbesiana, ou pura – “*(...) ce n’est pas un état de nature (...) qui règne entre les États souverains (...)*”–; trata-se, em vez disso, de um “*système de droit qui limite la liberté des États d’aller en guerre et qui dicte également les règles de conduite lors de l’éclatement d’une guerre «juste»*”. A isto acrescentará John Locke a ideia da «natureza dupla do direito das gentes», que são: “*à la fois un droit positif entre les États et une perspective éthique à réaliser dans les rapports entre les sociétés civiles (...)*”. Já Jeremy Bentham trará para o pensamento liberal uma inovação, sob a forma de um novo conceito, o «direito internacional» (“*[Une] jurisprudence pour régler les rapports entre les États*”); conceito, esse, que parecerá insuficiente a Immanuel Kant, o qual “*refuse que le droit des rapports entre les peuples soit limité aux États, ce qui signifierait que les relations entre les peuples disparaissent en tant que catégorie juridique*”. Kant acrescentará, então, ao «direito das gentes» uma nova forma de direito, com foco nos indivíduos, a que irá chamar de «*droit cosmopolitique*». Mais, “*chacun des trois «articles définitifs» de son projet de paix perpétuelle correspond à l’un des «niveaux» juridiques nécessaires à sa construction : droit public, droit des gens et droit cosmopolitique*”. Para o filósofo prussiano, “*Les hommes sont devant le devoir éthique de réaliser la paix conformément à la raison*”. Por fim, para Locke, para que um governo seja legítimo, deve obter o consentimento daqueles que governa, e deve proteger os três «*natural rights*» de cada indivíduo: a sua vida, liberdade e propriedade.²⁰³

²⁰³ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

Os três «artigos definitivos» de Kant para a paz perpétua são os seguintes: “*Dans tout état la constitution civile doit être républicaine*”; “*Les droits des gens doivent être fondées sur un fédéralisme d’États libres*”; e “*Le droit cosmopolitique doit se restreindre aux conditions d’une hospitalité universelle*”. É nestes «artigos» que, ainda hoje, se encontra a base da visão liberal das Relações Internacionais, um conjunto de teorias com uma visão, ou uma filosofia, “*résolument optimiste*”. Assim, os liberais, “*Contrairement aux réalistes et aux néolibéraux, qui adoptent une position résolument stato-centré (...)*”, consideram que há vários outros tipos de atores das relações internacionais, não apenas Estados, que incluem também os indivíduos (embora reconheçam os liberais que faz mais sentido estudar as instituições que representam os cidadãos, bem como outros atores, públicos ou privados, dado que é raro uma única pessoa ter um papel determinante na condução das relações internacionais). Para além disso, creem na importância da política interna de um Estado para a “*formulation des préférences et des objectifs de l’État*.”; por outro lado, “*la société civile étant exposée aux flux transnationaux, l’État l’est également*”. Se o sistema internacional é, efetivamente, anárquico, “*(...) ce trait contribue à masquer l’existence d’une communauté humaine sous-jacente*”.²⁰⁴

“*[Le libéralisme] repose sur une conception «progressiste» de l’Histoire, puisqu’il se fonde sur le postulat que l’humanité, ayant la capacité de comprendre son environnement grâce à la raison et d’apprendre de ses erreurs, évolue vers un avenir meilleur, au fur et à mesure que sont appliqués les préceptes libéraux. (...) Même [si les libéraux] admettent que l’humanité traverse parfois des périodes de régression temporaires, ils estiment que, dans l’ensemble, elle évolue sur la voie du progrès*”.²⁰⁵

Assim sendo, torna-se claro que o liberalismo em Relações Internacionais contém uma dimensão normativa: isto é, não procura apenas descrever e explicar o mundo, tal como ele é, mas defende uma visão de como o mundo deveria ser – propondo um conjunto de medidas a tomar para, por exemplo, erradicar a pobreza e as guerras. Isso, porém, através de reformas e não de revoluções.²⁰⁶

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ *Ibidem*.

Dentro do liberalismo em Relações Internacionais, existem uma série de correntes de pensamento distintas (que podem não corresponder a teorias propriamente ditas). Elas são: o institucionalismo; o funcionalismo – bem como o neofuncionalismo –; o republicanismo; o internacionalismo liberal; o pacifismo comercial; e o transnacionalismo. No que diz respeito à corrente institucionalista, esta defende a existência de um direito internacional forte, portanto capaz de corrigir “*les comportements déviants*” através de mecanismos institucionalizados de regulação e de resolução de conflitos. Na prática, “*(...) ces idées ont contribué à la création d’organisations internationales, en particulier celles chargées de mettre en œuvre le principe de sécurité collective, comme la Société de Nations (...) et les Nations unies (...)*”. Esta ideia institucionalista iria, a seu tempo, levar a uma série de novas correntes de pensamento que se baseavam na noção de cooperação institucionalizada: o funcionalismo e o neofuncionalismo – “*Ces théories influenceront les premières phases du processus d’intégration européenne, [ce qui] les inspirera à son tour (...)*”. Os funcionalistas pretendiam criar instituições de âmbito global às quais adeririam instituições nacionais que exercessem funções semelhantes: “*une démarche [qui] devrait aboutir à la mise en place d’envergure mondiale pour superviser cette «toile» d’institutions fonctionnelles*”, de modo a evitar futuras guerras. Mais tarde, será a integração europeia (nos anos cinquenta e sessenta) a dar origem ao neofuncionalismo, uma corrente de pensamento baseada nas noções de «*spill-over effect*» e «*knock-on effect*», e que previa que a cooperação europeia numa determinada área iria, por si só, aprofundar o grau de cooperação noutras áreas da decisão política, o que levaria, a pouco e pouco, à transferência de mais competências desde o nível nacional para o nível comunitário: “*Les néofonctionnalistes estimèrent que la dynamique de l’intégration (...) en viendrait à échapper aux États*”.²⁰⁷

Quanto à corrente republicana, esta baseia-se no primeiro dos 3 «artigos definitivos» de Immanuel Kant (recorde-se, “*Dans tout état la constitution civile doit être républicaine*”), e sustenta que as instituições republicanas (o que hoje equivale à democracia liberal) são uma solução para o problema da guerra, pois podem garantir “*que les décisions du gouvernement reflètent la volonté de la majorité de la population, considérée comme (...) raisonnable et pacifique*”; os eleitores não teriam interesse em eleger um governo que pusesse em perigo as suas vidas e sua propriedade. “*Ce faisant, Kant rompt avec la vision traditionnelle des États, agissant de façon unitaire comme un individu et personifiés par le souverain*”. Assim sendo, os países democráticos (as «repúblicas») reconhecer-se-iam como tal, recusar-se-iam a entrar em

²⁰⁷ *Ibidem.*

guerra entre si, e agrupar-se-iam numa espécie de «federação», o que acabaria por resultar na pacificação das relações internacionais. Porém, um grande problema para esse projeto de pacificação radicar-se-ia na existência de Estados com regimes não-democráticos, pelo que a guerra entre Estados democráticos e Estados não-democráticos ainda seria possível e mesmo até provável. “*Longtemps négligées, ces idées sont à l’origine de la théorie contemporaine de la «paix démocratique»*”.²⁰⁸

Já o internacionalismo liberal, este tem as suas origens sobretudo nos Catorze Pontos de Woodrow Wilson, e inclui a ideia de diplomacia aberta e transparente, a autodeterminação dos povos e a defesa das instituições internacionais. Quanto ao pacifismo comercial, este tem a ver com a ideia, “*largement répandue chez les économistes libéraux (...)*”, de o comércio ter um papel na promoção não só da prosperidade e do bem-estar, mas também da paz. Ou seja, a interdependência económica seria um importante fator promotor da paz. Embora seja uma ideia controversa, a teoria da interdependência económica (“*interdépendance commerciale*”) ainda tem muitos apoiantes. “*Très proche de la théorie de l’interdépendance complexe, elle se distingue par le caractère plus restreint de son champ d’investigation, qui se limite aux effets pacificateurs du commerce.*”²⁰⁹

Por fim, quanto ao transnacionalismo e a noção de interdependência complexa, há que mencionar a abordagem transnacionalista, que tem como principais defensores Joseph Nye e Robert Keohane, os quais argumentam que as relações internacionais correspondem, não a um conjunto de Estados com interesses específicos e estanques, mas à soma das interações entre indivíduos (e respetivas ideias) e organizações para lá das fronteiras dos Estados, animada por uma grande variedade de interesses – pessoais ou coletivos. Deste modo, o transnacionalismo tem, na sua base, vários elementos do liberalismo: como o seu otimismo no que diz respeito à possibilidade de encontrar maneiras de reduzir os efeitos negativos da anarquia, ou mesmo de descobrir uma solução definitiva ao problema da guerra; a ideia de que há uma pluralidade de atores das relações internacionais; e uma conceção progressista da História. Por outro lado, a ótica transnacionalista põe claramente em causa certos preceitos da escola realista, tais como: a ideia de que apenas o Estado é um ator de relações internacionais; a ideia de que as relações internacionais “*soient principalement composé[e]s de rapports intergouvernementaux*”; e a

²⁰⁸ *Ibidem.*

²⁰⁹ *Ibidem.*

ideia de que os Estados funcionam como atores unitários e homogêneos, “*et que leur «intérêt national» puisse être réduit à un ensemble homogène et cohérent*”. Esta corrente liberal pode então ser resumida como a ideia de que as relações internacionais não se resumem, de todo, às relações entre Estados, mas incluem relações “*entre diverses autres formes d’organisations et d’individus, de sorte que les rapports mondiaux ne seraient pas internationaux, mais plutôt transnationaux*”. É da abordagem transnacionalista que surgirá a ideia de «interdependência complexa», “*ouvertement née d’une réaction au réalisme*”, tendo em consideração a maior importância dos indivíduos, das «forças transnacionais» e das organizações internacionais no quadro das relações internacionais, tal como a crescente importância de questões económicas, que resultou no pôr em causa preceitos realistas, como aquele segundo o qual “*la force est le moyen ultime de règlement des conflits dans (...) le système international*”.²¹⁰

Entenda-se, por «interdependência», a influência que vários Estados têm uns sobre os outros, devido ao grande número de interações e transações que têm lugar entre si. “*Le degré d’interdépendance dépend de la qualité et de l’importance de ces transactions*”. Quanto mais transações significativas e recíprocas houver, maior será o grau de interdependência, a qual é caracterizada por: uma enorme variedade de canais de comunicação e de transações; por estar presente em vários domínios da atividade humana – os quais dificilmente podem classificar-se como pertencendo apenas à política interna ou externa –; pela diminuição do número de casos em que se recorre ao uso da força. Isto traduz-se numa redução da autonomia de cada Estado, bem como na redução da importância relativa do poderio militar: passa-se de um paradigma de coerção e/ou dissuasão para um paradigma de persuasão. Ora, uma vez mais, encontramos aqui um ponto de rutura com a escola realista, o qual levaria Nye a criar o conceito de «*soft power*», que tem que um Estado pode exercer “*une influence internationale significative par des moyens outre que matériels (...), comme son (...) attrait culturel ou idéologique*”. É de notar, também, que os “múltiplos canais de contacto que se encontram na interdependência complexa não estão limitados aos atores não governamentais”, pelo contrário, as burocracias e agências de Estados diferentes, mas com tarefas similares, podem “não apenas alterar a sua perspetiva, como levar a coligações transgovernamentais sobre [algumas] questões de política particulares”²¹¹; por fim, a “existência de múltiplos canais leva-nos a prever um papel diferente e significativo para as

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ Gaspar, Carlos. *Teoria das relações internacionais: textos clássicos*. Lisboa: Horizonte, 2021, p. 185

organizações internacionais na política mundial”.²¹² Essa presença de um grande número de canais de acesso ou de contacto acabaria por esbater a linha de separação “entre a política interna e a (...) política internacional”; por outro lado, a “disponibilidade de parceiros em coligações políticas não é necessariamente limitada por fronteiras nacionais”, ao contrário do que se supõe numa visão realista do mundo (quanto maior for a interdependência complexa, mais a política será influenciada por relações transnacionais). Ainda assim, pelo menos de acordo com Keohane e Nye, mesmo que as teorias realistas não sejam capazes de explicar “mudanças de regimes internacionais nas situações de interdependência complexa”, essas teriam sido ainda adequadas em contextos mais próximos das condições realistas.²¹³

*“(...) Primeiro, a interdependência complexa pressupõe que há «múltiplos canais de acesso» entre as sociedades, incluindo diferentes ramos do aparelho de Estado assim como atores não-estatais, por oposição ao pressuposto do Estado unitário, [que é] característico do realismo. Segundo, a interdependência complexa pressupõe que, para a [maior parte das] relações internacionais, a «força terá pouca relevância», por oposição ao papel central que a força representa nas explicações realistas do mundo. Finalmente, na interdependência complexa não há «hierarquia de questões»: qualquer questão poderá estar, em qualquer momento, na primeira linha da agenda internacional, enquanto o realismo pressupõe que a segurança é sempre e em toda a parte a questão mais importante entre os Estados (...). (...) é em grande medida devido à pouca relevância da força nestas relações que não [existe] uma hierarquia de questões”.*²¹⁴

O liberalismo no pós-Guerra Fria

No período que se seguiu à queda do Muro de Berlim e à implosão da União Soviética a análise liberal das relações internacionais foi marcada por três tendências, sendo elas a ideia da paz democrática, o liberalismo não-ideológico, e a procura de uma síntese entre as escolas liberal e construtivista das Relações Internacionais.

²¹² *Ibidem*, p. 186

²¹³ *Ibidem*, p. 184-188

²¹⁴ *Compreender as relações internacionais*. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012, pp. 71-72

Havia duas observações, aparentemente contraditórias: por um lado, as democracias liberais não faziam a guerra entre si (ou faziam-na muito raramente) – mas, por outro lado, essas mesmas democracias liberais podiam mostrar-se tão ou mais agressivas que os Estados não-democráticos nas suas relações com estes últimos. Assim, os defensores da ideia da paz democrática viram-se em mãos com a tarefa de explicar porque é que as democracias liberais não entravam em guerra entre si. Foram desenvolvidos dois tipos de hipóteses explicativas, a saber, as hipóteses estruturalistas e as interacionistas. As primeiras concentram-se sobretudo nas características internas de um dado Estado, enquanto as teses interacionistas se focam nas relações entre dois ou mais Estados, de modo a discernir o que há de diferente no encontro de democracias liberais – ou seja, o que é que acontece nas relações entre democracias, mas que não acontece nas relações entre democracias e não-democracias, ou entre não-democracias. As hipóteses interacionistas centram-se, então, nos valores, nas ideias e nas normas que são partilhados pelas democracias liberais, e que funcionariam então como fator de estabilidade e de coesão nas relações entre Estados democráticos.²¹⁵

Foram levantadas várias hipóteses, complementares entre si: dados os valores e ideias que partilham, as democracias liberais “*se perçoivent mutuellement comme étant raisonnables, prévisibles et ayant des intentions pacifiques*”; as democracias liberais, aplicando – a nível interno –, um Direito semelhante, também o fariam nas suas relações entre si (o que incluiria mecanismos pacíficos de resolução de conflitos); a ausência de guerra entre as democracias advém do respeito pelo Direito Internacional – aos seus princípios de direito à soberania e de não-ingerência –; as organizações internacionais, criadas por democracias liberais e conforme aos seus valores, servem como fóruns de resolução pacífica de diferendos internacionais; a democracia favorece as trocas comerciais, e estas, por sua vez, promovem a paz. No entanto, “*(...) la théorie de la paix démocratique (...) fera l’objet de vives critiques*”.²¹⁶

Um primeiro conjunto de críticas à tese da «paz democrática» põe em causa os dados obtidos pelos seus defensores, contestando assim a própria existência do fenómeno. Já outros se concentram no uso de definições insuficientemente rígidas de «guerra» e «democracia», o que permitiria encontrar, então, casos de guerras entre democracias. Enquanto isso, um outro grupo de críticos centra-se na crítica da correlação estatística encontrada entre as democracias

²¹⁵ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²¹⁶ *Ibidem*.

liberais e a ausência de guerra entre elas, “*soit en dénonçant le nombre trop limité de cas (...), soit en s’en prenant aux modèles statistiques eux-mêmes (...)*”. Ainda um outro conjunto de críticos defendem que os fenómenos observados poderiam ser explicados por outros modelos teóricos, como o equilíbrio de poder ou a estabilidade hegemónica. Por outro lado, há críticos com uma abordagem diferente: centram-se nos limites da paz democrática, que pareceria não ser a resposta adequada a todos os tipos de conflito, nem pareceria ser capaz de “*mettre fin à toutes les formes de violence politique organisée (...)*”; criticam o carácter normativo da teoria, de que a democratização traria problemas associados (contrariamente ao pensamento daqueles que defendem a tese da paz democrática); argumentam que a paz democrática tende sempre a favorecer a manutenção e o desenvolvimento de uma ordem internacional capitalista, e, por isso, evitaria “*d’aborder la question des rapports inégaux, des politiques impérialistes (...) et néocolonialistes, et des interventions destinées à les mettre en œuvre*”.²¹⁷

Houve, ao longo do tempo, poucas tentativas de elaborar uma verdadeira síntese das variantes do liberalismo, e, assim, de desenvolver uma «teoria unificada» liberal. Ora, seria Andrew Moravcsik a avançar com um ambicioso projeto nesse sentido, procurando fazê-lo de um modo «não ideológico e não utópico». Esse projeto visava, portanto, uma síntese teórica que se baseasse numa “*démonstration «appropriée à la science sociale empirique» du bien-fondé des postulats ontologiques libéraux par rapport à ceux du néoréalisme et d’autres (...) approches (...)*”; isto é, o projeto de Moravcsik basear-se-ia em três postulados ontológicos – através dos quais Moravcsik pretendia demonstrar a superioridade do liberalismo. Quanto ao primeiro dos postulados, Moravcsik “*préconise la primauté des acteurs sociaux rationnels*”, rejeitando por completo a noção de harmonia de interesses entre eles. O comportamento dos Estados na cena internacional seria, assim, explicado, não pela existência de um «interesse nacional» (tida por Moravcsik como improvável), mas sim “*par le jeu des acteurs sociaux*”; a definição dos interesses particulares desses atores far-se-ia dentro de instituições políticas e seria a génese de condições sociais – favoráveis, ou ao conflito, ou à cooperação entre esses atores. Três fatores seriam, então, determinantes no crescimento dos conflitos: primeiro, haver divergências fundamentais nos valores de cada ator; segundo, a escassez de recursos; terceiro, o acesso desigual ao poder político.²¹⁸

²¹⁷ *Ibidem.*

²¹⁸ *Ibidem.*

Quanto ao segundo postulado, este prende-se com a redefinição do Estado elaborada por Moravcsik, tendo por base a sua noção da primazia dos interesses internos. O Estado seria definido, então, somente como uma instituição representativa, constantemente sujeita “à *être prise et reprise, construite et reconstruite, par des coalitions d’acteurs sociaux (...) internes*”; nesta perspetiva, o Estado não pode ser visto como um ator autónomo (noção que entra em claro conflito com a ótica neorrealista), mas “*plutôt comme une «courroie de transmission» de ces intérêts internes*”. Assim sendo, as «preferências» de política externa de um Estado não resultam de um «interesse nacional» bem definido, mas do poder social dos atores internos – “*ce qui implique que la «forme et la nature» de l’État détermine le comportement de celui-ci en politique internationale*” –; consequentemente, os Estados soberanos são «funcionalmente diferentes». Isto representa, uma vez mais, um corte completo com o neorrealismo, teoria que sustenta a noção de que os Estados são funcionalmente semelhantes.²¹⁹

O terceiro postulado ontológico trata da natureza do sistema internacional. Mesmo se aceitando que este restringe inevitavelmente a ação dos Estados, Moravcsik defende que essa limitação advém da ação recíproca das preferências do conjunto dos Estados – as quais, por sua vez, advém do “*jeu des intérêts internes*”. Assim, Moravcsik vai contra a ideia, defendida pelos neorrealistas, “*qui affirme que les effets contraignants du système vont toujours dans le sens d’un conflit fondamental entre les préférences des États (...)*”; e vai também contra uma ideia neoliberal “*qui prétend que ces préférences sont partiellement convergentes*”. O sistema internacional, na ótica de Moravcsik, é mais interdependente do que anárquico, no sentido em que: cada Estado procura fazer valer as suas preferências no contexto da limitação – sempre presente e sempre variável – das preferências dos outros Estados. “*La capacité de chaque État de réaliser ses préférences dépend donc de la configuration de préférences de l’ensemble des États*”.²²⁰

Concebida assim, a limitação ao comportamento dos Estados, que lhes é imposta pelo sistema internacional, é suscetível de mudar à medida que variam as preferências dos Estados – as quais, por sua vez, mudam em função dos interesses dos atores internos de cada um dos Estados integrados no sistema internacional. Essa limitação poderá, então, conduzir a uma de três «situações estratégicas distintas» possíveis. Na primeira, as preferências dos Estados são

²¹⁹ *Ibidem.*

²²⁰ *Ibidem.*

fundamentalmente opostas (produzindo assim jogos de soma nula), pelo que o efeito limitador do sistema internacional impõe aos Estados relações conflituosas entre si. Já na segunda, há algumas preferências dos Estados em oposição direta, enquanto outras são compatíveis, pelo menos parcialmente (“«*préférences mélangées*»”); neste caso, a lógica limitadora do sistema internacional promove a negociação – e faz com que os Estados possam coordenar e mesmo reajustar as suas preferências, de modo a evitar potenciais conflitos. Por último, na terceira – que é caracterizada por Estados com preferências mais ou menos harmonizadas, e também por Estados cujas políticas externas não se incompatibilizam –, os conflitos entre Estados primam pela sua ausência.²²¹

Os três postulados ontológicos propostos por Moravcsik estão, segundo o mesmo, na base de três das variantes da teoria liberal das Relações Internacionais: primeiro, o liberalismo «ideacional», centrado na ideia de compatibilidade entre as preferências nacionais “*en ce qui concerne les biens collectifs (...), la régulation socio-économique, les institutions politiques et l’unité nationale*”; segundo, o liberalismo «comercial», que dá prioridade à análise dos efeitos benéficos do comércio além-fronteiras; terceiro, o liberalismo «republicano», o qual “*prend comme objet d’analyse l’impact des formes de représentation d’intérêts internes sur l’action internationale des États*”. Moravcsik adota, assim, uma abordagem positivista das Relações Internacionais, e “*affirme que le but de toute théorie consiste à établir un rapport de cause à effet dans le façonnement du «monde réel de la politique internationale» (...)*”; nesse sentido, a “*validité (...) des facteurs causaux identifiés par les variantes du libéralisme*” seria passível de ser demonstrada “*à travers les tests empiriques objectifs*”. Assim sendo, Moravcsik crê que o seu «liberalismo não-ideológico» “*offre la meilleure voie d’une synthèse théorique (...)*”.²²²

A tese da paz democrática – apesar das duras críticas de que foi alvo –, beneficiou, de certa forma, do surgimento da escola construtivista das Relações Internacionais, no sentido em que as hipóteses liberais se fundamentam comumente na ideia de uma “*communauté de valeurs et de normes entre les acteurs (...)*”, sendo, por isso, bastante recetivas a teorias que atribuam um importante papel às ideias, à intersubjetividade e à formação de identidades. Ora, tudo isso são atributos das teorias construtivistas. Assim sendo, vários autores optarão, então, por estudar a teoria da paz democrática – “*ou l’une ou l’autre de ses manifestations, comme la*

²²¹ *Ibidem.*

²²² *Ibidem.*

coopération entre démocraties (...)” – através de um prisma construtivista, para, assim, poder “*établir leur démonstration*”. A corrente interacionista da paz democrática é particularmente sujeita à influência construtivista, porque, fundada na noção de intersubjetividade (isto é, pelo conjunto das compreensões e representações mentais partilhadas coletivamente pelos agentes sociais, e através das quais esses agentes se autodefinem, ou seja, determinam o seu lugar no mundo, as suas relações com outros agentes sociais, as escolhas que tomam, as suas formas de pensar, e os cálculos estratégicos nos quais baseiam as suas ações), o construtivismo “*peut (...) se rendre compte du caractère privilégié des rapports entre sociétés démocratiques*”. Ou seja, para os defensores dessa síntese liberal-construtivista, a paz democrática apenas poderá funcionar se as sociedades em causa (e respetivos Estados) se reconhecerem reciprocamente como verdadeiras democracias – o que, assim, eliminaria o problema de ter de apresentar uma definição de «democracia» que fosse suficientemente objetiva e satisfatória.²²³

*“Alexander Wendt (...), qui a largement contribué à populariser le constructivisme conventionnel dans les années 1990, a développé cette synthèse en empruntant lui-même au libéralisme certaines hypothèses pour expliquer la formation d’une identité commune entre certains États. (...) cette identité découlerait en grande partie d’une convergence des valeurs transnationales et de la formation d’une relation d’interdépendence”.*²²⁴

No entanto, alguns problemas limitam a possibilidade de desenvolver uma verdadeira síntese liberal-construtivista, sobretudo: a oposição entre “*les prétentions universalistes des libéraux et la mise en contexte socioculturelle à la base du constructivisme*”; os primeiros têm que os princípios basilares do liberalismo (como a democracia e a economia de mercado) são intrinsecamente portadores de paz e de prosperidade. Assim, o progresso poderia entender-se como a disseminação desses princípios a todo o sistema internacional. Deve, também, ter-se em conta que os liberais não pretendem adotar a ótica construtivista “*à n’importe quel prix, surtout celui d’abandonner leurs prétentions universalistes*”.²²⁵

Os desafios do liberalismo hodierno

²²³ *Ibidem.*

²²⁴ *Ibidem.*

²²⁵ *Ibidem.*

O (suposto) caráter universalista dos preceitos liberais é cada vez mais posto em causa – muitos veem nestes preceitos uma espécie de projeto neocolonialista, ou um modo de impor a maneira de pensar ocidental. Nesse sentido, a mundividência do liberalismo seria “*donc pas le reflet de valeurs foncièrement humaines, mais plutôt celui d’un projet de la modernité telle que celle-ci est conçue en Occident*”. Assim sendo, “*la philosophie libérale mériterait ainsi d’être mise en contexte avant de la promouvoir pour l’ensemble de l’humanité (...)*”; a ótica liberal – apesar das suas virtudes (fossem elas reais ou fossem elas esperadas) – “*pourrait au contraire s’avérer dangereuse puisqu’elle génère une perspective ahistorique du monde, et est trop axée sur le court terme, donc écologiquement myope*”. O caráter difuso, de contornos incertos, das várias teorias da escola liberal acaba por confortar os seus detratores, que veem aí debilidade, incoerência e dispersão – sobretudo quando comparado com modelos realistas, (supostamente) mais simples. Porém, é esquecido com frequência que, apesar dessa dispersão aparente, as teorias e hipóteses liberais gravitam em torno de um núcleo duro, relativamente coerente e bem identificado de postulados e princípios filosóficos. Estes conferem às teorias da escola liberal a capacidade de explicar certos fenómenos que a escola realista tem grandes dificuldades em explicar (como a paz democrática), e “*lui inspirent aussi un code moral et un projet politique qui font défaut à ses rivaux*”. Os liberais podem, assim, apresentar-se como reformadores, vis-à-vis o conservadorismo e pessimismo dos realistas; “*malgré des critiques souvent justifiées, la dimension normative du libéralisme peut (...) se révéler la force de cette approche*”.²²⁶

“*Ce même héritage philosophique devient (...) une cible et une faiblesse lorsqu’il est observé par l’extrémité critique de la lorgnette. Le libéralisme est alors perçu comme un discours encourageant le maintien et la reproduction de l’ordre établi, ordre qui permet les inégalités, l’exploitation et la domination des plus riches (...). Là où les libéraux voient paix et prospérité, les critiques perçoivent conservatisme et justification des échanges inégaux. De ce point de vue, le libéralisme appartient, tant sur le plan normatif qu’épistémologique, au même univers que le réalisme.*”²²⁷

Um dos principais desafios dos liberais contemporâneos é o de responder efetivamente aos seus críticos, e não somente confrontar a escola realista; isto porque os liberais de hoje –

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

como os idealistas dos anos vinte e os teóricos da integração dos anos cinquenta e sessenta – podem ser vítimas dos sobressaltos do sistema internacional, como aconteceu com a guerra do Iraque, que foi justificada por um discurso liberal, o que “*rend le libéralisme coupable par association aux yeux des opposants de cette guerre*”.²²⁸

“*Comme l’impuissance de la Société des Nations dans les années 1930, ou encore les (...) blocages dans le processus d’intégration européenne dans les années 1960-1970, l’échec d’un processus de démocratisation mal géré, additionné à une mondialisation sauvage de l’économie, pourraient donner raison tant aux analystes critiques qu’aux réalistes, qui, on l’oublie trop souvent, ont tous condamné l’invasion de l’Irak. Ces phénomènes pourraient donc ternir à nouveau et pour longtemps la valeur du discours libéral*”.²²⁹

Do liberalismo ao neoliberalismo

O neoliberalismo, em Relações Internacionais, é uma corrente de pensamento que tem as suas fundações filosóficas no liberalismo, mas adota vários dos postulados ontológicos do neorrealismo (e é também chamado de «institucionalismo neoliberal»). No entanto, ainda que próximo do neorrealismo, “*le néolibéralisme trouve ses origines dans les idées libérales qui, depuis la Deuxième Guerre mondiale, ont influencé la réflexion sur la coopération et les institutions internationales*”; e tem como precursores o transnacionalismo, por um lado, e as teorias da integração – que incluem o (neo)funcionalismo –, por outro. Surge num contexto de declínio relativo do poderio norte-americano e de um domínio do paradigma (neo)realista nas Relações Internacionais; e advém da crença de que esse paradigma não era capaz de explicar porque é que os Estados cooperam entre si e criam instituições internacionais. A abordagem neoliberal, assim, é um produto dos anos 1980 – e nasceria através da publicação de “*After Hegemony*” (Robert Keohane), e de “*The Evolution of Cooperation*” (Robert Axelrod). Estes autores procuravam sobretudo responder a “*Theory of International Politics*”, a famosa obra de Kenneth Waltz, e, mais em geral, testar e pôr em causa o paradigma (neo)realista. Ainda assim, serve notar que, para Keohane, o objetivo não deveria ser abandonar teorias da escola realista, mas sim complementá-las com teorias que se concentrassem na importância crescente das instituições internacionais.²³⁰

²²⁸ *Ibidem.*

²²⁹ *Ibidem.*

²³⁰ *Ibidem.*

Instituindo-se como uma abordagem teórica por direito próprio através da teoria dos regimes e dos estudos sobre a cooperação internacional, o neoliberalismo preocupava-se com desenvolver uma alternativa à tese da estabilidade hegemónica, segundo a qual a cooperação internacional depende da presença de uma potência hegemónica com função estabilizadora – capaz de impor a sua visão das relações internacionais, e, também, de *“faire preuve d’une certaine bienveillance en voyant au bon fonctionnement du système dans son ensemble (...)”* (não deixando, no entanto, essa potência de velar pelos seus próprios interesses). Na ausência de uma tal potência, pensava-se que se instalaria um período de instabilidade económica e política, em detrimento dos interesses de todos, e durante o qual os Estados tenderiam a adotar apenas políticas egoístas e protecionistas. No entanto, para os defensores da abordagem neoliberal, a tese da estabilidade hegemónica não é capaz de explicar por que motivo, *“malgré le déclin de la puissance américaine, la coopération internationale persiste”*. Para os neoliberais, o facto de os Estados possuírem interesses egoístas e racionais não os impede de terem interesses em comum também, os quais podem *“se traduire par l’établissement de régimes internationaux pouvant perdurer malgré l’absence d’un hégémon”*. Os neoliberais, portanto, rejeitam a ideia de que a condução das relações internacionais tem de resultar – necessariamente – em situações de conflito; a cooperação internacional é possível, e os Estados podem manter entre si relações de vários tipos, ora convergentes, ora conflituantes ou divergentes.²³¹

*“Académicos como Robert Axelrod e [como] Robert Keohane desenvolveram modelos que tinham muito em comum com o neorrealismo (...): aceitaram dois pressupostos básicos da anarquia internacional e do egoísmo racional dos Estados e o objetivo das análises foi mostrar que era possível que egoístas racionais cooperem mesmo num sistema anárquico. Indo buscar material ao mesmo tipo de fontes que os neorrealistas – em particular, à teoria dos jogos, à teoria da escolha pública e à teoria da escolha racional – reconheciam que a cooperação em anarquia corria sempre um risco de fragilidade (...). No entanto, se fosse possível criar regimes internacionais nos quais as informações pudessem ser trocadas e os compromissos formalizados, as possibilidades de cooperação seriam reforçadas.”*²³²

²³¹ *Ibidem.*

²³² *Compreender as relações internacionais*. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012, pp. 88-89

*“(…) L’évolution du transnationalisme vers la théorie des régimes marque le rapprochement entre le néolibéralisme et le néoréalisme. (...) Dans sa volonté de confronter le néoréalisme de Waltz sur son propre terrain, le néolibéralisme en est venu à abandonner bon nombre de préceptes libéraux au profit de prémisses réalistes”.*²³³

A teoria dos regimes tem por base uma definição proposta por Stephen Krasner, que apresenta os regimes internacionais como: «um conjunto de princípios, de normas, de regras e de procedimentos de tomada de decisão, implícitos ou explícitos, em torno dos quais os atores convergem, num dado domínio das relações internacionais». Os regimes internacionais seriam uma fonte de ordem num ambiente anárquico, *“en ce qu’ils régissent, à des degrés variables, le comportement des États”*; ou seja, a natureza anárquica do sistema internacional levaria os Estados que o compõem a institucionalizar as suas relações uns com os outros – em certas e determinadas áreas de interesse comum. Ora, a instauração de um regime internacional seria o que permitiria aos Estados estabelecer essa cooperação. Os regimes são, por isso, o resultado de cálculos racionais dos Estados e de conjunturas particulares; a partir do momento em que os Estados possuísem interesses em comum, a cooperação parecer-lhes-ia mais atrativa que a competição ou a autarcia. Dito de outro modo, depois de efetuar cálculos de custo e benefício, *“les États en arrivent parfois à la conclusion que la coopération institutionnalisée représente un meilleur moyen de parvenir à leurs objectifs”*. De acordo com Robert Keohane, os regimes permitem aos Estados: reduzir os custos das transações internacionais; criar uma estrutura que favoreça a negociação regrada; levar ao estabelecimento de relações *“entre différents enjeux et régimes”*; facilitar e melhorar a circulação de informação; enfatizar o respeito por normas e regras; e promover o princípio da reciprocidade.²³⁴

*“Diz-se que existe um regime quando há princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão claramente compreendidos e em torno dos quais as expectativas dos decisores convergem numa determinada área das relações internacionais (...)”*²³⁵

Ora, é importante mencionar que, pese os seus efeitos benéficos no longo prazo, uma situação de institucionalização das relações entre Estados diminui a margem de manobra dos

²³³ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Compreender as relações internacionais*. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012, p. 73

Estados, como sublinha Keohane; pois essa institucionalização consiste num dado número de normas e regras que esses Estados devem seguir. Mesmo assim, porém, a instauração de um regime internacional tende a limitar as probabilidades que um dos Estados opte por desistir da institucionalização (e regras e normas que lhe são associadas) das suas relações com os outros Estados: quanto mais um regime internacional se institucionalizar e alargar os seus campos de ação, mais difícil será para um Estado acarretar os custos da não-cooperação e/ou de desistir desse regime internacional. Isto porque o estabelecimento dos “*liens entre les acteurs et les enjeux augmente la capacité de ses membres de recourir à des représailles contre un État contrevenant au régime et donc de punir sa défection*”.²³⁶

*“Um regime internacional que se esteja a tornar ineficaz ou não esteja a servir [as] questões importantes pode dar azo a uma crescente politização, (...) governos instatisfeitos pressionam para que haja mudanças. A politização, no entanto, também pode vir de baixo. Os grupos internos podem ficar suficientemente incomodados para levantarem questões latentes, ou interferir com a negociação interestatal ao mais alto nível.”*²³⁷

*“C’est en développant la théorie des régimes que le néolibéralisme a su s’imposer. L’objectif de ses fondateurs étant d’élaborer une théorie capable d’expliquer la présence de coopération internationale en l’absence d’hégémon, ils ont pour ce faire construit une théorie dont les similitudes avec le néoréalisme sont telles que plusieurs se questionnent sur la nature «libérale» du néolibéralisme”.*²³⁸

O projeto neoliberal, no seu propósito de responder ao neorrealismo – que é também chamado de «realismo estruturalista» – de Kenneth Waltz, confronta-o, mas partindo de bases ontológicas e epistemológicas semelhantes – e, por vezes, até mesmo idênticas –, para assim mostrar que os efeitos estruturantes da anarquia não servem de impedimento à cooperação de um Estado com outros Estados. Assim, se o neoliberalismo procura contestar o neorrealismo, fá-lo usando as premissas deste último; e propõe uma linha de raciocínio que leva a resultados (por vezes, completamente) diferentes.²³⁹ “Os institucionalistas liberais dizem claramente algo

²³⁶ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²³⁷ Gaspar, Carlos. *Teoria das relações internacionais: textos clássicos*. Lisboa: Horizonte, 2021, pp. 183-184

²³⁸ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²³⁹ *Ibidem*.

muito diferente dos neorrealistas sobre a cooperação internacional, mas um compromisso comum em relação à teoria da escolha racional torna-os parte do mesmo amplo movimento”.

240

“(…) neoliberais e neorrealistas estão muito mais próximos entre si do que os seus antepassados «não-neo». Enquanto estes (...) viam o mundo em termos fundamentalmente incompatíveis (...), ambos os «neos» baseiam as suas posições naquilo que se considera ser os factos da anarquia e do egoísmo racional dos Estados. Talvez seja um exagero falar de uma posição unificada «neo-neo» (...), mas as duas posições estão decerto suficientemente próximas para poderem ser vistas como (...) oferecendo diferentes perceções daquilo que é essencialmente o mesmo programa de investigação (a escolha racional).”²⁴¹

A abordagem neoliberal, pese julgar importantes as características internas de cada um dos Estados, é, ainda assim, uma teoria sistémica, ou holista – como o neorrealismo –, visto que pretende analisar as características do sistema internacional e, depois, “à évaluer les effets de sa structure anarchique sur le comportement des États”. E é precisamente a análise desses efeitos da estrutura que melhor separa o neoliberalismo do neorrealismo, pois os neoliberais – em vez de pensar que a estrutura anárquica do sistema internacional conduz inevitavelmente à conflitualidade entre os Estados, e que a cooperação entre estes, a existir, é rara – creem que a cooperação internacional, não só é possível, como é frequente (apesar da natureza anárquica do sistema internacional). Certo, os neoliberais reconhecem que, num ambiente internacional anárquico e sem nenhuma forma de controlo supranacional, os Estados tenderão “à tricher ou à violer leurs promesses puisqu’ils ne savent pas si leurs rivaux respecteront les ententes conclues”; daí que os neoliberais se foquem em encontrar uma solução para esse problema. E encontram-na ao reinterpretar as consequências do dilema do prisioneiro, no sentido em que defendem que a solução ótima do dilema é a cooperação, “puisque les États qui coopèrent en tireront mutuellement des bénéfices”; e que aquilo que impede essa cooperação não é tanto a natureza anárquica do sistema internacional, mas sobretudo o receio que os Estados têm em relação ao comportamento dos seus rivais.²⁴²

²⁴⁰ Compreender as relações internacionais. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012, p. 89

²⁴¹ *Ibidem*, p. 91

²⁴² Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

Para os neoliberais, o primeiro erro dos neorealistas foi interpretar mal o dilema do prisioneiro, no sentido em que este pode envolver mais do que um ou dois prisioneiros (neste contexto, Estados), e que pode ser «jogado» mais que uma vez; isto permitiria aos Estados a aprendizagem a partir dos «jogos anteriores», adaptando em conformidade as suas estratégias – e, chegando, assim, à solução ótima, a cooperação. Isto é, se os Estados interagirem por um período de tempo suficientemente longo, poderão desenvolver eventualmente relações que se baseiem na confiança (dito de outro modo, se as interações entre Estados se derem ao longo de bastante tempo, isso fará com que os Estados escolham a cooperação, até para não sofrer atos vingativos, da parte dos seus homólogos, no futuro). No fim de contas, essa confiança irá concretizar-se e reforçar-se por meio da instauração de regimes internacionais – a tal forma de controlo supranacional que, para os neoliberais, resolve o problema da desconfiança entre Estados num sistema internacional anárquico. Deste modo, os Estados têm como antecipar o comportamento uns dos outros, o que tem o efeito de “*réduire l’incertitude et donc dépasser leur méfiance endémique*”. Logo, conclui-se que, a nível ontológico, o neoliberalismo optou por uma abordagem estatocêntrica moderada; e não considera as instituições internacionais – uma manifestação comum dos regimes internacionais – como atores por direito próprio, sendo apenas “*arènes d’échange, un médium par lequel les États interagissent*”.²⁴³

*“L’État continue, donc, dans l’approche néolibérale, de jouer un rôle prépondérant dans les rapports internationaux (...). (...) le néolibéralisme abandonne partiellement le postulat libéral du pluralisme des acteurs pour se concentrer sur l’État, à l’instar des néoréalistes, tout en ouvrant la porte à l’étude des normes et des institutions internationales (...).”*²⁴⁴

O neoliberalismo também se baseia em premissas (neo)realistas no que diz respeito às características dos Estados (que são vistos como racionais e egoístas, e agindo em função da maximização do seu interesse nacional), distanciando-se, assim, de vários preceitos liberais. Ainda assim, Keohane reconhece as limitações desse modelo, propondo uma nova noção, a da «racionalidade limitada» (“*bounded rationality*”), que julga mais próxima da realidade. Nesta lógica, a cooperação entre Estados explica-se graças a cálculos de custos e benefícios da parte dos Estados (e não a sua adesão a grandes ideais). Essa cooperação, portanto, só terá lugar a

²⁴³ *Ibidem.*

²⁴⁴ *Ibidem.*

partir do momento em que dois ou mais Estados chegarem, individualmente, à conclusão de que essa cooperação lhes é vantajosa.²⁴⁵

Por outro lado, a cooperação internacional depende das percepções que os Estados têm do seu interesse em trabalhar em conjunto. Mais, as percepções (segundo Keohane e Axelrod) definem os interesses; pelo que, para compreender (ou favorecer) a convergência de interesses entre Estados, há que compreender como se formam essas percepções (e, consequentemente, os interesses), e como se determinam as preferências de cada Estado. Assim, o neoliberalismo considera o papel das percepções, ideias, normas e valores dentro de uma análise de Relações Internacionais; não basta avaliar os fatores materiais, há que analisar também considerações subjetivas dos seres humanos. Entra aqui na equação o estudo das instituições internacionais, também – pois é nelas, segundo Keohane, que são enraizadas as percepções, ideias, normas e valores. Note-se que, para este autor, as instituições têm um papel importante na formação dos interesses dos Estados (ou seja, não servem apenas de fóruns onde se regulam interesses e comportamentos dos Estados). Os neoliberais defendem também que os Estados, nas suas interações entre si, são motivados sobretudo por tentar maximizar os seus ganhos absolutos; nesta ótica, os Estados preocupar-se-iam pouco com os benefícios dos outros, e concentrariam a sua atenção “*à prioriser leur propre bien-être avant tout*”. Assim, em conclusão, para haver cooperação internacional num ambiente anárquico, os neoliberais creem ser preciso que haja interesses convergentes – numa dada área da decisão política – entre dois ou mais Estados, e que os Estados procurem maximizar os seus ganhos absolutos. A institucionalização, por sua vez, serviria para os Estados identificarem ainda mais interesses comuns e se concentrarem nesses ganhos absolutos.²⁴⁶

“Os neoliberais presumem que os Estados estão essencialmente preocupados com os benefícios absolutos obtidos da cooperação: [ou seja,] enquanto estiverem satisfeitos com a sua própria situação, não se preocuparão muito sobre como poderão estar os outros Estados (...). Os neorrealistas, por outro lado, pressupõem que cada Estado se preocupará com os benefícios relativos da cooperação, ou seja, com a situação dos outros tanto quanto com a sua própria situação. Isto resulta da ênfase neorrealista no equilíbrio do poder, que se baseia

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Ibidem.

precisamente no pressuposto de que os Estados se sondarão, mútua e continuamente, em busca de sinais de mudança nas suas posições de poder relativas.”²⁴⁷

Tal como o neorrealismo, o neoliberalismo adota uma epistemologia e metodologia de natureza positivista. Os neoliberais pretendem formular uma teoria «científica» das Relações Internacionais, cuja validade possa ser demonstrada empiricamente. Porém, na sua procura de “*scientificité*”, os neoliberais acabam por desenvolver uma abordagem abstrata, com recurso a postulados *a priori*, facto que os próprios reconhecem. Nesse sentido, Robert Keohane chega mesmo a afirmar que “*la réalité social ne peut être parfaitement connue*” ; mas, ainda assim, defende o recurso dos neoliberais ao positivismo, pois este permitir-lhes-ia desenvolver uma abordagem teórica com um grau de «cientificidade» suficiente para ser (in)validada de forma empírica. Assim, dado que tanto neoliberais como neorrealistas procuram privilegiar análises empíricas, a diferença entre ambas teorias radica, não tanto na sua epistemologia, mas sim na interpretação que fazem dos dados empíricos. Quanto à metodologia neoliberal, esta centra-se na formulação de hipóteses causais «falsificáveis», podendo o investigador optar por métodos ora quantitativos, ora qualitativos.²⁴⁸

Apesar das tentativas dos neoliberais de fundar uma teoria positivista e científica das Relações Internacionais, há vários elementos normativos que sustentam a sua abordagem – há sobretudo “*un préjugé favorable à la coopération internationale*”. E, de facto, os neoliberais reconhecem isso mesmo. Creem que o bem-estar da Humanidade depende dessa cooperação internacional, e da institucionalização das relações entre os Estados. Daí surgiriam – na ótica neoliberal – as instituições e os regimes internacionais, que contribuiriam então para melhorar a condição humana (no sentido em que iriam promover “*la mondialisation, le bien commun et un ordre international libéral*”). No entanto, é preciso notar que o neoliberalismo favorece a manutenção do *statu quo*, no que diz respeito à natureza liberal da economia mundial e no que diz respeito à “*la répartition actuelle de la puissance entre les États*”.²⁴⁹

O debate «neo-neo»

²⁴⁷ Compreender as relações internacionais. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012, pp. 89-90

²⁴⁸ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²⁴⁹ *Ibidem*.

Neorrealistas e neoliberais concordam que o sistema internacional é anárquico, porém, divergem no que à natureza e importância dessa anarquia diz respeito. Tanto os defensores de uma abordagem como da outra veem os Estados como sendo os atores principais do sistema internacional, e que são atores racionais e unitários; ainda assim, os neoliberais perguntam-se cada vez mais sobre qual será o papel da política interna na formulação das preferências dos Estados. Quanto à cooperação internacional, neoliberais e neorrealistas acreditam que esta é possível – mas os neorrealistas creem que ela é muito mais difícil de estabelecer e de manter do que os neoliberais (as duas abordagens divergem uma da outra quanto à importância que se deve conferir aos ganhos relativos e aos ganhos absolutos como obstáculos à cooperação). Os neorrealistas enfatizam as capacidades dos Estados, enquanto os neoliberais se concentram nas intenções dos mesmos. Divergem quanto à relevância que deve ser atribuída ao crescente número de instituições internacionais, e aos regimes em particular, “à *leur contribution à la coopération internationale et à leur impact sur la nature des relations internationales*”. As duas abordagens debatem também a possibilidade de se darem transferências de poder de um dado domínio do poder de um Estado para outro (“*fongibilité*”); os neorrealistas tendem, mais do que os neoliberais, a acreditar que sim.²⁵⁰

Neoliberalismo e neorrealismo têm em comum – segundo Keohane e Martin – que os Estados são os principais atores das relações internacionais; que os Estados se comportam no sentido de maximizar a sua “*utilité rationnelle*”; que os Estados têm interesses egoístas; que nenhuma força externa aos Estados lhes pode impor acordos; que os Estados existem no meio de um ambiente onde a informação é rara, pelo que estes procuram obter informações sobre as ações dos seus homólogos e procuram melhorar a sua credibilidade.²⁵¹

Uma primeira divergência entre o neoliberalismo e o neorrealismo tem que ver com a natureza da anarquia: para os neoliberais, a anarquia não tem de significar que o mundo seja uma arena desordenada e desgovernada, de luta de todos contra todos; e não tem de significar a ausência de cooperação. E é no grau, intensidade e durabilidade das relações cooperativas entre Estados que neoliberais e neorrealistas divergem: para os neorrealistas, segundo Grieco, a cooperação internacional é rara e muito difícil de estabelecer e de manter (devido à ausência de uma potência hegemónica, capaz de impor essa cooperação, e à propensão dos Estados em

²⁵⁰ *Ibidem.*

²⁵¹ *Ibidem.*

tentar maximizar os seus ganhos relativos); para os neoliberais, a cooperação é, sim, possível e passível de ser mantida no longo prazo, pois os Estados, através das suas interações entre si, acabarão por dar-se conta dos benefícios que podem obter ao cooperar uns com os outros.²⁵²

Quanto ao impacto das instituições e regimes internacionais, os neorrealistas veem as instituições e/ou regimes internacionais (que são “*termes pratiquement interchangeables chez les néolibéraux*”) como um «epifenómeno das relações de poder», ou seja, não são nada mais que o reflexo dos interesses de uma potência hegemónica – motivo por que estão condenados a existências efémeras e com efeito limitado (segundo Grieco). Já os neoliberais valorizam muito essas instituições e regimes, pois creem que tanto as instituições como os regimes têm um papel fundamental na cooperação entre Estados – até mesmo na ausência de uma potência hegemónica –, pois podem prevenir os conflitos entre Estados (e limitar os comportamentos belicistas dos mesmos), na medida em que favorecem a transparência e uma maior partilha da informação, o que, por sua vez, aumentaria os custos e consequências a suportar em caso de se optar por um comportamento ofensivo. “*Entre outre, pour les néolibéraux, les institutions et régimes sont beaucoup plus faciles à établir que ne le laissent entendre les néoréalistes*”. No entanto, essas concepções, bastante divergentes, não são vistas pelos neoliberais como uma rutura total com o neorrealismo, visto que, dada a facilidade em criar regimes internacionais, a sua abordagem devia ser vista como complementar à insistência neorrealista na presença de uma autoridade hegemónica, e não como uma posição que contradiga o neorrealismo. Assim, para os neoliberais – tal como para os neorrealistas –, o sistema internacional continua a ser anárquico e sujeito à distribuição de poder relativo entre as unidades; porém, de ponto de vista dos neoliberais, as instituições e regimes internacionais podem contribuir para, de certo modo, atenuar os efeitos dessa estrutura. Isto é, podem contribuir para «controlar» ou, quando muito «gerir» os efeitos da anarquia. No que diz respeito aos objetivos e às prioridades dos Estados, os neoliberais estão de acordo com os neorrealistas que a segurança é um interesse prioritário dos Estados; porém, os primeiros vão mais longe, argumentando que, para além disso, os Estados pretendem maximizar o seu poder e prosperidade (daí que haja muitos neoliberais queiram estudar a economia política internacional, ou alguns dos seus aspetos).²⁵³

²⁵² *Ibidem.*

²⁵³ *Ibidem.*

Quanto ao debate em torno dos ganhos relativos e ganhos absolutos, Grieco sustenta que, para os neorrealistas, os Estados preocupam-se sobretudo com os seus ganhos relativos, pois a incerteza gerada pela anarquia levá-los-á a temer que os seus amigos e aliados de hoje venham a ser os inimigos de amanhã. Já os neoliberais, de acordo com Keohane, creem que os Estados estabelecem as suas preferências a partir do seu próprio bem-estar, e não a partir do bem-estar dos seus homólogos (nesta perspetiva, então, os neorrealistas estariam a dar um excessivo peso ao medo como elemento motivador do comportamento de um Estado); deste modo, a preocupação principal dos Estados seria maximizar os seus ganhos absolutos, sem se preocuparem com as consequências que daí advenham para os outros atores do sistema – isto porque estes têm interesses convergentes. Ainda assim, deve dizer-se que os defensores das duas abordagens concedem comumente que tanto os ganhos absolutos como os relativos são fatores de motivação dos Estados, mas que a predominância de uns ou de outros está ligada à intensidade do dilema de segurança: isto é, quando os Estados tiverem poucos interesses em comum, ou poucos interesses convergentes, tenderão a privilegiar os ganhos relativos (que é o que defendem os neorrealistas); já quando esses mesmos Estados tiverem muitos interesses em comum, então, tenderão a privilegiar os seus ganhos absolutos. Recorde-se que os ganhos absolutos são aqueles que obtém um Estado independentemente das ações de outros atores do sistema, e que os ganhos relativos são aqueles que um Estado obtém em relação aos ganhos obtidos pelos outros atores. Assim, se se presumir que os Estados se preocupam sobretudo com “*l’amélioration de leur bien-être et de leur prospérité*”, então, ter-se-á que os Estados se preocupam em primeiro lugar com os seus ganhos absolutos; se se assumir que os Estados se veem uns aos outros como rivais, então, ter-se-á que os Estados se preocupam em primeiro lugar com os ganhos relativos.²⁵⁴

“(…) esta diferença de orientação significa que neorrealistas e neoliberais se centram em problemas muito diferentes da cooperação. Para os neoliberais não é (...) difícil perceber por que razão os Estados cooperam: é do seu interesse (absoluto) fazê-lo. O problema é que (...) os Estados têm uma certa tendência para fazer batota (...) e, por isso, (...) é necessário (...) um mecanismo que impeça essa batota. Isto permitiria que os Estados percebessem que o seu verdadeiro interesse de longo prazo está na cooperação (...). Para os neorrealistas, por outro lado, a dificuldade reside em estabelecer a cooperação, [pois] os Estados só cooperam quando esperam que os benefícios que poderão obter sejam maiores, ou pelo menos iguais, aos

²⁵⁴ *Ibidem*.

benefícios de todas as outras partes relevantes – (...) um critério [que é] muito difícil de satisfazer.”²⁵⁵

Isto, por sua vez, conduz-nos a um outro debate, o de saber se privilegiar as intenções ou as capacidades dos Estados quando se procura entender os seus comportamentos e as suas preferências. Também aqui neorrealistas e neoliberais se dividem: os primeiros argumentam que os Estados se preocupam sobretudo com as capacidades dos outros Estados, enquanto os segundos defendem que os Estados, para além de se preocuparem com as capacidades uns dos outros, preocupam-se também com as intenções dos mesmos. “*Qu’il y ait asymétrie dans les capacités des États n’est problématique qu’en fonction des intentions (bienveillantes ou malveillantes) de ceux-ci*”. Há também outro debate a ter em consideração, que gira em torno da (im)possibilidade de o poder de um Estado num dado domínio poder ser transferido para outro domínio (do domínio económico ao militar, por exemplo). Trata-se, assim, de perceber se há ou não o risco dos Estados, mesmo que inadvertidamente, possam entregar aos outros os meios necessários para aumentar o seu poder – o que poderia acarretar consequências muito prejudiciais para a segurança e interesses dos primeiros.²⁵⁶

É possível dizer-se que, apesar das suas diferenças, o neoliberalismo e o neorrealismo evoluem para posições comuns, o que viria a traduzir-se num paradigma comum das Relações Internacionais, dada a sua similitude ontológica e epistemológica. No entanto, há que notar-se que as tentativas de síntese vêm muito mais do campo neoliberal do que do neorrealista. Os esforços do neoliberal Keohane vão precisamente nesse sentido, argumentando este autor que as duas abordagens “*s’entendent sur 90 pour cent [des enjeux], le reste étant essentiellement une question empirique (...)*”. Assim, terá surgido um paradigma hegemónico nas Relações Internacionais, a que se foram acrescentando certas proposições construtivistas.²⁵⁷

Às críticas construtivistas (que abordam a ontologia, a epistemologia, a normatividade e a metodologia), o neoliberalismo soube abrir-se a certas críticas ontológicas, mas rejeitou categoricamente as críticas epistemológicas. Começando pelas críticas de natureza ontológica, o construtivista John Ruggie formulou várias, direcionadas aos neoliberais – mas também aos

²⁵⁵ *Compreender as relações internacionais*. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012, p. 90

²⁵⁶ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²⁵⁷ *Ibidem*.

neorrealistas –, por estes conceberem as Relações Internacionais como um universo anárquico e composto por unidades egoístas e racionais, “*dont l’identité est souvent tenue pour acquise et fixe, et dont les intérêts sont principalement matériels*”. Na lógica construtivista, postulados como estes limitam a capacidade explicativa do neoliberalismo, a começar por este ter como ponto de partida a anarquia do sistema internacional. Ora, como argumenta Alexander Wendt em “*Anarchy is What States Make of It*”, a própria natureza do sistema internacional é criada e construída pelos Estados, em função da noção que eles mesmos têm da natureza do sistema. Assim, partir da anarquia como um dado adquirido traduzir-se-ia inevitavelmente numa teoria míope, incapaz de conceber o sistema de outra forma.²⁵⁸ É Wendt quem define, por outro lado, três tipos de anarquia nas relações internacionais: primeiro, uma anarquia hobbesiana, na qual as unidades se veem como inimigas; segundo, uma anarquia «lockeana», na qual os Estados se consideram como rivais; terceiro, uma anarquia «kantiana», em que os Estados se veem – uns aos outros – como amigos.²⁵⁹

*“Segundo Wendt, a história (...) demonstra o sentido progressista do processo de mudança estrutural: a anarquia hobbesiana é uma primeira etapa do sistema de Estados em que estes não reconhecem aos outros sequer o direito de existir como entidades soberanas; numa segunda etapa, os tratados de Westfália tornaram possível passar para uma anarquia lockeana em que o reconhecimento recíproco da legitimidade dos Estados e o respeito mútuo das soberanias são a melhor forma de defender a soberania do Estado (...); a transição para a terceira etapa da anarquia kantiana está esboçada no sistema de segurança coletiva da comunidade das democracias ocidentais. A mudança (...) é um processo de emancipação que leva inevitavelmente ao Estado universal, necessário tanto por razões materiais (para evitar o holocausto nuclear), como por razões normativas (não há nenhum bom argumento contra o Estado universal): a realização do Estado mundial é o fim das relações internacionais e (...) da anarquia internacional.”*²⁶⁰

Por outro lado, de acordo com os construtivistas, os neoliberais não tomam em conta o processo de formação de identidades e interesses dos Estados: mesmo se crendo que as ideias são o motor do processo de definição dos interesses dos Estados, as preferências dos Estados são tidas como racionais, egoístas e materialistas; não é dada atenção, segundo os defensores

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ Gaspar, Carlos. *Teoria das relações internacionais: textos clássicos*. Lisboa: Horizonte, 2021, p. 31

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 31

do campo construtivista, ao modo como a identidade de um ator pode influenciar e mesmo criar esses interesses, os quais, por sua vez, influenciariam as dinâmicas internacionais. Mais, os neoliberais não teriam em consideração os fatores normativos (internos ou externos a cada Estado) que podem produzir ou, pelo menos, regular os comportamentos dos Estados, fatores como a cultura ou os valores. Assim, a visão dos neoliberais das relações internacionais seria essencialmente materialista na sua ontologia, ignorando as dimensões ideacionais das relações entre os Estados, caras aos defensores do construtivismo. “*L’approche néolibérale est donc considérée comme trop simpliste vis-à-vis la nature complexe, changeante et contradictoire (...) des rapports mondiaux*”. Por fim, dizem os construtivistas, os neoliberais menorizam a relevância dos fatores internos aos Estados na definição das suas prioridades.²⁶¹

Quanto às críticas epistemológicas, Friedrich Kratochwil e John Ruggie apontam três problemas que veem no neoliberalismo. Em primeiro lugar, que o positivismo é incompatível com a ontologia neoliberal: ao argumentar que os regimes internacionais são criados por meio da convergência de interesses entre Estados (e da interpretação que estes fazem das intenções uns dos outros), os neoliberais abrem espaço à noção de «intersubjetividade», o que pareceria ser inaceitável no contexto de uma ontologia positivista. Os construtivistas apontam também a impossibilidade de usar as normas como fatores explicativos do comportamento de cada um dos Estados, e de que é impossível refutar uma norma apresentando casos que a contradigam – o que teria como consequência a impossibilidade de estudar as normas através de um ponto de vista ontologicamente positivista. Uma terceira crítica centra-se no postulado neoliberal de que, quanto mais os princípios, regras e procedimentos de um regime forem coerentes entre si, mais sólido será esse regime. Ideia, essa, que é fundada na noção de que é possível separar os objetivos dos regimes e os meios de que estes dispõem; ora, para os construtivistas, tal não é possível – não se podem separar os meios dos objetivos, visto que os meios «constituem» os objetivos (isto é, os meios delimitam e definem os objetivos). Assim, através dos meios que os Estados põem à disposição desses regimes, os Estados contribuem para a transformação e para a evolução desses mesmos regimes.²⁶²

Estas críticas sublinhadas por Kratochwil e Reggie destacam o que são – a seu ver – os problemas fundamentais que são colocados pelo positivismo, quando este é conjugado com o

²⁶¹ Macleod, Alex, e Dan O’Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

²⁶² *Ibidem*.

neoliberalismo (que se baseia no naturalismo, no objetivismo e no empirismo): os autores da escola construtivista não creem que seja possível aplicar os métodos das ciências naturais às ciências sociais (não são naturalistas, portanto); acreditam que, para se compreender o ser humano – que é um ser consciente e capaz de tomar decisões, e que tem ou faz a sua própria interpretação do mundo –, é preciso conhecer as suas percepções, os seus pontos de vista, as suas crenças, os seus valores... Por outro lado, há que ter em conta outros pensadores, alguns dos quais construtivistas, que rejeitam *tout court* o objetivismo dos neoliberais (a capacidade do ser humano de estudar o mundo social que o rodeia de modo neutro e apartado), visto que, segundo creem, o observador nunca poderá abstrair-se das suas crenças, valores e pontos de vista – que influenciarão sempre as suas escolhas, prioridades e a abordagem que adota. Por fim, ainda outros criticam o empirismo dos neoliberais (noção que postula que a observação e apenas a observação é o que permite conhecer a realidade); em certas definições mais estritas, somente os enunciados que se foquem em objetos diretamente observáveis e mensuráveis são capazes de produzir conhecimento sobre um dado fenómeno – no entanto, é de notar que os neoliberais não adotaram uma visão tão radical, visto que abordaram fenómenos dificilmente observáveis, como os regimes internacionais. Em suma, segundo todas estas críticas, a teoria neoliberal negligenciaria a natureza do mundo social em virtude dos postulados ontológicos e epistemológicos que adotou²⁶³.

Face às críticas acima enumeradas, o neoliberalismo acabaria por aceitar as noções de intersubjetividade e de racionalidade imperfeita dos atores; nesse sentido, Keohane reconhece que a falta de informação impede os Estados de agir de forma perfeitamente racional, “*et donc de maximiser leur utilité*” (o autor considera também que o estudo do contexto intersubjetivo é necessário para se conseguir uma melhor explicação do comportamento dos Estados). Mais, alguns autores neoliberais vão, assim, estudar diretamente a relevância das ideias como umas «linhas-guia» na compreensão do comportamento dos atores; alguns desses autores creem que as ideias, tal como os interesses, têm efeitos de causalidade, e reconhecem que as preferências dos Estados são o reflexo das identidades dos grupos – e dos indivíduos – que compõem esses Estados. Porém, mesmo tendo em conta esta incorporação das ideias (e identidades, normas e valores) no neoliberalismo, este último não rejeita os seus fundamentos racionalistas, pelo que é reafirmada a noção de que os seres humanos se comportam de uma forma egoísta e racional. Ainda assim, o neoliberalismo reconhece, também, que tanto as ideias como os interesses (os

²⁶³ *Ibidem*.

fatores ou factos materiais) influenciam o comportamento humano; para além disso, admite que essas ideias e interesses estão interligados entre si. Os neoliberais, por isso, irão procurar estudar essa ligação entre fatores materiais e fatores ideais, e como essa ligação pode levar a alterações de comportamento observáveis.²⁶⁴

O neoliberalismo mostra, então, uma certa abertura às críticas ontológicas; porém, não abre mão dos seus postulados epistemológicos, garantes da sua «*scientificité*». Ainda assim, isto pôde traduzir-se numa certa complementaridade entre os neoliberais e os construtivistas ditos «convencionais», isto é, aqueles construtivistas que defendem que o construtivismo não se baseia numa perspectiva epistemologicamente pós-positivista, mas apenas numa ontologia interpretativa. Essa complementaridade deu origem a variantes da teoria dos regimes – no que diz respeito à formação e desenvolvimento das instituições internacionais.²⁶⁵

Os neoliberais contemporâneos centram-se sobretudo nos efeitos da mundialização, a chamada «governança global» e as instituições internacionais, as quais, creem os neoliberais, tenderão a crescer em número e qualidade – e darão a entender aos Estados que é preferível encontrar soluções em conjunto para os problemas de segurança. Essa importância crescente da cooperação internacional institucionalizada levaria a que vários pensadores procurassem aproximar o neorrealismo e o neoliberalismo, levando ainda mais longe a tentativa de síntese «neo-neo», o que se traduziria no conceito de «equilíbrio indireto» (“*soft-balancing*”), o qual consiste na decisão das grandes potências, numa situação de unipolaridade, de contrabalançar o poder do Estado preeminente através de meios e medidas não-militares.²⁶⁶

²⁶⁴ *Ibidem.*

²⁶⁵ *Ibidem.*

²⁶⁶ *Ibidem.*

4. A GUERRA À LUZ DA ESCOLA LIBERAL:

Tendo em conta a existência de várias correntes de pensamento dentro do liberalismo – e, claro, também, a existência separada do neoliberalismo –, no presente capítulo, tratar-se-á das análises à aplicabilidade de cada uma das variantes do liberalismo (e do liberalismo como um todo), bem como à aplicabilidade da teoria neoliberal.

O liberalismo e a guerra na Ucrânia

Pelo menos à primeira vista, a teoria liberal parece ter dificuldades em explicar como pôde uma guerra desta envergadura ter lugar entre a Rússia e a Ucrânia, até porque parece ser uma teoria cuja aplicabilidade se cinge às relações entre democracias liberais, as «repúblicas» de Kant – o que faria do liberalismo uma teoria de pouca utilidade quando se trata de analisar e interpretar as relações entre Estados democráticos e Estados autocráticos. E o otimismo dos liberais no «progresso» da Humanidade poderá ser considerado ingénuo, no sentido em que não há quaisquer garantias de que uma tendência «progressista» no passado e/ou no presente se mantenha no futuro. Certo, argumentariam os liberais, os «percalços» são sempre possíveis – isto é, as guerras ainda são possíveis –, mas isso não afetará a tendência geral no sentido do «progresso». Porém, não é de todo certo que assim seja: poderá sempre haver uma guerra que cause uma regressão de tamanha envergadura, que seja de tal maneira catastrófica ao ponto de desfazer todo esse «progresso», e impedir a restauração de uma tendência «progressista». Que uma tal guerra nunca tenha ocorrido não é garantia de que ela nunca ocorra no futuro.

Começando pela corrente institucionalista do pensamento liberal, esta trata da defesa da existência de um Direito Internacional reforçado e robusto o suficiente para enfrentar – e depois corrigir – os «comportamentos desviantes» que possam tomar alguns dos membros do sistema internacional. Ora, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia foi já caracterizado por vários episódios de claro desrespeito pelo Direito Internacional por uma das partes, o que incluiu o desrespeito pelas provisões de tratados internacionais: pense-se na violação, da parte russa, do Acordo de Bucareste (1994) – que garantia a integridade territorial da Ucrânia – em 2014 com a anexação da Crimeia, através de um referendo de duvidosa validade e justificado com teses questionáveis de genocídio dos russófonos daquela península; pense-se na incapacidade de se obter a paz através do Protocolo de Minsk ou do acordo Minsk II; pense-se na ingerência da Federação Russa nos assuntos internos da Ucrânia (o que vai em sentido contrário ao Direito Internacional,

com o desrespeito da autonomia da Ucrânia enquanto Estado soberano), ainda antes do início das hostilidades – ao ponto de a Ucrânia ter aprendido a apostar na defesa da sua independência, e até mesmo da sua existência, pela força das armas e não (apenas) pela força do Direito.

Quanto à corrente de pensamento (neo)funcionalista, fundada na noção de cooperação institucionalizada – isto é, na criação de instituições globais às quais adeririam instituições de âmbito nacional, mas com funções semelhantes, o que se traduziria eventualmente no fim das guerras (e nas noções de «*spill-over effect*» e «*knock-on effect*»), esta pretendia que a partilha de competências numa dada área da decisão política resultaria, *per se*, no aprofundar do grau de cooperação noutras áreas da política: na transferência de mais competências dos Estados para essas novas instituições globais. Mas a Federação Russa, pese formar parte e ter grande peso na Organização das Nações Unidas (onde é membro permanente, com poder de veto, no Conselho de Segurança), não aceita integrar instituições globais quando estas implicam uma grande partilha de competências, pelo que a cooperação institucionalizada, pelo menos neste caso, não parece conduzir à partilha de competências entre instituições da Federação Russa e instituições similares de outros países. Não o suficiente para evitar uma guerra, como a guerra entre a própria Federação Russa e a sua vizinha Ucrânia.

A corrente republicana do liberalismo em Relações Internacionais é a que sustenta que a solução definitiva para o problema das guerras passa pelas «instituições republicanas», isto é, pelo que se hoje se denomina «democracia liberal», no sentido em que as «repúblicas» – ou seja, os países democráticos – saberiam reconhecer-se entre si, abster-se do uso da força na resolução dos diferendos que tivessem entre si, e agrupar-se numa espécie de «federação», o que resolveria o problema das guerras (entre si); o problema radica na existência de Estados que não são democracias liberais, com os quais a guerra não só é possível como é provável. É precisamente disso que se trata no conflito entre a Rússia e a Ucrânia: os países democráticos reconhecem a Ucrânia como um Estado democrático (com graves problemas, mas um Estado democrático, ainda assim), e a Federação Russa como um Estado autocrático («democracia encenada»), pelo que apoiam uma democracia liberal no seu conflito bélico aberto contra um Estado não-democrático. Ora, isto significa que o problema da guerra não foi resolvido pela existência de democracias liberais, pelo simples facto de que há Estados não-democráticos – alguns deles bastante poderosos –; o pensamento liberal, novamente, parece aplicar-se apenas e só às relações entre Estados democráticos, sendo de escassa capacidade explicativa quando

se trata de entender as questões da paz e da guerra entre um Estado democrático e um Estado autocrático.

Na corrente internacionalista liberal, defende-se a ideia de diplomacia transparente e aberta; defende-se também a autodeterminação dos povos e a relevância e a necessidade de defender as instituições internacionais. E, na corrente do pacifismo liberal, defende-se que o comércio internacional é passível de pacificar as relações internacionais, ou de, quando muito, contribuir nesse sentido («*le doux commerce*»). Em primeiro lugar, é importante notar que a invasão da Ucrânia pela Rússia representa um desrespeito pela autodeterminação dos povos, visto que a liderança da Federação Russa crê que a Ucrânia não tem uma existência separada da Rússia, e que portanto o seu estatuto de Estado independente é ilegítimo (ao mesmo tempo que é rejeitada a ideia da existência de um povo e nação ucranianos genuínos e diferentes do povo russo); em segundo lugar, as instituições internacionais não são vistas pela liderança da Rússia como entidades autónomas e relevantes. Isto faz com que seja impossível enquadrar a guerra russo-ucraniana na visão internacionalista liberal. Quanto à corrente pacifista liberal, é preciso ter em conta que a Rússia utilizou frequentemente a venda – à Ucrânia e ao Ocidente – de combustíveis fósseis como um instrumento de coerção política (tendo em conta a grande dependência de vários países europeus em relação ao gás russo, por exemplo); assim, a Rússia e as democracias liberais do Ocidente estabeleceram, ao longo dos anos, relações comerciais de grande dimensão entre si – porém, isso não impediu a guerra russo-ucraniana de ter lugar. Ou seja, as relações comerciais não se traduziram na pacificação das relações internacionais – pelo menos, não no caso da Federação da Rússia.

A corrente transnacionalista do liberalismo em Relações Internacionais defende que os Estados não são atores unitários e homogêneos, e que não são os únicos atores das Relações Internacionais relevantes; mantém a conceção liberal, otimista e progressista, do mundo e da História. As relações internacionais, assim, seriam, não um palco de Estados com interesses estanques, mas sim a soma do conjunto das interações entre indivíduos, ideias e organizações que vão para lá das fronteiras dos Estados (interações, essas, que são motivadas por diversos interesses, pessoais e coletivos). Sucede que a guerra russo-ucraniana é caracterizada por um Estado com um interesse específico e estanque – o de invadir, ocupar e anexar o território de um país independente vizinho. Não há interações de ideias e de indivíduos entre a Rússia e o Ocidente que sejam passíveis de influenciar as decisões políticas da liderança russa; há, isso sim, o fechamento da Rússia a esse fluxo de ideias (e indivíduos) com o estrangeiro, e não há

organizações ocidentais ainda restantes na Rússia com capacidade para influenciar aquilo que é decidido no Kremlin. Em suma, há relações internacionais, não há relações transnacionais. Há relações entre Estados: os Estados que apoiam um lado e os Estados que (alegadamente ou supostamente) apoiam o outro.

Quanto à interdependência complexa, esta tem que o grau de interdependência entre um conjunto de Estados depende da qualidade e quantidade das interações e transações que se dão entre si. Essa interdependência é caracterizada por uma grande variedade de métodos para canalizar as transações entre Estados, por estar presente em várias áreas da atividade humana (o que torna difícil discernir se estas pertencem à política interna ou externa), e, por fim, por uma redução do número de casos em que se recorre à força para resolver diferendos entre os Estados. Isto traduzir-se-ia na redução da autonomia dos Estados e na redução da relevância do poder militar (passar-se-ia de um esquema de coerção/dissuasão a um de persuasão); esta diminuição da importância relativa das capacidades bélicas de um Estado levaria ao aparecer de uma situação onde não há uma hierarquia de questões – a segurança deixaria de ser sempre a questão mais importante para os Estados com elevado grau de interdependência entre si. Por último, há que ter em conta que também as burocracias e agências estatais de diferentes países (mas com funções semelhantes) também podem interagir umas com as outras, o que pode dar origem a alianças transgovernamentais em determinados assuntos de comum interesse. Tudo isto levanta o problema de saber o que acontece em situações onde essa interdependência não existe num grau suficientemente elevado. O fechamento da sociedade russa ao exterior, bem como as empresas ocidentais que deixaram de operar na Rússia, são exemplo da dissolução de um sistema de interdependência complexa entre a Rússia e os países do Ocidente, se é que tal sistema alguma vez existiu verdadeiramente; a guerra representou o fim da possibilidade de interação significativa entre as burocracias estatais do Ocidente e da Rússia, para não falar de organizações não-governamentais ou de elementos da sociedade civil. Dito de outro modo, há cada vez menos meios de canalização das transações entre a Rússia e o Ocidente; não houve uma redução da autonomia da Rússia numa situação de interdependência complexa; a Rússia recorreu, de facto, à força e à coerção para defender os seus interesses – a heterogeneidade da sociedade russa não parece ser suficiente para evitar pensar na Federação da Rússia como um Estado homogêneo (um ator unitário) e de interesses bem definidos. Para além disso, parece, no caso do conflito russo-ucraniano, haver, sim, uma hierarquia de questões, e a primeira é a «segurança» (no caso ucraniano, a preocupação em manter a sua independência, e, para o lado

russo, a preservação da segurança da Federação da Rússia face a um Ocidente que, diz, lhe é hostil).

No que concerne o liberalismo não-ideológico, concebido por Moravcsik, esta ótica não vê os Estados como unidades estáticas e homogêneas, e com preferências imutáveis; segundo esta visão das relações internacionais, os interesses dos Estados são o reflexo das relações que os atores internos estabelecem entre si, e variam de acordo com as diferentes configurações de poder entre esses atores internos. Daí decorre que a natureza de um Estado influencia, ou até mesmo determina, a sua política externa, pelo que os Estados não são funcionalmente iguais. Assim, as concepções, convicções e mundividências daqueles grupos que lideram um Estado a dado momento são fundamentais para se compreender o comportamento daquele Estado; e as limitações impostas pelo sistema internacional aos Estados serão o resultado do conjunto das preferências de todos os Estados que o compõem. Se assim é, então a guerra russo-ucraniana tem de ser entendida no contexto das preferências dos grupos sociais preeminentes em dois Estados de natureza diferente, e através das preferências dos demais Estados. O interesse da Rússia em ocupar e anexar o mais território ucraniano possível é, assim, não verdadeiramente um interesse da Rússia, mas um interesse daqueles que a lideram – caso outros grupos sociais liderassem a Rússia, esta teria comportamentos diferentes, possivelmente menos belicistas –; caso outros grupos sociais fossem preeminentes na Ucrânia, esta possivelmente não resistiria completamente à agressão do Estado vizinho. Por outro lado, o apoio prestado pelos Estados que compõem o Ocidente à Ucrânia deve, nesta ótica, ser visto como apenas uma preferência desses Estados (uma possibilidade entre outras); ideias como a preservação da autonomia e da soberania de Estados independentes seriam tidas como o reflexo do conjunto das preferências da vasta maioria dos Estados no sistema internacional – a guerra seria consequência de uma transição de uma situação estratégica de «preferências mistas» entre a Rússia e a Ucrânia para uma situação de jogo de soma nula, com preferências fundamentalmente opostas, as quais se traduziriam em relações conflituosas, onde a negociação deixaria de ser vista como possível. As capacidades não são o único que conta, as preferências são-no também.

De facto, parece crível que as preferências dos Estados mudem ao longo do tempo (tal como mudam as suas capacidades), ou que, quando muito, mudem as estratégias empregadas pelos Estados no sentido de concretizar as suas preferências – a importância das estratégias tem destaque, não no «liberalismo não-ideológico», mas no realismo neoclássico, que partilha com o anterior a ideia de não se poder ignorar o que se passa no interior dos Estados quando se

pretende entender o seu comportamento. Aliás, ambas as teorias partilham também a ideia de que os Estados não são funcionalmente iguais (embora, no realismo neoclássico, o grau de liberdade de ação dos Estados tenha que ver com as suas capacidades materiais, não com um sistema de interação das preferências dos vários Estados). A questão das estratégias parece ser relevante, pois um Estado poderá procurar métodos diferentes para cumprir um interesse seu – mais, o mesmo grupo social (ou grupos) à cabeça do mesmo Estado poderá muito bem decidir alterar, e mais do que uma vez, a sua estratégia na abordagem a uma mesma preferência. Isto poderá ser exemplificado pelos diferentes métodos russos – ou da liderança russa – em extrair concessões da Ucrânia – e mantê-la na área de influência russa (a preferência) –, utilizando a pressão económica, a pressão diplomática, e um conflito de baixa intensidade (com anexação de territórios na Crimeia e no Donbas) durante vários anos, antes de se chegar a um estado de guerra aberta e em grande escala entre os dois países. Assim, poder-se-á defender a posição de que analisar as preferências de um Estado é condição necessária, mas não suficiente, para se compreender o seu comportamento – há que considerar também estratégias e capacidades. Por outro lado, não dependeriam essas estratégias da perceção, adequada ou não, que teria um Estado (ou os grupos que o lideram) das suas capacidades e das dos outros? A escolha de uma estratégia em detrimento de outra não seria tomada na base dessas perceções? Então, deverá argumentar-se que esse quarto fator (as perceções de um Estado) é essencial na condução da política externa, em conjunto com os três anteriores – essas perceções poderiam muito bem alterar-se consoante mudam os grupos que lideram um dado Estado. Em conclusão, o facto de a teoria de Moravcsik privilegiar apenas um destes quatro elementos parece ser uma limitação no poder explicativo da mesma e na sua capacidade de estabelecer relações de causalidade.

No que diz respeito à paz democrática, esta depende da partilha de valores e normas – na hipótese interacionista –, o que atribui relevância às perceções dos Estados, ou as dos seus líderes, a saber, se os Estados em questão se veem mutuamente como democracias liberais, o que, no contexto da guerra russo-ucraniana, claramente não é o caso. No entanto, é necessário ponderar se esta guerra pode ser mais bem explicada por: o Estado agressor ter desencadeado a guerra quando o fez devido a um sinal de enfraquecimento de uma situação de estabilidade hegemónica (pense-se na retirada do Afeganistão da parte da potência hegemónica do sistema internacional, os Estados Unidos da América²⁶⁷), ou por o Estado agressor pretender, ao anexar territórios do seu vizinho, reestabelecer para si uma posição mais vantajosa num contexto de

²⁶⁷ Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa*. La guerra de Ucrania. Madrid: Catarata, 2022, p. 21

equilíbrio de poder, ao incrementar o seu próprio poder (um dos argumentos de Putin para a sua política externa é a sua preferência por um mundo multipolar, no qual a Rússia é um dos principais polos). Ainda assim, mesmo que seja esse o caso, a importância das preferências, percepções e estratégias, e não só das capacidades de um Estado, mantém-se: a Rússia terá percecionado a retirada do Afeganistão, por exemplo, como um sinal de «debilidade relativa» ocidental, que levaria o Ocidente a não apoiar a Ucrânia na sua resistência contra a Rússia (uma percepção que se veio a mostrar ser errada), pelo menos não ao ponto a que mostrou esse apoio, e estabeleceu a sua estratégia na Ucrânia a partir dessa percepção, e não apenas a partir das capacidades materiais dos Estados rivais, ou mesmo do seu principal Estado adversário, a Ucrânia. Trata-se de um conjunto de Estados que se reconhecem como democracias a apoiar outro Estado, que reconhecem como democrático, contra um Estado terceiro que não é visto pelos demais como uma democracia liberal. Se se tratasse apenas de uma tentativa da parte do Estado hegemónico de manter a sua hegemonia, os outros Estados tenderiam a não mostrar um apoio tão contundente à Ucrânia – logo, se o fazem, fazem-no também em nome das suas próprias preferências (preservar um sistema internacional baseado em preceitos liberais, onde se inclui a preservação da soberania de democracias liberais de maior ou menor dimensão, o que passa por apoiar Estados com quem partilhem os valores da democracia liberal), de modo adaptado às suas capacidades materiais individuais. Uma vez mais, as percepções são de suma importância (o que põe em causa a capacidade explicativa de óticas como a neorrealista, que ignora o que se passa no interior dos Estados e os vê como entidades «fixas»). Assim sendo, é possível argumentar-se que, se a paz democrática não é capaz de explicar a origem da guerra – visto que é de escassa aplicabilidade quando se trata de não-democracias e democracias –, é capaz de explicar o apoio ocidental à Ucrânia. Quando muito, parece fazê-lo melhor do que os modelos da estabilidade hegemónica ou o equilíbrio de poder – até porque esse equilíbrio não existe no continente europeu, cujos Estados democráticos preferem a «segurança coletiva» (é de destacar o facto de a Rússia ter podido atacar a Ucrânia, sem esperar entrar diretamente em guerra com as potências ocidentais, por esta não estar integrada numa estrutura ocidental de segurança coletiva).

O neoliberalismo (e seus críticos), o debate «neo-neo» e a Ucrânia

Tendo em conta as semelhanças entre as duas abordagens «neo», a nível ontológico e a nível epistemológico (e dadas as diferenças entre estas duas e as suas respetivas vertentes «não-neo»), torna-se pertinente questionar-se se as abordagens «neo» – com o neoliberalismo à

cabeça, visto que este adota preceitos (neo)realistas a uma ótica da escola liberal – padecem ou não das mesmas (ou outras) limitações explicativas que as suas antepassadas «não-neo», com destaque para o liberalismo nas Relações Internacionais.

O neoliberalismo nas Relações Internacionais, segundo os seus defensores, surgiu da necessidade de explicar a manutenção da cooperação no sistema internacional num contexto de declínio relativo da potência hegemónica (fenómeno que a tese da estabilidade hegemónica não seria capaz de explicar); nesta visão das Relações Internacionais, as unidades podem ter interesses em comum e cooperar (mesmo sendo atores egoístas e racionais, e mesmo sem que haja uma potência hegemónica). Para tal, são erigidos regimes internacionais, que servem de instrumentos de condução, precisamente, dessas relações internacionais cooperativas. A teoria neoliberal, então, concebe várias modalidades de relações internacionais – estas podem ser de natureza cooperativa, divergente ou conflituante (e por oposição a uma visão «pessimista» do mundo, de relações predominantemente conflituantes). No contexto da guerra na Ucrânia, há vários tipos de relações, com uma clara relação conflituante e de conflito aberto entre Ucrânia e Rússia, mas com relações cooperativas, sobretudo entre Ucrânia e respetivos aliados; logo, uma teoria que abarcasse tanto relações conflituantes como cooperativas poderá, pelo menos à primeira vista, ter suficiente capacidade explicativa da guerra russo-ucraniana. A anarquia do sistema internacional não levará necessariamente à conflitualidade caso os Estados tiverem a capacidade (como defende a tese neoliberal) de identificar aqueles interesses (ou preferências) que tiverem em comum; se assim for, a decisão de ocupar e anexar território ucraniano seria uma opção de política externa entre várias outras possíveis, e não uma inevitabilidade. O que conduz à questão da importância das perceções dos atores do sistema internacional, visto que a compreensão da cooperação depende da compreensão da convergência de interesses – e das perceções que alguns Estados (dois ou mais) têm da existência de interesses convergentes.

No entanto, é importante notar uma limitação da teoria neoliberal, no sentido em que esta tese das Relações Internacionais defende que os Estados tendem a maximizar os ganhos absolutos – embora os autores «neo» tendam a conceder que, se um Estado privilegia os seus ganhos absolutos e não os relativos, ou vice-versa, tal tem que ver com a intensidade do seu dilema de segurança (se a Ucrânia tem interesses opostos aos da Rússia, tenderá a privilegiar a sua segurança, ou, no caso, mesmo a sua sobrevivência, acima da sua prosperidade). Para além disso, há que ter-se também em conta as perceções dos Estados (no neoliberalismo, são as perceções que definem os interesses): é relevante a perceção russa de que já não é possível –

nem desejável para si – procurar cumprir as suas preferências através da institucionalização das suas relações com outros Estados, o que levaria, então, a Rússia a estabelecer relações de natureza conflituante com a Ucrânia – enquanto se mantém de fora, ou abandona, um regime internacional (através do qual tivesse anteriormente procurado concessões da parte da Ucrânia sem partir para um conflito aberto e em larga escala, mesmo que essa sua saída ou ausência desse regime implicasse custos difíceis de suportar), de modo a ter uma maior margem de manobra. Assim, as relações cooperativas da Ucrânia e seus aliados dar-se-iam no contexto de um regime internacional próprio (que é, certamente, liderado por uma potência hegemónica, mas que inclui também muitos outros atores com preferências semelhantes ou iguais, no caso, a de contrariar um Estado que viola a soberania de um outro Estado que é tido pelos membros do regime como sendo democrático), enquanto as relações conflitantes entre os dois Estados em guerra (com perceções altamente divergentes e com preferências opostas) não teriam lugar – nem poderiam ter – no contexto do mesmo regime internacional.

Assim sendo, e no que diz respeito às divergências «neo-neo» no contexto da guerra russo-ucraniana, pode concluir-se que é, de facto, possível estabelecer-se e manter um regime internacional entre Estados com interesses convergentes (que a Rússia tenha optado por uma abordagem conflituante não significa que a cooperação entre outros Estados que se encontrem envolvidos, de uma forma ou de outra, na guerra seja impossível), mesmo que tal seja difícil – se assim é, então, a anarquia do sistema internacional não tem por que significar que os atores estejam condenados ao conflito (um ponto a favor do neoliberalismo). Daí se conclui também que, para se compreender a guerra na Ucrânia, é fundamental analisar as intenções dos atores em causa, bem como as suas perceções (que ditam se lhes é vantajoso cooperar ou não), não apenas as suas capacidades materiais – as quais, por si só, não explicam porque é que alguns dos Estados envolvidos cooperam entre si (e porque é que são esses os Estados que cooperam, e não outros), enquanto outros estão em guerra. Isto é, as capacidades importam, sem dúvida, mas como parte da explicação, e não toda (o que coloca em causa a tese neorrealista, segundo a qual os Estados se preocupam sobretudo com as capacidades uns dos outros).

Quanto à questão da importância e natureza dos regimes internacionais no contexto da guerra russo-ucraniana, a cooperação dos Estados ocidentais com o Estado ucraniano – seja a nível bilateral, seja a nível multilateral (através da Organização do Tratado do Atlântico Norte ou através da União Europeia, as duas principais instituições multilaterais do Ocidente) – tem, para ser eficaz, de passar por um esforço coordenado entre as partes interessadas em manter a

relação cooperativa com a Ucrânia, pelo que o estabelecimento e manutenção (por difícil que possa ser) de um regime internacional nesse sentido é fundamental – com ou sem a presença de uma potência hegemónica (no caso, os Estados Unidos da América) que lidere esse esforço coordenado. Aliás, os custos que tem acarretado à Federação da Rússia optar por um método ofensivo para cumprir os seus interesses não teriam a mesma dimensão caso não existisse essa coordenação entre os aliados da Ucrânia; esse custo é real, pouco importa se existe ou não um ator hegemónico na equação. Assim, e mesmo que a continuidade do regime internacional em causa dependa da potência hegemónica (como defendem os neorrealistas), este continuará a servir – enquanto existir e for eficaz –, a sua função de «gestão» dos efeitos da anarquia internacional entre aqueles atores que a ele aderem – ao mesmo tempo que serve também de ferramenta para «punir» o Estado (a Rússia) que optou por um comportamento ofensivo. O regime internacional em questão – seja ele independente, sim, do correspondente Estado hegemónico (como defende o campo neoliberal, e como parece ser o caso se for tida em conta a contribuição dos outros membros) ou não –, terá tido um papel relevante no desenrolar dos acontecimentos, no contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia. É então, possível pensar-se numa complementaridade «neo-neo» (com vantagem para o neoliberalismo) – visto não ser possível descartar completamente a importância (neorrealista) da potência hegemónica dentro do regime internacional – mesmo que seja difícil imaginar, pelo menos no caso da guerra na Ucrânia, uma verdadeira síntese dos dois «neos».

A teoria neoliberal é alvo de críticas, a nível epistemológico – as quais os neoliberais rejeitam *tout court* –, a nível ontológico (a que os defensores do neoliberalismo demonstram uma maior abertura), e aos níveis da metodologia e da normatividade. O neoliberalismo conta, decerto, com uma componente normativa – que herda do antepassado «não-neo» –, apesar da sua pretensão a uma epistemologia positivista que lhe permita um grau de «*scientificité*» que seja, a seu ver, adequado. Os próprios, aliás, reconhecem essa normatividade, a qual defende a ideia de que a institucionalização das relações internacionais e a cooperação internacional são fundamentais para garantir o bem-estar da Humanidade. A questão é saber se a normatividade e o objetivismo positivista são tão irreconciliáveis como parecem – e, se o são, se isso fere de morte o neoliberalismo ou não. Dita de outro modo, a pergunta que se coloca é: a abordagem neoliberal tem capacidade explicativa (no caso da guerra na Ucrânia), apesar da componente normativa daquela teoria?

Que uma abordagem teórica defenda como deve ser um mundo ideal não tem por que significar o abandono do positivismo: a teoria pode ainda ser capaz de explicar o mundo – tal como ele é. Os neoliberais podem desejar que haja um muito maior grau de cooperação entre os Estados do sistema internacional (e que essas relações se institucionalizem, para evitar as consequências mais perniciosas da anarquia), mas isso não quer dizer que fechem os olhos ao estado atual ou passado do sistema; na guerra russo-ucraniana, claramente os regimes são uma ferramenta explicativa importante (para entender a cooperação entre aliados, quando as teses neorrealistas parecem não o conseguir fazer com a mesma eficácia) – o que corresponde a um mérito dos neoliberais –, porém, daí não segue que todos os atores relevantes façam (já) parte de um mesmo regime internacional, sobretudo de um que promova preceitos da escola liberal. Tampouco segue que esse regime vá estender-se automaticamente a todos os atores relevantes num certo ponto no futuro (embora tal fosse ideal, para os neoliberais). Em última análise, um Estado aderirá se assim bem o entender – o que confere importância às suas preferências e às suas percepções, justificando assim a receptividade neoliberal à importância das ideias e valores, da «intersubjetividade» e «racionalidade imperfeita» (sem perder de vista, porém, o egoísmo racional dos atores como um princípio fundamental das Relações Internacionais).

Quanto às críticas ontológicas apresentadas pelos construtivistas, estas giram em torno (sobretudo) da noção que têm, a seu ver, os neoliberais da anarquia como um fator orientador de um sistema internacional (uma crítica construtivista que é dirigida aos neorrealistas, e não apenas aos neoliberais). Os construtivistas criticam os «neos» pela sua conceção do sistema internacional como anárquico e constituído por atores egoístas-rationais, e por desvalorizar a identidade desses mesmos atores (vendo os seus interesses como sobretudo materiais). Ora, se é certo que as identidades são importantes, estas podem ser conciliadas com a visão dos atores como egoístas-rationais; as identidades (e valores e ideias e percepções) importam, como fator explicativo, mas apenas se conjugadas com as capacidades materiais. Por outro lado, mesmo que, como defende Alexander Wendt, haja vários tipos de anarquia²⁶⁸ (e mesmo se se aceitar que a natureza do sistema internacional é criada pelos Estados e está intimamente relacionada com a visão que estes últimos têm do sistema), tal não faz com que um sistema internacional deixe de ser anárquico, como pressupõem os «neos»; assim, partir da anarquia como princípio regedor do sistema internacional não deve ser visto uma limitação do paradigma «neo», nem,

²⁶⁸ Macleod, Alex, e Dan O'Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

por extensão, da teoria neoliberal. Ainda assim, a visão construtivista da anarquia, ou, antes, dos diferentes graus de anarquia (ou uma ideia semelhante), poderá servir de complemento a uma tese neoliberal no sentido em que haver diferentes graus de anarquia poderia ser um fator explicativo: dentro de um regime internacional, a anarquia do sistema não funciona da mesma maneira (caso o regime seja eficaz) que fora do regime – a relação da Ucrânia com os aliados ocidentais (dentro do regime) não é de todo a mesma que com a Rússia (fora do regime). Esta ideia manteria tanto a «intersubjetividade», cara aos construtivistas, como o egoísmo racional, caro aos «neos».

5. CONCLUSÕES:

As primeiras correntes de pensamento liberal das Relações Internacionais revelam-se ser de aplicabilidade limitada no contexto da guerra russo-ucraniana, quando se tem em conta: violações do Direito Internacional; a ingerência nos assuntos ucranianos; a ausência de casos significativos de transferências de competências (sobretudo da parte do Estado russo) para instituições de âmbito global; a existência de Estados que não são democracias liberais; o desrespeito pelo princípio da autonomia dos povos; e a não manutenção da paz como efeito do comércio. Quanto ao transnacionalismo, este é, também, de escassa aplicabilidade, pois existe um interesse específico e estanque da parte da Federação Russa em tomar pela força o território do vizinho ucraniano; e porque não há interações de ideias e de indivíduos, isto é, não existem quaisquer fluxos transnacionais significativos entre Rússia, Ucrânia e Ocidente. Por fim, a corrente liberal da interdependência complexa também encontra sérias dificuldades no contexto da guerra na Ucrânia: existe uma hierarquia de questões; houve o recurso ao uso da força; e findou a possibilidade de se darem interações relevantes entre burocracias estatais, organizações não-governamentais e elementos da sociedade civil. Em suma, as correntes de pensamento liberal surgidas antes do final da Guerra Fria apresentam sérias dificuldades no seu caráter explicativo da guerra russo-ucraniana.

No que diz respeito às teorias liberais do pós-Guerra Fria, o liberalismo moravcsikiano encontra também consideráveis limitações na sua capacidade explicativa da guerra – pois as estratégias e as percepções, e não apenas as preferências (e capacidades) dos atores são fatores essenciais na condução e compreensão da política externa (mas que não são tidas em conta na teoria de Moravcsik). Já quanto à tese da paz democrática – com destaque para a sua hipótese interacionista (pois esta se concentra na avaliação que os Estados fazem uns dos outros, e não nas características internas de um Estado) –, esta revela gozar de uma maior (mas não ideal) capacidade explicativa no contexto da guerra na Ucrânia: mesmo não tendo capacidade para explicar o desencadear da guerra, é capaz de explicar o apoio ocidental ao lado ucraniano – quando muito, fá-lo-á melhor do que as teses da estabilidade hegemónica ou do equilíbrio de poder, duas abordagens associadas à escola realista das Relações Internacionais.

A teoria neoliberal tem uma vantagem quando comparada com a neorrealista, pois esta – a primeira – compreende diferentes tipos de relações entre atores do sistema internacional, tal como existem no contexto da guerra russo-ucraniana (relações conflitantes entre inimigos e

relações cooperativas entre aliados); isto é, a anarquia do sistema internacional não resulta inevitavelmente em relações de conflitualidade – caso os atores em questão identifiquem um conjunto de preferências que partilham (possibilidade que é abarcada pelo neoliberalismo), o que evidencia a importância das percepções dos atores (que já eram tidas em conta na teoria liberal pós-Guerra Fria da paz democrática, a teoria liberal com maior sucesso explicativo da guerra na Ucrânia). E, por outro lado, o neoliberalismo não só sugere que a cooperação internacional é possível (e mais provável do que pensam os neorrealistas), como apresenta um mecanismo através do qual se estabelece e, mais importante, se mantém essa mesma cooperação: os regimes internacionais.

É, assim, através de um regime internacional que a Ucrânia e os seus aliados, não só cooperam entre si, mas também «gerem» os efeitos da anarquia do sistema internacional entre si, e «punem» a Rússia por esta haver optado pelo uso da força como meio para resolver os diferendos que mantinha com a Ucrânia. Este mecanismo é, portanto, essencial para as partes interessadas em apoiar a Ucrânia, servindo também como meio de explicar a cooperação entre estas. E pode também, por outro lado, imaginar-se uma possível complementaridade entre os dois «neos» (mas com destaque para o neoliberalismo): a teoria neorrealista seria aplicável às situações nas quais há relações conflituantes (ao ponto de impedir a manutenção ou mesmo a criação de um regime internacional). Essa complementaridade limitada serviria também para «limar» uma limitação da teoria neoliberal, a de que os Estados tendem a privilegiar ganhos absolutos: a Ucrânia, preocupada com a sua sobrevivência (encontrando-se claramente numa relação conflituante), procurará incrementar os seus ganhos relativos em relação à Rússia – tal como defenderiam os neorrealistas. Não se pode, no entanto, falar de uma síntese «neo» se se tiver em conta que o neorrealismo não atribui relevância às intenções e percepções dos atores, cingindo-se às capacidades dos mesmos (contrariamente ao neoliberalismo) – que são uma condição necessária, mas não suficiente para se compreender as relações internacionais –, e muito menos apresenta um mecanismo explicativo como os regimes internacionais, capaz de explicar a cooperação internacional.

Uma abordagem teórica como o neoliberalismo pode muito bem pretender explicar o mundo tal como ele é, e ao mesmo oferecer uma visão de como ele deveria ser. Se a noção de regime internacional é um instrumento importante na explicação das relações cooperativas – como na guerra na Ucrânia –, a decisão de um Estado de fazer parte de um regime pertence a esse mesmo Estado, e não é garantido que todos eles adiram no futuro; dependerá do egoísmo

racional de cada Estado, sim, mas será uma decisão influenciada, também, pelas percepções e ideias defendidas por esse mesmo Estado. Por outro lado, uma maior, mas parcial, abertura às críticas ontológicas (junto com a noção de intersubjetividade) poderia traduzir-se numa visão teórica que abarcasse vários sub-tipos (ou diferentes «graus») de anarquia no sistema – a qual, no entanto, permaneceria um dos princípios basilares do sistema internacional.

Todas as correntes do liberalismo «não-neo» das Relações Internacionais se revelaram incapazes de explicar o desencadear e a condução da guerra russo-ucraniana; é apenas quando se testa a variante «neo» da escola liberal que esta última encontra algum sucesso (no sentido da sua aplicabilidade) na guerra na Ucrânia – e, isso, melhor do que o neorrealismo (ainda que seja possível identificar algum grau de compatibilidade entre os dois «neos»). Por outro lado, concluiu-se que a teoria neoliberal foi capaz de resistir aos seus críticos – mesmo se abrindo espaço à aceitação de algumas críticas, incorporando as mesmas no neoliberalismo. Assim, e apesar da inaplicabilidade das correntes liberais, a escola liberal das Relações Internacionais ainda tem capacidade explicativa. A ordem liberal internacional, e a sua manutenção, poderá ser vista como a manutenção de um regime internacional com um conjunto de regras, normas e valores inspirados (sobretudo, mas não completamente) em preceitos da escola liberal, com contribuições de outras escolas das Relações Internacionais. Visto que esse regime é mantido pela Ucrânia e respetivos aliados, é possível dizer-se que a ordem liberal internacional pode e está a ser preservada por aqueles atores que veem a sua manutenção como correspondente aos seus interesses (ou seja, por aqueles Estados que mostram a sua preferência em mantê-la), e, enquanto assim for, persistirá um regime através do qual se procura a cooperação entre vários Estados e a defesa do primado da lei – e não da força – no sistema internacional. E, por outro lado, a ótica neoliberal apresenta a vantagem (em relação à escola realista em geral) de ter em consideração todos aqueles fatores explicativos importantes – as capacidades, as percepções, as ideias ou valores, e as estratégias – na sua análise, enquanto outras teses não consideram, ou, se consideram, não dão suficiente relevo a esses mesmos fatores no seu conjunto, mostrando, assim, limitações explicativas na guerra russo-ucraniana. Mais, a teoria neoliberal, pese a sua componente normativa, mostra-se capaz de conciliar essa sua capacidade explicativa com a sua ontologia positivista.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, Diogo Freitas do. *Glória e tragédia de Gorbatchov*. Coimbra: Almedina, 2012.

Branco, Carlos. 2020. *Do fim da Guerra Fria a Trump e à Covid-19: as promessas traídas da Ordem Liberal*. Lisboa: Edições Colibri.

Colom Piella, Guillem, ed. *Los 100 días que cambiaron Europa. La guerra de Ucrania*. Madrid: Catarata, 2022.

Compreender as relações internacionais. Primeira edição. Lisboa: Gradiva, 2012.

Cózar Murillo, Beatriz, e Guillem Colom Piella, eds. *De la conquista de Lugansk a la contraofensiva Ucraniana*. La guerra de Ucrania 2. Madrid: Catarata, 2023.

Figes, Orlando. *A História da Rússia*. 1ª edição. Alfragide: D.Quixote, 2022.

Gaspar, Carlos. *Teoria das relações internacionais: textos clássicos*. Lisboa: Horizonte, 2021.

La guerra de Ucrania: III: De la reconquista de Jersón al estancamiento. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2024.

Macleod, Alex, e Dan O'Meara. 2010. *Théories des Relations Internationales Contestations et Résistances*. Québec: Athena Editions.

Milhazes, José. *A mais breve história da Rússia: dos escravos a Putin*. 8.ª edição. Alfragide: Dom Quixote, 2022.

Plokhyy, Serhii. *A porta da Europa: uma história da Ucrânia*. Traduzido por Carla Ribeiro, Carla Santos Vieira, Isabel Sá Reis, e Ana Rita Meireles. 1.ª edição. Porto, Portugal: Ideias de Ler, 2022.

Plokhyy, Serhii. *The Russo-Ukrainian War*. London: Allen Lane, an imprint of Penguin Books, 2023.

Thomaz, Luís Filipe. *Ucrânia: as lições da história e outros estudos sobre o oriente cristão*. Lisboa: Gradiva, 2022.

Yekelchyyk, Serhy. *Ucrânia: o que toda a gente precisa de saber*. Coimbra: Edições 70, 2022.